

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL
CAMPUS DO PANTANAL**

MÁRCIA ADRIANA BRASIL AGUILAR

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA:
PERSPECTIVA DE QUEM VIVENCIOU ESSA REALIDADE
NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS**

Corumbá/MS
2017

MÁRCIA ADRIANA BRASIL AGUILAR

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA:
PERSPECTIVA DE QUEM VIVENCIOU ESSA REALIDADE
NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção ao título de Mestre em Educação.

**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josiane Peres
Gonçalves.**

Corumbá
2017

MÁRCIA ADRIANA BRASIL AGUILAR

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA, SEGUNDO A
PERSPECTIVA DE QUEM VIVENCIOU ESSA REALIDADE
NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Josiane Peres Gonçalves.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Josiane Peres Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof.^a Dr.^a Maria Lidia Sica Szymanski
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Prof.^a Dr.^a Carmen Adélia Saad Costa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a todas as famílias que diariamente vivenciam diversas violações de seus direitos e, ainda assim, mantêm a positividade de um dia superar as adversidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo pela oportunidade e pelas condições para dar continuidade.

À minha mãe, que esteve a todo o momento ao meu lado me apoiando e incentivando nas minhas decisões e tendo muita paciência com minha ausência.

Agradeço aos professores, que me deram a base do conhecimento para que eu pudesse escolher o melhor caminho durante a formação e desenvolvimento da pesquisa, e principalmente à minha orientadora pelos conselhos e puxões de orelha quando necessários.

Agradeço aos colegas da Defensoria Pública: Luciane Cespedes Câmara, Adriana Fontes Pizzarro, Carlos Felipe Guadanhim Bariani, Vagner Flausino e Camila Flausino, que me incentivaram e compreenderam minhas ausências nos momentos que foram necessários ao longo desses dois anos.

Agradeço também ao meu marido Daniel Dainezi pelo ombro amigo e incentivo em cada momento em que pensei em desistir, em que não via mais forças para continuar.

Aos funcionários das instituições onde a pesquisa foi realizada, especialmente à psicóloga Cristiane Ligier, por abrir as portas e me acolher em cada fase do desenvolvimento do estudo e pela troca de experiências valiosas.

Aos adolescentes e seus familiares que aceitaram participar da pesquisa, por compartilhar suas histórias de vida e significações acerca da dolorosa vivência de violência, contribuindo para a pesquisa e principalmente para o aprimoramento pessoal e profissional.

Às amigas Ana Paula Tinti Pereira e à Carla Braga por me darem momentos de saúde mental em meio à loucura desta jornada, além das longas conversas sobre a experiência de mestranda que me mostraram que eu não estava sozinha.

À amiga Elisa, pela valiosa contribuição com seu vasto conhecimento e bibliografia emprestada, pelas conversas sobre os mais variados temas da psicologia em vários momentos do dia (ou da noite).

E especialmente à minha orientadora Josiane Peres Gonçalves, que fez essa jornada ser mais leve, orientando em todos os sentidos e me acalmando sempre que necessário; pela compreensão quando necessitei ausentar-me por alguma questão pessoal; e pelas valorosas contribuições para que este trabalho fosse concluído da melhor maneira possível!

RESUMO

A questão das drogas tem sido considerada uma epidemia que atinge principalmente aos adolescentes, devido à fase de vulnerabilidade, podendo ser o problema intensificado, se associado à violência doméstica. A presente pesquisa tem por objetivo identificar se há relações entre a violência doméstica e o consumo de substâncias psicoativas pelos adolescentes, evidenciando como se deu o processo de educação informal transmitida pela família no contexto de violência. A abordagem teórica fundamenta-se na perspectiva sociológica para analisar as diversas formas de violência e no viés psicanalítico para analisar a fase da adolescência. A pesquisa de campo, de natureza qualitativa, foi pautada em um estudo de cinco Casos do município de Corumbá/MS, sendo entrevistados cinco adolescentes que usavam drogas e vivenciaram situações de violência doméstica, bem como suas genitoras ou responsáveis que também vivenciaram situações de violência. Os dados da pesquisa foram transcritos, organizados em seis categorias e analisados segundo a perspectiva de histórias de vida. Os resultados evidenciam que: os estilos parentais utilizados pelos casos apresentados são do tipo indulgente, com pouca exigência e muita responsividade; o vínculo afetivo entre adolescentes e familiares passavam pelo processo de ruptura natural ao período da vida que vivenciavam, resultando em situações de violência psicológica, levando os adolescentes a permanecer mais tempo fora de casa; as drogas não eram compreendidas pelos adolescentes como prejudicial, visto que os auxiliava a lidar com o estresse em âmbito doméstico e promovia a socialização em grupos que compartilham o mesmo drama. A educação informal das famílias contribuiu para transmissão de valores e hábitos que não proporcionavam a construção de habilidades sociais adaptativas. Conclui-se que o estilo parental e as violências vivenciadas na dinâmica familiar podem ter influenciado no início do consumo de drogas por parte do adolescente, embora os mesmos e suas genitoras/responsáveis não percebam essa relação.

Palavras-chave: Violência doméstica; Adolescência; Drogas; Educação informal.

ABSTRACT

The drug issue has been considered an epidemic that affects mainly adolescents, due to their vulnerability phase, and the problem might be intensified if associated with domestic violence. This research aims to identify if there are relation between domestic violence and the consumption of psychoactive substances by adolescents, showing how the informal education process transmitted by the family occurred in the context of violence. The theoretical approach is based on the sociological perspective to analyze the various forms of violence and the psychoanalytic bias to analyze the adolescence phase. The qualitative field research was carried out based on the study of five cases in the city of Corumbá/MS. Five adolescents were interviewed who were drug users and experienced situations of domestic violence, as well as their mothers or guardians who also experienced situations of violence. The research data are transcribed, organized into six categories and analyzed from a life story perspective. The results highlight that: the parental styles used by the presented cases are indulgent, with little demand and great responsiveness; the affective bond between adolescents and their relatives were going through a natural rupture process to the period of life they lived, resulting in situations of psychological violence, leading the adolescents to stay longer away from home; drugs were not seen by adolescents as harmful since it helps to deal with stress in the domestic environment, and promoted socialization in groups that share the same drama. Families' informal education contributed to the transmission of values and habits that did not provide the construction of adaptive social skills. In conclusion the parental style and the experienced violence in the family dynamics may have influenced the onset of adolescent drug use although they and their mothers/guardians do not notice this relationship.

Keywords: Domestic violence; Adolescence; Drugs; Informal education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil
CEDAW	Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CSW	Commission on the Status of Women
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GT	Grupos de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEP	Inventário de Estilos Parentais
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
JECrim	Juizados Especiais Criminais
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PSC	Prestação de Serviço Continuada
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SDQ	Questionário de Capacidades e Dificuldades (sigla em inglês)
SPA	Substância Psicoativa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFBA Universidade Federal da Bahia

UNICEF United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Taxas de Homicídio por Arma de Fogo no Brasil em 2014.....	27
GRÁFICO 2 – Taxas de homicídios no Brasil e regiões entre 2005 e 2015	27
MAPA 1 – Faixa de Fronteira do Brasil.....	29
MAPA 2 – Mapa Fronteira Brasil-Bolívia.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Palavras-chaves utilizadas	64
QUADRO 2 – Análise de todos os casos em cada categoria.....	75
QUADRO 3 – Análise da história de cada caso de acordo com as categorias.....	76
QUADRO 4 – Identificação dos Participantes da Pesquisa	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Levantamento na ANPEd, por Grupos de Trabalho (GT) e ano de publicação.	64
TABELA 2 – Levantamento da produção no portal CAPES por níveis.....	65
TABELA 3 – Teses e dissertações no portal CAPES com os descritores combinados.....	66
TABELA 4 – Artigos encontrados no portal Scielo com descritores isolados.....	66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 VIOLÊNCIA(S)	23
2.1.1 Violências em Região de Fronteira	28
2.1.2 Violência Doméstica	31
2.1.3 Violência de Gênero	34
2.1.4 Violência Geracional	40
2.2 RELAÇÕES FAMILIARES	42
2.2.1 Conceitos de Família e Novas Configurações Familiares.....	43
2.2.2 Família e Processo de Educação Informal	48
2.2.3 Relações Familiares X Consumo de Drogas	54
2.3 ADOLESCÊNCIA E CONSUMO DE DROGAS	58
2.3.1 A Fase da Adolescência	59
2.3.2 Consumo de Drogas na Adolescência: Comportamento de Risco ou Fuga?	61
2.3.3 Considerações Sobre o Referencial Teórico.....	63
2.4 LEVANTAMENTO EM BASE DE DADOS	64
3. METODOLOGIA.....	68
3.1 OBJETIVOS	68
3.1.1 Objetivo Geral	68
3.1.2 Objetivos Específicos.....	68
3.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	69
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	69
3.4 LOCAL OU CAMPO DE ESTUDO	70
3.5 PARTICIPANTES DA PESQUISA	71
3.6 INSTRUMENTOS.....	72

3.7 PROCEDIMENTOS	72
3.8 ANÁLISE DOS DADOS	73
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	75
4.1 Caracterização dos Casos Investigados: Perfil dos Participantes da Pesquisa	76
4.1.1 Caso 1.....	77
4.1.2 Caso 2.....	78
4.1.3 Caso 3.....	79
4.1.4 Caso 4.....	80
4.1.5 Caso 5.....	81
4.1.6 Breves considerações sobre os casos apresentados.....	82
4.2 Relações Familiares	84
4.2.1 Caso 1.....	84
4.2.2 Caso 2.....	85
4.2.3 Caso 3.....	86
4.2.4 Caso 4.....	88
4.2.5 Caso 5.....	89
4.2.6 Breves considerações sobre os casos apresentados.....	90
4.3 Estilos parentais e educação informal.....	91
4.3.1 Caso 1.....	91
4.3.2 Caso 2.....	93
4.3.3 Caso 3.....	95
4.3.4 Caso 4.....	97
4.3.5 Caso 5.....	98
4.3.6 Breves considerações sobre os casos apresentados.....	99
4.4 Drogas e fatores de risco para os adolescentes	101
4.4.1 Caso 1.....	101
4.4.2 Caso 2.....	103

4.4.3 Caso 3.....	106
4.4.4 Caso 4.....	107
4.4.5 Caso 5.....	109
4.4.6 Breves considerações sobre os casos apresentados.....	110
4.5 Violências vivenciadas.....	111
4.5.1 Caso 1.....	111
4.5.2 Caso 2.....	112
4.5.3 Caso 3.....	114
4.5.4 Caso 4.....	116
4.5.5 Caso 5.....	119
4.5.6 Breves considerações sobre os casos apresentados.....	120
4.6 Expectativas para o Futuro.....	122
4.6.1 Caso 1.....	122
4.6.2 Caso 2.....	123
4.6.3 Caso 3.....	123
4.6.4 Caso 4.....	124
4.6.5 Caso 5.....	124
4.6.6 Breves considerações sobre os casos apresentados.....	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE I - Guia de Orientação Para as Entrevistas Com Adolescentes.....	141
APÊNDICE II - Guia de Orientação Para as Entrevistas Com Familiares.....	143
APÊNDICE III - Solicitação Para Realização da Pesquisa	146
APÊNDICE IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	147
APÊNDICE V - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.....	149
ANEXO I – Apreciação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS	151

Ah! Desgraçados!

Um irmão é maltratado e vocês olham para o outro lado?

Grita de dor o ferido e vocês ficam calados?

A violência faz a ronda e escolhe a vítima, e vocês dizem:

“a mim ela está poupando, vamos fingir que não estamos
olhando”.

Mas que cidade?

Que espécie de gente é essa?

Quando campeia em uma cidade a injustiça, é necessário
que alguém se levante.

Não havendo quem se levante, é preferível que em um
grande incêndio, toda cidade desapareça,
antes que a noite desça.

(Bertolt Brecht)

INTRODUÇÃO

A violência tem tomado conta de nossas vidas de uma maneira bem silenciosa, mas intensa. Sem perceber estamos discutindo o aumento do índice de criminalidade nas ruas, os crimes de abuso em casa e nas escolas, e, mais recentemente, a questão da redução da maioria penal. Isso por que tais temas têm sido abordados de maneira maciça em todo tipo de mídia de comunicação e dentro dos mais variados contextos (políticos, sociais, científicos, populares, etc.).

Este sempre foi um tema que intrigou esta pesquisadora desde a graduação em Psicologia e embora o contato direto com a criminalidade no sistema penitenciário tenha trazido alguma resistência, a inquietude e questionamentos sempre estiveram presentes.

Outro tema de grande interesse que começou a ser abordado por esta pesquisadora ainda na graduação é a questão da adolescência: suas características e seu particular processo de desenvolvimento, levando à pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (ainda não publicado).

Após a graduação, o tema das violências permeou constantemente o trabalho profissional desta pesquisadora dentro das políticas de assistência social, trabalhando desde a violência do Estado e a violência criminal, passando pelas violências físicas, psicológicas e sexuais que atingem crianças e adolescentes de todas as idades, até chegar ao trabalho desenvolvido com mulheres vítimas de violência doméstica, que demonstrou, de fato, como todas essas violências estão interligadas dentro do espaço doméstico e familiar, sendo este principal motivador da presente pesquisa.

Inevitavelmente, quando se fala em violência, logo se associa o termo à questão da criminalidade, da marginalidade e do estigma que lhe é cunhado pela sociedade. Mas nem sempre suas implicações se resumem à área criminal, ela também tem sede na área da família e da infância e juventude, afinal um de seus mais importantes berços é a família, incluindo aí a violência doméstica contra mulheres, crianças e idosos, bem como a violência e exploração sexual de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, passando também pela negligência e consumo de substâncias psicoativas (SPA) na presença de infantes.

Dessa forma, alguns questionamentos se fazem presentes, como por exemplo, que influência tem essas situações no desenvolvimento psicológico de uma criança que cresceu presenciando o pai alcoolista agredindo sua mãe verbal e fisicamente? Que condições tem essa mãe de educar os filhos, transmitir-lhe certos valores, se ela não dá conta de cuidar de si,

se sua autoestima se encontra extremamente baixa? E, ainda, quais instrumentos essa criança/adolescente dispõe para sobreviver a essa situação de extrema vulnerabilidade social/afetiva?

Dentre as diversas violações observadas nos documentos de notificação de violência contra crianças e adolescentes, uma das principais ocorrências ainda é a negligência, responsável por quase metade de maus-tratos no Brasil. De acordo com Pfeiffer e Hirschheimer (2007), a negligência se dá por intencionalidade (consciente ou não) das ausências nos cuidados aos direitos fundamentais e básicos garantidos às crianças e adolescentes através da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu Art. 4º propõe que garantir a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado (BRASIL, 1990). Ou seja, são sujeitos que possuem um aparato amplo e legal de proteção a qualquer tipo de violação de direitos, mas que, de alguma maneira, é falha na prática.

Trata-se de crianças e adolescentes que não recebem o mínimo de atenção a questões relacionadas à sua saúde e condições físicas; aos cuidados referentes ao provimento e manipulação dos alimentos; não conseguem obter o mínimo de atenção ou afeto; passam seus dias em companhias que os pais desconhecem, fazendo suas escolhas sem a devida orientação ou argumentação; não recebem incentivo e supervisão do desempenho escolar, lembrado apenas em situações de grandes dificuldades ou fracassos, recebendo o pior estímulo para se manter na escola.

A negligência, portanto, traz consigo maior potencial ofensivo no que diz respeito ao desenvolvimento psíquico de uma criança que cresce nessas condições, pois significar e elaborar feridas sentimentais demonstra ser uma tarefa mais difícil que significar e elaborar feridas concretas, que podem ser curadas por meio de medicamentos. A negligência emocional, entretanto, contribui sobremaneira na (des) construção de valores, pois induz aspectos negativos para a criança no que concerne a questões como a segurança física e emocional, autoestima, aceitação, consideração e autonomia. Corroborando com esses fatos, Azevedo e Guerra (2005, p. 18), ao analisar alguns resultados de pesquisa, afirmam que “[...] ficou constatado que adolescentes que sofreram maus-tratos familiares sofrem mais episódios de violência na escola, vivenciam mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais, fechando assim um círculo de violência”.

O ECA reconhece que os sujeitos que possuem entre 12 e 18 anos incompletos são considerados adolescentes (BRASIL, 1990). Tal período é conhecido por constantes crises, em que o sujeito se depara com novos grupos, novas regras e novas formas de convívio social

que o fazem questionar todos os valores e regras que outrora aprendera com sua família. Tal crise também é engendrada por ser um período de moratória, conforme Calligaris (2000), em que o jovem já não é mais criança, mas ainda não é reconhecido como adulto. O que fazer, então, diante desse impasse?

Como forma de solução para os conflitos emergentes durante esse período, o adolescente comumente se insere em grupos constituídos por sujeitos acometidos por dramas e angústias semelhantes às suas, o que lhe confere a sensação de alívio do mal-estar decorrente das mudanças que vivencia, sobretudo, porque passa a ter uma identidade que é a mesma do grupo ao qual pertence - a identidade grupal - que exerce uma função organizadora da sua personalidade, ainda que não seja sinônimo de ajustamento.

É nesse momento, amiúde, que se inicia o uso de substâncias psicoativas, muito por curiosidade ou mesmo para ser “aceito” em determinado grupo visto como célebre naquela “microssociedade” em que vive o adolescente, que passa, agora, a trocar (ou encontrar) o herói de sua vida: a celebridade, o status (CALLIGARIS, 2000).

Nesses grupos ele procura a ausência da moratória ou, no mínimo, uma integração mais rápida e critérios de admissão claros, explícitos e praticáveis – diferente do que acontece com a famosa maturidade exigida pelos adultos. Para Ferrari (1996), esse momento de moratória imposta geralmente é considerada a fase de “crise” adolescente, em que ocorrem questionamentos e rupturas com os modelos até então vigentes e pode ser considerada como a expressão das contradições da ordem social estabelecida, tornando-se um espaço de reflexão sobre os conflitos da cultura da qual faz parte. Portanto, o adolescente passa a buscar fora do âmbito familiar uma autoridade a que possa se submeter e contestar. Entretanto, nem sempre essa autoridade será positiva, levando, por vezes, a comportamentos antissociais.

Nesse novo contexto social, esses adolescentes encontram o “objeto droga” que, muitas vezes, funciona como o instrumento que, conforme Santos e Pratta (2006), vem tamponar ou mesmo “suprir” a falta primordial daquele objeto de amor que ficou perdido.

Ressalta-se que na adolescência há ainda uma característica de ocorrência de comportamentos de risco que são, segundo Santos e Pratta (2012), uma maneira de satisfazer o desenvolvimento de autonomia, do domínio de si e da individualização, tentando assim, testar seus limites e suas capacidades. Dessa forma, Kessler et al. (2003) afirmam que essas constantes condutas de risco podem ser compreendidas como fruto da necessidade de se sentirem vivos. Dentre os comportamentos de risco apresentados na adolescência, o consumo de entorpecentes vem chamando bastante atenção de pesquisadores de diversas áreas.

Santos e Pratta (2006) lembram que o uso de substâncias é uma prática milenar, entretanto os hábitos e costumes de cada sociedade é que direcionam a forma como tais substâncias são utilizadas, sendo que o uso do passado era realizado de forma coletiva em rituais religiosos e culturais, apenas por um grupo restrito, enquanto que a forma de consumo da sociedade ocidental atual vem se dando de outra maneira. Isso porque, conforme Dias (2012), o advento da modernidade antropocêntrica coloca o indivíduo enquanto responsável pelo controle de seus próprios impulsos. Igualmente, a objetificação do homem apresentada pela sociedade moderna desumaniza e esvazia o ser humano e, num lugar em que os valores humanizados são deixados de lado, a droga entra como uma “grande solução ilusória” (SANTOS; PRATTA, 2006, p. 316).

Diante dessas questões, algumas indagações se fazem presentes, tais como: Como esses adolescentes e seus familiares compreendem os fenômenos de violência vivenciados? Será que eles percebem haver relação entre a violência doméstica e o consumo de drogas por parte dos adolescentes? Será que o estilo parental utilizado como forma de educação familiar pode contribuir de alguma maneira para o início do consumo? Qual a perspectiva de futuro que os mesmos têm diante da experiência apresentada? É a essas questões que se destina esse estudo sem, entretanto, ter a pretensão de esgotar o assunto que muito ainda tem para ser discutido.

Por meio da realização da pesquisa pretende-se encontrar possíveis respostas para tais questionamentos a partir do olhar e da vivência desses sujeitos que experienciaram todas essas vicissitudes. Assim, a pesquisa tem por objetivo investigar, de acordo com a opinião dos participantes, se há relações entre a violência doméstica sofrida no âmbito familiar e o consumo de substâncias psicoativas por adolescentes, evidenciando como se deu o processo de educação informal transmitida pela família em um contexto caracterizado pela violência doméstica.

Baseando-se no que foi exposto, ressalta-se que os resultados da pesquisa poderão contribuir para ampliar os conhecimentos sobre a temática investigada e quem sabe influenciar no processo de elaboração de políticas que considerem a subjetividade de pessoas que vivenciam as violências no âmbito doméstico, resultando em outros graves problemas sociais.

Dessa forma, para uma melhor elucidação teórica acerca do tema, optou-se por dividir o Capítulo 2, relativo ao Referencial Teórico, em subtítulos para melhor aprofundar cada temática, porém todos os fenômenos descritos costumam ocorrer concomitantemente. A abordagem teórica utilizada neste tópico é essencialmente sociológica, aportando-se no

conceito da violência enquanto fenômeno construído social e historicamente. Também se utilizam documentos oficiais nacionais e internacionais que abordam sobre o tema.

Assim, inicialmente busca-se compreender o fenômeno da violência, passando por uma contextualização da violência em região de fronteira, para seguir à explanação de três tipificações que usualmente acometem o contexto familiar, quais sejam: a) violência doméstica; b) violência de gênero; c) violência geracional. Observa-se, no entanto, que não raramente esses três tipos de violência se sobrepõem e a divisão apresentada aqui tem apenas o objetivo de esclarecimento acerca do tema.

Em seguida, adentra-se nas concepções de relações familiares a fim de elucidar a evolução pela qual as famílias passaram ao longo da história da humanidade buscando compreender o papel social desempenhado por cada membro familiar na educação e desenvolvimento do pequeno ser até a fase adulta. Para tanto, busca-se o aporte teórico em autores da Psicanálise como Winnicott, Bowlby e Lacan, uma vez que estes estudiosos se dedicaram ao estudo profundo acerca da importância da mãe no saudável desenvolvimento psíquico do bebê, bem como a importância atribuída por Lacan (1955) acerca da função paterna neste desenvolvimento, especialmente no desenvolvimento psíquico do que ele chama de sujeito contemporâneo.

Dando continuidade, aborda-se sobre os estilos parentais de educação apresentados inicialmente pela psicóloga Diana Baumrind (1966, 1971), quais sejam: a) autoritário; b) autoritativo (ou com autoridade) e c) negligente ou, apontando sua influência no desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes em seus diferentes estágios de desenvolvimento, bem como potencialmente em sua vida adulta. As pesquisas apresentadas demonstram, ainda, que alguns desses estilos parentais são potenciais para o desenvolvimento de comportamentos antissociais e início do consumo de SPA.

Para finalizar o Referencial Teórico, ainda sob a ótica da psicanálise, explana-se acerca da adolescência para compreender as nuances do processo de “adolescer” em seus tortuosos caminhos através de comportamentos de risco chegando, assim, ao consumo de drogas. Mediante os estudos de Santos e Pratta (2006) torna-se possível compreender porque alguns adolescentes fazem apenas uso recreativo enquanto outros estabelecem um vínculo ainda mais forte com tal objeto, de forma a transformá-lo em um objeto-tampão.

Após a abordagem teórica, apresenta-se no Capítulo 3 a Metodologia da pesquisa, destacando o percurso utilizado para a realização da investigação, incluindo os objetivos, o campo de estudo, os critérios de escolha dos participantes, os instrumentos e procedimentos utilizados para a coleta de dados, a sistematização e análise dos resultados obtidos.

No Capítulo 4 são apresentados os resultados que foram organizados em categorias, para facilitar a compreensão dos dados obtidos durante a realização da pesquisa com os adolescentes e familiares. Paralelamente aos resultados, são feitas análises fundamentadas em estudos sobre as temáticas abordadas.

O Capítulo 5 se caracteriza pela apresentação das Considerações Finais, sendo destacadas as principais ideias obtidas durante a realização da pesquisa sobre violência doméstica e uso de drogas na adolescência

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem teórica do presente trabalho encontra-se organizada em três instâncias, a saber: a) primeiramente será analisado o conceito e definição geral acerca do fenômeno da violência, focando principalmente em discussões relativas a três dos diversos tipos de violências existentes, quais sejam: a violência doméstica, violência de gênero e violência geracional, com a intenção de refletir sobre as principais violências encontradas no contexto familiar; b) em seguida, apresenta-se a discussão acerca do conceito de família e a evolução e modificações ocorridas ao longo da história da humanidade; c) e por fim, mas não menos importante, busca-se compreender o fenômeno da adolescência, sua crise e mudanças para posteriormente abordar como e porquê se dá o consumo de drogas nesse período específico do desenvolvimento humano.

2.1 VIOLÊNCIA(S)

Ao iniciar as discussões acerca da violência é preciso, antes de tudo, conhecer o seu conceito que tem se apresentado deveras complexo. Para Belmont (2008), desde as histórias contadas na Bíblia, assim como as estórias contadas na mitologia grega, é possível observar a presença de um denominador comum: a violência. Podemos encontrá-la desde a transgressão praticada por Adão e Eva, ou o fratricídio de Caim em face de Abel nas histórias bíblicas; ou mesmo no parricídio praticado por Édipo na história de Sófocles. Há, invariavelmente, duas forças violentas agindo nos contextos supracitados: o ato violento praticado entre os pares e uma violência que age externa e coercitivamente.

Tal questão é adequadamente abordada por Amoretti (1993), que explica a existência de dois tipos de violência: a explícita, na qual estão incluídas todas as transgressões à lei, identificando facilmente o sujeito violento e igualmente o sujeito violentado; e a violência mascarada, na qual se identifica o sujeito violento, porém o ato em si não está explícito, como por exemplo, a prostituição, o analfabetismo e o não acesso às informações que todos têm direito enquanto sujeitos que vivem em uma mesma sociedade democrática. Ou seja, o ato violento explícito pode ser uma resposta a uma forma de violência mascarada vivenciada anteriormente.

Wieviorka (2007) relembra que tal fenômeno inicialmente foi considerado como algo inerente ao ser humano e, portanto, proveniente de seu construto biológico. Posteriormente, foi entendida como traços de caráter e temperamento e, mais recentemente, enquanto

fenômeno histórico-social e culturalmente construído, sendo esta a concepção abordada pelo presente estudo, sem deixar de considerar a subjetividade do indivíduo dentro desse processo.

É possível observar, sem muita dificuldade, a presença cada vez maior de atos violentos no cotidiano atual. Nesse sentido, Birman (2012) ressalta que a violência tem cada vez mais se imposto como uma invariante nas subjetividades contemporâneas, destacando-se a disparidade entre a motivação e o ato violento desencadeado, como se fosse a única possibilidade que se impõe ao sujeito para a resolução de um impasse, como o assassinato de um sujeito que possivelmente havia “fechado” outro no trânsito, por exemplo. Assim, o autor afirma que “[...] uma das consequências da violência é o incremento da delinquência. Ao lado disso, a criminalidade se intensifica em todos os quadrantes do planeta, sem exceção” (p. 83).

O fenômeno da violência, portanto, é algo que está presente ao longo da história da humanidade e há muito vem sendo objeto de estudo. A representação que se tem sobre a violência é mutável e novos olhares devem ser lançados sobre o fenômeno para sua devida compreensão e possíveis intervenções, uma vez que “[...] ela traduz a existência de problemas sociais que não são transformados em debates e em conflitos da sociedade” (WIEVIORKA, 2007, p. 1150).

Corroborando com essa perspectiva relacionada ao contexto cultural, Minayo (2009) apresenta o fenômeno da violência considerando os aspectos histórico, humano e social. O aspecto histórico se caracteriza pelas expressões de violência ao longo da história da humanidade, dentro das especificidades da sociedade e da época pertinente. A dimensão humana se dá porque é o indivíduo quem pratica o ato violento. Entretanto, não se deve confundir a violência propriamente dita com a agressividade, inerente a todo ser humano, enquanto um instinto necessário à sobrevivência, defesa e adaptação das pessoas em sua própria construção subjetiva (FREUD, 1920). Por fim, a violência se insere na construção social e cultural da sociedade e do tempo histórico em que está sendo vivenciada.

Para Odália (1985), o indivíduo é entendido como um sujeito histórico, mutável e condizente com a forma pela qual a sociedade se apresenta. Portanto, a violência constituiria na privação e no próprio impedimento de as pessoas poderem usufruir de seus direitos e, fundamentalmente, se realizar enquanto seres humanos.

Também Amorim (2005) reconhece que a violência deve ser compreendida em sua diversidade e complexidade de relações que são historicamente construídas, envolvendo as diferentes realidades da qual a sociedade é composta (social, econômica, ética e política), atentando-se também à cultura na qual esta sociedade está assentada, com seus valores e

representações. Logo, não se pode compreender a violência sem considerar os fenômenos históricos e sociais que a produziram.

É possível, portanto, depreender que o contexto social e cultural em que o indivíduo encontra-se inserido é capaz de interferir em sua constituição subjetiva, tanto na forma como compreende as diversas situações vivenciadas e reage a tais situações (agressiva ou passivamente), quanto na forma pela qual se posiciona no mundo, bem como é percebido pelo mundo, constituindo assim, sua subjetividade.

Entre os documentos oficiais existentes, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) entende a violência enquanto uso intencional de força física, poder ou ameaça contra si ou contra outrem, que resulte em dano físico, morte, privação, desenvolvimento prejudicado ou dano psicológico. A violência pode ser compreendida de acordo com as características do ato, tais como: a) violência auto direcionada: quando o autor do ato violento é a própria vítima, como por exemplo, cortes nos membros ou autoflagelo; b) violência interpessoal: quando o ato violento é praticado contra terceiros, como os atos de lesão corporal dolosa, que incluem tapas, chutes, etc.; c) violência coletiva: quando praticada contra a coletividade, ou à sociedade, como os atentados usualmente conhecidos e divulgados pela mídia enquanto “terroristas”.

Em relação à sua natureza, a violência pode ser classificada como física; sexual; emocional ou psicológica e negligência (OMS, 2002). Por violência física compreende-se todo ato que cause lesões ou ferimentos físicos não acidentais praticados pelo uso de força.

Já a violência sexual pode ser compreendida como uma conduta que constranja a pessoa, mediante coação, ameaça, intimidação ou uso da força, a manter, presenciar ou participar de relação sexual não consentida. Tal violência também abrange outros aspectos como induzir a comercialização da sexualidade; impedimento ou restrição ao acesso a qualquer método contraceptivo; e especialmente no que concerne à mulher, forçar o matrimônio, a gravidez, o aborto ou a prostituição e limitação ou anulação do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (SOUZA; ADESSE, 2005). Encontra-se ainda no Código Penal Brasileiro, no Art. 213, que a definição de estupro é caracterizada pelo ato de “[...] constranger alguém, mediante força física ou grave ameaça, a manter conjunção carnal ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, não havendo a necessidade da penetração para a configuração da violência”. Considera-se ainda no Art. 216-A o assédio sexual que se caracteriza por “[...] constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou

ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, 1984).

A violência emocional ou psicológica é definida pelo Ministério da Saúde enquanto todo ato ou omissão que cause dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. São ações de ameaças, humilhações, discriminação, exploração, críticas constantes, isolamento de famílias e amigos, desvalorização, etc. São as mais difíceis de serem identificadas e causam bastante prejuízo à saúde mental levando, muitas vezes, ao suicídio (BRASIL, 2001).

Por fim, a negligência é entendida como todo ato ou omissão de cuidados básicos que deveriam ser ofertados por alguém a outra pessoa que daquela depende seja por idade ou condição física incapacitante (OMS, 2002).

No Brasil, o acesso a dados sobre violência é bastante incipiente, posto que a maior parte dos dados divulgados fundamenta-se nos registros de boletim de ocorrência nas delegacias, baseando-se principalmente em violência criminal e, especificamente, nas taxas de homicídio (RODRIGUES; SARRIERA, 2015). Nesse sentido, fica evidente a subnotificação dos dados reais da violência no país e a ausência de diálogo entre os diversos setores que atendem as demandas de violência.

De acordo com o Atlas da Violência 2017, observa-se que em 2015 houve uma taxa de 29,8 homicídios a cada 100 mil habitantes, o que equivale a cerca de 59 mil homicídios no ano. O documento ainda aponta que cerca de 47,8% do total de óbitos de pessoas entre 15 e 29 anos são decorrentes de homicídio. Se for considerar apenas as vítimas masculinas, esse número sobe para 53,8%. Tal documento confirma o que fora apontado pelo Mapa da violência de 2016 em relação à idade das vítimas, em que a maior concentração está nos 20 anos de idade, quando a taxa de homicídios por arma de fogo atinge a marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens. Entretanto, observa-se que a escalada da violência se inicia por volta dos 13 anos, conforme Gráfico 1.

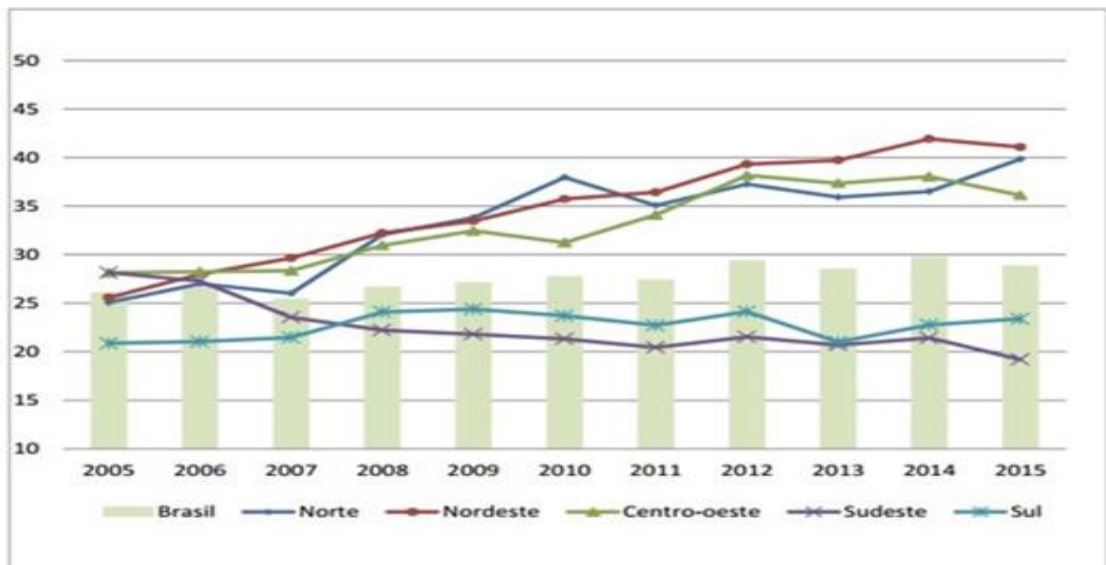
Gráfico 1 - Taxas de Homicídio por Arma de Fogo no Brasil em 2014



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 * 2014: dados preliminares

O Atlas da Violência 2017 apresenta uma evolução das taxas de homicídio nas diferentes regiões do país entre os anos de 2005 a 2015, conforme pode ser evidenciado por meio do Gráfico 2:

Gráfico 2: Taxas de homicídios no Brasil e regiões entre 2005 e 2015



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas.

Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea.

Observa-se, portanto, que a região Sudeste teve um decréscimo no índice de homicídios, enquanto as regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam aumento no índice de homicídios. Ainda de acordo com o Atlas da Violência (2017), isso se deve a inúmeros fatores, como a questões socioeconômicas, o Índice de Desenvolvimento Humano, a forma pela qual se dá o crescimento e o desenvolvimento econômico de cada município, mercado de trabalho, oportunidade para mercados ilícitos (drogas, armas, prostituição), desorganização social e qualidade da política pública.

2.1.1 Violências em Região de Fronteira

O Mapa da Violência (2016) aponta ainda que o Brasil está na décima posição no ranking de violência, estando à frente de países como Chile (30º), Israel (36º) e Bolívia (38º), evidenciando uma realidade deveras preocupante. Tal situação se torna ainda mais delicada quando se fala em regiões de fronteiras, especialmente aquelas que delimitam países vizinhos como, por exemplo, a região fronteira do Brasil com o restante dos países da América do Sul, que compreende uma extensão de aproximadamente 15.000 km de fronteira terrestre, facilitando o trânsito de pessoas e a troca cultural/comercial de maneira bastante especial.

Entretanto, não se trata apenas de uma delimitação territorial, mas também de uma demarcação de diferentes projetos sociopolíticos que delimitarão a maneira como cada Estado conduzirá seus assuntos, seguindo a unidade do território, da língua e das leis de cada Estado-Nação. Nesse sentido, Gomes (2011, p. 23) menciona sobre o constante esforço do Estado em equipar as fronteiras com seus aparelhos fiscalizadores, considerando que a dinâmica das fronteiras “[...] conspira contra a organização compacta de um dado território nacional”.

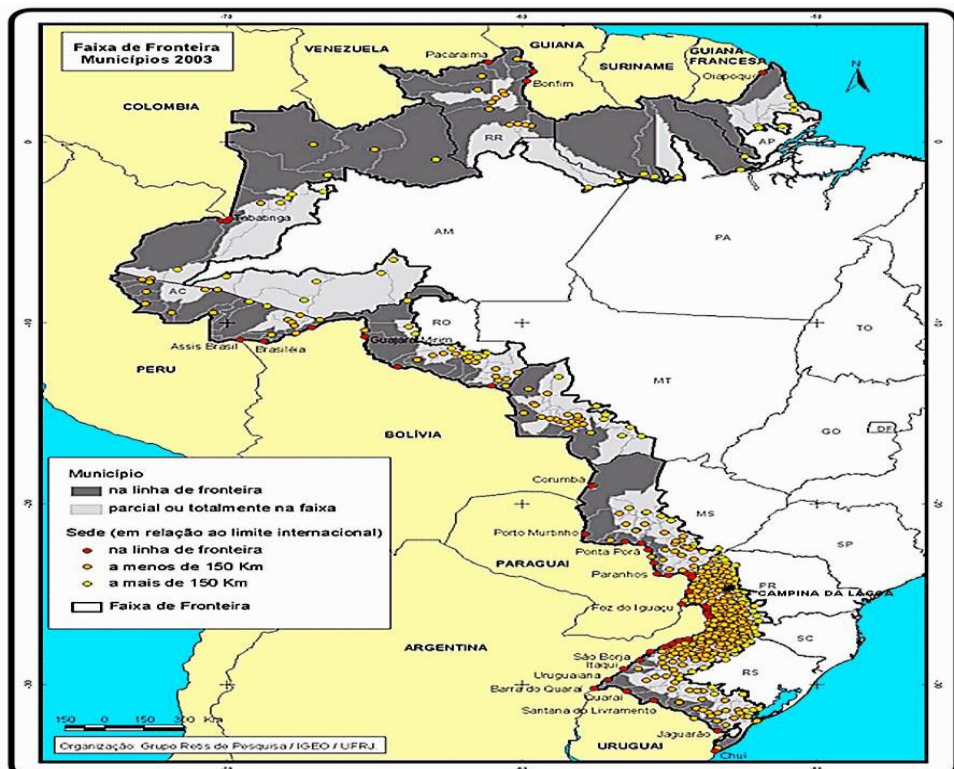
Destarte, pode-se afirmar que a dinâmica das fronteiras gera um efeito específico que, por suas características peculiares, produzem certa descontinuidade entre dois (ou mais) territórios nacionais. Esse efeito fronteira corresponde a um “[...] fenômeno ligado às interações fronteiriças, que pode ocorrer nas áreas econômicas (atividades lícitas e atividades ilícitas), sociais, trabalhistas, jurídicas, culturais, políticas etc.” (PEREIRA, 2012, p. 24).

Sendo assim, a região fronteira acaba por criar uma dinâmica própria que, apesar de respeitar os tratados e documentos internacionais, também cria suas próprias leis que estão implícitas na sua dinâmica de funcionamento, leis que acabam por burlar o sistema e os próprios tratados sem, no entanto, se deixar clara. É uma dinâmica que apresenta características peculiares que interferem na constituição da sociedade que ali convive.

Nesse contexto, as atividades ilícitas tornam-se especialmente atrativas, considerando o lucro alto em uma região que, muitas vezes, é lembrada pelo Estado somente no aparato fiscalizador/repressor. Dentre essas atividades, destaca-se o tráfico de drogas que engloba uma gama de situações que atraem diversas pessoas, seja para a venda local dos entorpecentes nas chamadas “bocas de fumo” ou para o transporte entre cidades, estado e país, mediante auxílio de “mulas” ou “aviões” do tráfico, caracterizadas pelas pessoas que levam os entorpecentes para outras localidades em troca de uma quantia de dinheiro ou pagamento de dívidas.

Portanto, ressalta-se a importância em destacar o contexto territorial/social em que esta pesquisa foi realizada, por estar inclusa precisamente numa região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Tal faixa fronteiriça compreende os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e três departamentos bolivianos: Pando, Beni e Santa Cruz, com uma extensão territorial de aproximadamente 3.400 km, sendo 751 km de fronteira seca e 2.672 km de fronteira fluvial (FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA, 2016).

Mapa 1: Faixa de fronteira do Brasil



Fonte: SUDECO, 2017.

No Mato Grosso do Sul, especificamente, a região de fronteira compreende as cidades de Corumbá (MS/Brasil) e Puerto Suárez (Departamento de Santa Cruz/Bolívia). Considerada

a quarta maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de 107 mil habitantes e uma renda per capita de R\$28.712,25, Corumbá se encontra a 223 km de distância da cidade mais próxima dentro do Brasil, Miranda (MS); a 420 km da capital Campo Grande, e a 05 km da fronteira seca com a Bolívia, o que proporciona a inclusão da cidade na rota de inúmeras atividades ilícitas.

Mapa 2: Mapa Fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Google Maps, 2017.

Embora o estado seja apontado como 23º no ranking de mortes por arma de fogo pelo Mapa da Violência (2016), também ocupa a 13ª posição no ranking de feminicídio, de acordo com o Mapa da Violência de homicídios contra mulheres elaborado em 2015. O município de Corumbá, no entanto, está entre as 150 cidades menos violentas (149ª posição) dentre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, conforme o Atlas da Violência 2017 divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,7 e de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, trata-se de um índice satisfatório, levando o município a ocupar a 26ª posição entre os municípios do estado e a 1904ª posição dentre os 5565 municípios brasileiros.

Outro aspecto que se faz relevante ressaltar acerca do território em que este estudo vem sendo desenvolvido é o fato de o município ter 60% de sua extensão territorial ocupada pelo pantanal sul-mato-grossense, com aproximadamente 65.000 km² de extensão territorial e apenas 21,57 km² de área urbana (IBGE, 2010). Os dados da pesquisa ainda apontam que das 103 mil famílias residentes no município, 90,11% moram na zona urbana e 9,88% na zona rural, distribuídos em aproximadamente sete distritos espalhados pelo pantanal e outros assentamentos próximos à área urbana.

No que concerne à questão da educação escolar, embora tenha se observado evolução, ainda há grande defasagem, uma vez que das 85.366 pessoas com 10 anos ou mais, apenas 23.128 frequentavam a escola no período da pesquisa, culminando em 52,72% sem qualquer grau de instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto.

Outro dado que se faz importante destacar é que das 3510 famílias residentes em domicílios particulares que foram entrevistadas, 32,47% são de casais com filhos, 24,58% de casais sem filhos e cerca de 42,95% de famílias matrilineares, ou seja, apenas a mulher e seus filhos.

Considerando tais dados territoriais e demográficos, somado à facilidade do tráfego de pessoas entre ambos os países, bem como a possibilidade de fixar moradia em ambos os territórios e a facilidade de trocas culturais, observa-se que a prática das diversas formas de violência e, principalmente da violência doméstica, é uma questão sem fronteira (GOMES, 2011), o que leva ao desenvolvimento de pesquisas e políticas públicas para dar conta da demanda apresentada.

2.1.2 Violência Doméstica

Embora a violência se faça presente na sociedade e em diversos contextos ou instituições sociais, como a temática do presente estudo refere-se à violência doméstica e uso de drogas na adolescência, a intenção é priorizar a análise relativa à violência que ocorre em âmbito familiar. Em geral se imagina que a família acolhe e protege todos aqueles que se

encontram no espaço doméstico, porém nem sempre isso acontece, uma vez que essas mesmas pessoas podem ser vítimas de todo tipo de violência: física, psicológica, sexual, etc. Na maioria das vezes, os grupos mais vulneráveis são as mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiências.

Saffioti (1999) compreende que nesse contexto existe uma sobreposição de violências de gênero e violência familiar e aponta que geralmente se estabelece um território em que todas as pessoas pertencentes a este são, simbolicamente, pertencentes ao chefe do território – muito frequentemente o homem. A violência praticada por pai e mãe também tem seu cunho na hierarquia e, muitas vezes, as mulheres que, “[...] tendo seus direitos humanos violados por seu companheiro, maltrata seus filhos” (SAFFIOTI, 1999, p. 83). É, portanto, desde a infância que o sujeito experimenta a exploração-dominação do patriarca, seja diretamente, seja através da mulher adulta. A violência doméstica é compreendida, pois, como formas de violações de direitos e de sujeito, porque o próprio indivíduo em sua singularidade e subjetividade está em sofrimento.

A detecção desse tipo de violência, no entanto, se torna muitas vezes uma tarefa difícil, por se tratar do âmbito privado. Assim, apresenta-se velada num pacto de silêncio estabelecido implicitamente entre todos os membros da família, dificultando a resolução e vulnerabilizando ainda mais os infantes, que são sempre os mais frágeis nessa dinâmica (AMORIM, 2012).

Há muito tempo a violência doméstica, especialmente contra crianças e adolescentes, e mais recentemente contra as mulheres, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores. Ela tem sido considerada a terceira maior causa de mortalidade na população geral e a primeira entre crianças e adolescentes a partir de um ano de idade (HILDEBRAND, 2015).

Entre os autores que têm estudado a violência doméstica, podemos destacar o estudo realizado por Monteiro et al. (1999), com 90 adolescentes entre 12 e 18 anos na cidade de Campinas – SP. O objetivo da pesquisa consistiu em identificar as representações sociais que os adolescentes tinham acerca da violência doméstica, dos agressores e de si mesmos, no caso daqueles que foram agredidos durante a infância. Os participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos (vitimados e não-vitimados) e os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários e entrevistas.

Os resultados foram sistematizados e discutidos por meio da análise do discurso, em que foram evidenciadas algumas questões relevantes. Em relação às representações que esses adolescentes têm acerca do fenômeno da violência doméstica, foram identificados alguns aspectos psicossociais como o alcoolismo, a drogadição, o baixo nível de escolaridade dos

pais, as precárias condições socioeconômicas, a ausência de desejo pela maternidade e paternidade, associados aos conflitos psicológicos e às depressões que possibilitam negligência, abandono, abusos psicológicos, etc. Em 11,6% dos adolescentes vitimados, percebeu-se que há a presença de sentimentos de rejeição e desaprovação que poderiam estar impulsionando condutas antissociais, tais como: fugas de casa, roubos e comportamentos delinquentes, associados ao uso combinado de álcool e drogas. Conforme os pesquisadores, “[...] estes resultados revelam a fragilidade dos jovens diante das drogas, da força e da sedução do álcool, que lhes permite “uma onda”, que os deixa diferentes, talvez “outras pessoas”, mais alegres, descontraídas e corajosas” (MONTEIRO et al., 1999, p. 164).

Evidencia-se que o fenômeno da violência doméstica, na própria concepção dos adolescentes vitimados e também dos não vitimados, demonstra ser um fenômeno deveras complexo, por envolver questões de relacionamento afetivo ausente ou falho, desenvolvimento de baixa autoestima e sentimento de insegurança, que acaba influenciando a saúde física e mental de todos os membros da família.

Hildebrand (2015) também realizou um estudo com 252 crianças e adolescentes entre 4 e 16 anos, vítimas de violência doméstica, atendidos em Serviços Especializados conveniados ao CREAS de um município brasileiro, sorteado aleatoriamente. Para a coleta de dados, foi utilizado um instrumento de avaliação psicológica que identifica problemas de saúde mental infanto-juvenil (Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ), com a intenção de estabelecer as relações entre a violência doméstica e o risco de desenvolvimento de problemas mentais em crianças e adolescentes vitimados.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a violência doméstica vivenciada por crianças e adolescentes se mostrou um fator de risco significativo para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, agravado pelo uso preocupante de bebida alcoólica por parte do responsável e/ou por este estar fora do processo produtivo de trabalho. Entretanto, os fatores de proteção analisados não se mostraram efetivos para a prevenção do desenvolvimento de tais problemas de saúde mental, ao contrário dos fatores de risco, que se mostraram bastante alarmantes, sendo que tais fatores de risco podem levar a reações como dificuldade de adaptação, problemas de conduta e dificuldade no desenvolvimento de resiliência para superação das situações adversas.

Em relação às representações acerca dos agressores, o estudo de Monteiro et. al. (1999) demonstra que em aproximadamente 60% dos adolescentes que participaram da pesquisa demonstram sentimentos ambivalentes em relação ao agressor, oscilando entre raiva, medo, piedade, tristeza e desejo de ajudar ao seu agressor, que em 74% eram os pais. E ainda

complementa com um trecho do discurso de um dos adolescentes que participaram do grupo de estudo:

As representações do grupo de estudo traduzem o processo de identificação com o agressor e permitem a reprodução da agressão: ‘acho que todos sentem ódio e rancor das lembranças das brigas, mas eu sou esperto e querido nas ruas pelos outros; fui líder de grupos de adolescentes, tinha meu horário no Taquaral (para assaltar as pessoas), mas não chamava ninguém para participar. Quando alguém queria entrar no grupo, devia me obedecer. Prefiro lidar com camaradas inteligentes, que me ouvem e não agem precipitadamente (p. 165).

Corroborando com tal questão, Lopes (2009) afirma que “[...] todos os agressores apresentavam experiências familiares pontuadas por episódios de violência” (p. 214). Desse modo, é possível observar a predominância da repetição do ciclo de violência vivenciado ao longo da vida. Nesse sentido, podemos depreender a definição dada por Freud (1920) acerca da “compulsão à repetição”, que pode ser compreendida enquanto a atuação repetida e inconsciente de um evento traumático não elaborado. Ou seja, é algo que, por algum motivo fora reprimido da consciência, não sendo possível recordar voluntariamente e retorna através das ações na realidade. Importa lembrar, no entanto, que o padrão do comportamento, embora possa ser explicado pelo próprio sujeito através de sua história de vida, dificilmente será percebido pelo mesmo com facilidade.

Entretanto, Rodrigues e Chalhub (2014) ressaltam que, embora a vivência de violência doméstica durante a infância/juventude na família de origem seja um fator de risco para a reprodução da violência doméstica por parte dos homens, não se pode entendê-la como fática, pois há fatores de proteção individuais, relacionais e sociais que contribuem para uma adequada ressignificação do padrão interacional baseado na violência.

2.1.3 Violência de Gênero

Outro tipo de violência que comumente se vê dentro das relações familiares é a violência de gênero. Entretanto, antes de abordar especificamente essa questão, faz-se necessário compreender o significado da terminologia apresentada: gênero, porque uma questão é o biológico e outro aspecto diferente é o social, ou como cada cultura compreende e age de acordo com os sexos feminino e masculino.

As definições culturais de masculinidades e feminilidades, as expectativas e experiências diferenciadas, todos os significados sociais e psicológicos ligados ao que é ser homem ou mulher são relacionados a gênero. Embora o sexo seja o que define a categorização inicial, o gênero é mais aprendido do que inato (FARIA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2016, p. 170).

Quando se fala em gênero, é necessário ter em mente que as definições vão além do sentido biológico binário de diferenciação entre os sexos. Trata-se de um termo que vem sendo discutido há muito tempo e que passou a ter maior visibilidade a partir dos estudos feministas, conforme Scott (1989). A intenção é compreender a causalidade da desigualdade de gênero na sociedade, abordando questões acerca do patriarcado ou até mesmo utilizando o materialismo histórico para explicar como se construiu a relação entre os sexos ao longo da história. Entretanto, as abordagens utilizadas para os estudos de gênero eram estritamente descritivas ou utilizava-se de teorias prontas que não davam conta de explicar o fenômeno em toda sua complexidade.

Desse modo, o termo gênero pode ser entendido como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder” de acordo com Scott (1989, p. 21). Em sua concepção, a forma como a diferença entre os sexos é percebida interfere diretamente nas relações de poder das questões políticas, de mercado de trabalho e até mesmo na educação, com os símbolos culturais e conceitos normativos binários que são repassados nas instituições, sendo construído mutuamente essas relações. Outro elemento apontado pela historiadora, na constituição da definição de gênero, é a identidade subjetiva que se constrói a partir da diferenciação sexual, resultando em um sentido necessário para significar essa diferenciação.

Já a socióloga Saffioti (1989), sempre criticou a utilização desenfreada do termo, por compreender a questão de gênero imbrincada com as relações de poder do patriarcado. Assim, não é somente a definição descritiva de gênero que importa, mas a forma como as questões de gênero e de poder patriarcal se relacionam, pois tal relação promove a exploração-dominação masculina e a hierarquização do poder, atingindo não somente a mulher, mas também aos descendentes.

Ocorre, porém, que tal forma de relação de gênero, caracterizada pela exploração-dominação masculina, usualmente extrapola os muros do ambiente doméstico, atingindo todas as mulheres na sociedade. Geralmente, resulta em constantes violações de direitos e invasões de espaço alheio como, por exemplo, nas “cantadas” de rua que intimidam a mulher, tornando-se, portanto, uma forma de violência que, em algumas vezes, chega ao extremo do estupro e do feminicídio.

Corroborando com a conceituação de Saffioti (1989), Cavalcanti (2005) afirma que a relação de poder e dominação é algo que vem sendo construído ao longo da história, mediante a construção dos papéis sociais frequentemente impostos às mulheres e aos homens, de forma a reforçar a ideologia do patriarcado, induzindo a relações violentas entre os sexos. Essa

forma de violência vem sendo construída mediante o processo de socialização das pessoas, ocorrido durante a educação e costumes familiares, além do ambiente social (escolar/comunitário) em que os indivíduos irão conviver e se desenvolver.

Diante desse contexto social e político, e devido a intensa luta do movimento feminista, especialmente entre as décadas de 60 e 70 do século XX, muitos documentos nacionais e internacionais foram redigidos, na tentativa de reverter essa situação, garantindo cada vez mais a igualdade e a dignidade a que a mulher tem direito.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem, há muito tempo, buscando formas de garantir a proteção das mulheres, instituindo em 1946 a Comissão sobre o *Status* da Mulher (CSW) que elaborou diversos estudos e análises sobre as condições das mulheres no mundo. Como resultado, foram elaborados diversos documentos internacionais, tais como: Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres em 1952; Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas em 1957; Convenção sobre o Casamento por Consenso, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos em 1962. (SOUZA, 2009).

Em 1975 a ONU proclamou o Ano Internacional da Mulher e declarou o período de 1976-1985 como a Década da Mulher. Todas essas ações impulsionaram ainda mais as atividades dos movimentos feministas que, a exemplo da I Conferência Mundial sobre a Mulher, formularam propostas que pudessem incluir aos documentos oficiais questões específicas para melhorar as condições de vida de mulheres do mundo todo. Em 1979, a ONU aprovou a Convenção de Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), conhecida como a “Lei Internacional dos Direitos das Mulheres”, que entrou em vigor somente em setembro de 1981. Tal documento considera que a discriminação contra a mulher:

[...] viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade (CEDAW, 1979, p. 19).

Logo, podemos observar grande empenho por parte dos órgãos de proteção internacionais e da sociedade, para que as mulheres também possam ser tratadas igualitariamente em direitos, visando à não violação de sua integridade física, psicológica, emocional e social, ganhando cada vez mais força com cada acordo e tratado assinado internacionalmente. O Brasil ratificou a Convenção de Eliminação de todas as formas de

Discriminação contra a Mulher somente em 1984, fazendo reserva a alguns artigos que diziam respeito sobre a igualdade entre homens e mulheres na esfera familiar (SOUZA, 2009).

Em 1985, após intensa pressão dos movimentos feministas nacionais para o reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres dentro do âmbito doméstico enquanto crime, o então secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Michel Temer, criou a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). No mesmo ano, outras seis capitais implantaram suas próprias delegacias especializadas para o atendimento às mulheres vítimas de violência: Belo Horizonte - MG, Cuiabá - MT, Curitiba - PR, Florianópolis - SC, Vitória - ES e Recife - PE. (SOUZA; CORTEZ, 2014).

Dez anos depois, em 1995, baseando-se nos princípios da celeridade, simplicidade, informalidade e economia (Lei nº 9099/1995), foram criados os Juizados Especiais Criminais (JECrims), encarregados de cuidar dos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo. Esses casos se caracterizam pela lesão corporal e ameaças, principais delitos cometidos nas violências domésticas relatadas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Com isto, as Delegacias se restringiam a lavrar o Termo circunstanciado e com o resumo da ocorrência encaminhava diretamente ao JECrim para mediação e conciliação.

É possível perceber que existe uma morosidade no processo de implantação de políticas públicas para o enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher, que ainda esbarra nas dificuldades e concepções dos operadores de direitos, acerca dos direitos da mulher. Fato esse que pode ser observado mediante a atuação das JECrims, normatizando e banalizando a violência sofrida em âmbito doméstico.

Em 1993, a ONU aprovou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, primeiro documento internacional que versa especificamente sobre essa forma de violência, entendida como “[...] uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres” (ONU, 1993).

No ano seguinte, foi assinada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), definindo-se que essa forma de violência se refere a “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (ONU, 1994). Tal documento foi ratificado pelo Brasil em 1995, após eliminar, em 1994, as ressalvas feitas à ratificação da Convenção de Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Em 1995 também ocorreu a quarta Conferência Mundial da Mulher, que chamava a atenção dos governantes a condenarem a violência contra

a mulher, eliminando quaisquer alegações baseadas em tradições, costumes ou religião como desculpas para a legitimação de tal violação.

No entanto, em 2001, o país fora condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela violação aos direitos da mulher no caso de Maria da Penha Maia Fernandes (dupla tentativa de homicídio da mulher pelo marido, tendo a segunda a deixado paraplégica). O Estado, então, se vê obrigado a intensificar as políticas de prevenção e repressão à violência contra a mulher, culminando, entre outros atos, na publicação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha que, já em seu artigo 1º esclarece:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Observa-se, no entanto, que apesar da promulgação da Lei Maria da Penha, ainda havia poucas Delegacias em território nacional para o registro da ocorrência. Somente em 2009 é que se observa uma ampliação em território nacional, totalizando 475 delegacias especializadas no Brasil, conforme aponta o relatório “Observe” sobre as condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas DEAMs (OBSERVE, 2010).

Embora a questão do gênero venha sendo discutida há muito tempo, o primeiro estudo representativo acerca da violência conjugal data da década de 1980, nos Estados Unidos. Em 1999, outra pesquisa, realizada em 35 países, apontou que entre 10% e 52% das mulheres haviam sofrido algum tipo de agressão física, e entre 10% e 30% foram vítimas de abuso sexual, sempre por parte dos seus companheiros (GARCIA-MORENO et al., 2005).

Já em 2005, um estudo desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), também coordenado por Garcia-Moreno (2005), apontou que os índices tinham aumentado em relação ao estudo anterior, demonstrando que a porcentagem de mulheres agredidas física ou sexualmente pelos seus parceiros variou entre 15% e 71%.

Evidencia-se que, apesar dos inúmeros tratados internacionais assinados e ratificados pelo país, nos anos em que a pesquisa foi desenvolvida, ainda pouco se fazia para proteção e prevenção da violência doméstica contra as mulheres. Entretanto, as militâncias seguem firmes na conscientização acerca do tema, principalmente em relação às violências psicológicas e sexuais praticadas dentro do matrimônio, fato que muitas vezes eram

desconsiderados como violência, porque ocorrem sem deixar marcas aparentes. Outrossim, a violência sexual ainda esbarra na concepção de “obrigação matrimonial” propagada pelas representações dos papéis sociais do masculino e do feminino dentro da sociedade.

Um estudo importante sobre violência de gênero foi desenvolvido por Silva e Oliveira (2016) que buscaram descrever as características epidemiológicas dos casos de violência doméstica contra mulheres de 18 a 59 anos, no Distrito Federal, no período de 2009 a 2012. Perceberam que dentre os 1924 casos notificados de violência contra a mulher naquele período, 38,5% ocorreram no ambiente doméstico, predominando as agressões físicas (46,8%), sendo os órgãos genitais (15,7%) e a cabeça (12,9%) as regiões do corpo mais atingidas. Entre essas mulheres, a maioria (25%) declarou-se parda e aproximadamente 8,8% tinham concluído o Ensino Médio.

Porém, as autoras reforçam que estes dados não correspondem à totalidade do território brasileiro, uma vez que muitos dos resultados encontrados nesta pesquisa (escolaridade, cor/raça) divergem dos resultados de outras regiões do país, como por exemplo, dos estudos realizados na região de Pinhais/SC, no Rio de Janeiro/RJ e em Recife/PE. Entretanto, Silva e Oliveira (2016) perceberam que havia algo em comum em todas essas pesquisas, apesar de ser de regiões diferentes do Brasil, ou seja, a maioria dos atos violentos ocorrerem no ambiente doméstico e são praticadas por homens.

Cabe salientar que a violência de gênero é um fenômeno que não obedece a fronteiras, princípios ou leis e, em regiões fronteiriças, como se caracteriza o local em que o presente estudo foi realizado, não é diferente. Nesse sentido, Gomes (2011) considera que as políticas de enfrentamento a esse tipo de violação de direitos ainda são muito insipientes, uma vez que havendo a necessidade de constantes diálogos com a nação vizinha, buscando garantir a efetivação dos direitos humanos em ambos os territórios, pouco ainda é realizado. O mesmo é válido para as demais violências ocorridas no âmbito doméstico, especialmente em relação a crianças e adolescentes, uma vez que cada país apresenta sua legislação específica, mas ainda há pouco diálogo para a resolução das violências vivenciadas por crianças e adolescentes em território fronteiriço.

Buscando compreender acerca da problemática da violência de gênero especificamente, Lopes (2009) desenvolveu um estudo com o objetivo de identificar as representações sociais das mulheres vitimadas na cidade de Campo Grande – MS, cujos resultados evidenciam que:

Com relação à violência de gênero, observa-se nas análises desenvolvidas neste estudo que além, do controle, também sua gênese é expressão do processo de socialização promovido pela ação educativa e da subjetivação de homens e mulheres. Ou seja, o processo de cristalização das relações de poder ancora-se na educação pautada em uma ideologia patriarcal (LOPES, 2009, p. 215).

O que a autora explicita é que vivenciar ou presenciar atitudes agressivas muitas vezes funciona como uma forma de educação sobre a construção e manutenção de relacionamento com o outro. Ou seja, trata-se da maneira pela qual a criança e o adolescente, que convivem nesse contexto familiar, irá aprender a se relacionar, primeiramente com os outros membros da família e posteriormente com os pares exteriores. Relembrando que, conforme Safiotti (1989), usualmente quando ocorre a violência de gênero, também ocorre a violência geracional, dos adultos em relação às crianças ou adolescentes.

2.1.4 Violência Geracional

A violência geracional também é concebida num contexto historicamente construído, visto que a concepção que se tem acerca da criança também vem sendo construída historicamente. Os diversos textos que abordam a história demonstram que as crianças eram compreendidas enquanto um “adulto em miniatura” e os adolescentes já deviam se comportar enquanto adultos. Foi somente a partir do século XV, com a construção do modelo familiar burguês, que tal concepção começou a sofrer algumas modificações, sofrendo, desde então, alterações conforme as mudanças na sociedade em seus diferentes períodos históricos (PADILHA; SOARES, 2014).

Nesse sentido, Amorim (2012) relembra que no século XX, a década de 90 foi um marco histórico para a atuação nas políticas públicas referentes à infância e juventude. Porém, existe ainda uma grande distância entre a Doutrina de Proteção Integral e a materialização dessa nova realidade. Tal situação pode estar relacionada com o que Safiotti (1989) descreve como sociedade androcêntrica e adultocêntrica e que, diante dessa configuração, há uma relação de dominação-exploração que vai além das classes sociais e se estabelece na dominação da mulher pelo homem e da criança em relação a estes.

A violência contra crianças e adolescentes, embora seja reconhecida como um fenômeno antigo, somente passou a ser considerada enquanto violência quando foi inserida no contexto dos direitos humanos, sendo considerada como “[...] responsável por sérias consequências, como o comprometimento do desenvolvimento psicológico, físico e social de suas vítimas” (AMORIM, 2012, p. 170).

Preocupado com o saudável desenvolvimento integral dos pacientes que atendia, e percebendo a importância da interação ambiental e familiar em tal desenvolvimento, o pediatra e psicanalista Donald W. Winnicott desenvolveu inúmeros estudos (1950, 1965a, 1965b, 1971, 1979) acerca da interação mãe-bebê (entendida como a presença da mãe suficientemente boa, bem como as consequências de sua ausência prolongada) e do ambiente sócio-cultural onde a criança estaria inserida.

Baseando-se nesses estudos, Sei e Motta (2008) sugerem que o desenvolvimento saudável ocorre de maneira gradual e permeado por mudanças que os indivíduos passam, em sua própria maneira e ritmo, dando sentido às suas vidas. Falhas no fornecimento de condições adequadas, para que esse processo ocorra de maneira saudável, podem resultar em problemas diversos, porque as “[...] situações de violência familiar se configuram como uma possível interrupção no fornecimento de condições adequadas para a saúde” (p. 84).

Amorim (2012) baseia-se nos estudos de Azevedo e Guerra (1998) para explicar o significado de violência contra crianças e adolescentes, que podem ser entendidas como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AMORIM, 2012, p. 32-33).

Dentre as formas de violência mais praticadas contra crianças e adolescentes, destacam-se a violência física, comumente utilizada enquanto forma de correção e educação por parte dos genitores e/ou responsáveis e a negligência material e afetiva. Entretanto, Azevedo e Guerra (1998, p. 37) apontam que “[...] toda ação que causa dor física à criança/adolescente, da mais leve à mais pesada, encontra-se num continuum de violência”. É possível incluir também as violências psicológicas, que comumente praticadas, mas dificilmente reconhecidas, tanto pelas vítimas, quanto por seus agressores.

Para Amorim (2012), as consequências das violências estão relacionadas com fatores intrínsecos (vulnerabilidade e resiliência) e a fatores extrínsecos (fatores de risco e proteção) às crianças e adolescentes.

Em relação à violência que acomete a adolescência, os principais estudos enfocam a violência extrafamiliar e/ou os delitos cometidos pelos adolescentes. Hardaway, McLoyd e Wood (2012) afirmam que esses estudos têm demonstrado a associação entre a exposição à violência e o comportamento agressivo de risco, geralmente em adolescentes do sexo masculino. Corroborando com tal afirmação, Patias (2015) relembra que os estudos brasileiros

demonstram que a maior parte da demanda encaminhada para os Centros de Atenção Psicossocial infanto-juvenil (CAPS i) do país são devido aos problemas de comportamento, indisciplina e possível diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Entretanto, a exposição à violência também pode estar associada ao desenvolvimento de psicopatologias e sintomas internalizantes como, por exemplo, depressão e ansiedade.

Conforme Patias (2015), a violência pode ser intra e extrafamiliar. A primeira caracteriza-se por um padrão de relacionamento violento, perpetrados por alguém que mantenha laços significativos com a vítima. Já a segunda é considerada quando o agressor não pertence ao âmbito das relações familiares e geralmente acontecem em outros contextos fora do âmbito familiar, ao qual o jovem frequenta.

A autora aponta que as consequências da violência são inúmeras. Desde o impedimento ou retardo do desenvolvimento social, cognitivo e emocional e a potencialização do desenvolvimento de psicopatologias como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), transtorno de ansiedade, de humor e de personalidade. Todavia, tanto a violência em si como os problemas de saúde mental gerados por ela, representam riscos para o desenvolvimento dos adolescentes e devem ser tratados prioritária e adequadamente pelas políticas públicas.

Outros aspectos apontados por Patias (2015), após analisar diversos estudos relacionados à exposição dos adolescentes à violência, é que ocorrem com maior frequência: aumento dos sintomas de transtornos mentais, ideação suicida, vivências traumáticas, desajustamento psicossocial, problemas externalizantes e comportamento agressivo.

Vale ressaltar que, embora sejam percebidos pelo seu comportamento desafiador e agressivo, esses jovens são as principais vítimas da violência (UNICEF, 2011). Ou seja, antes de se tornar agressor, esses adolescentes tiveram seu desenvolvimento marcado por repetidas exposições à violência, sendo a principal vítima na maioria delas. Observa-se, portanto, a existência de um ciclo violento que deveria ser combatido, mas não se observa efetiva intervenção das políticas públicas existentes.

2.2 RELAÇÕES FAMILIARES

Como já demonstrado anteriormente, a família é considerada o local de segurança e proteção dos membros que a compõem. Entretanto, tal segurança e proteção aparentemente não tem se mostrado eficazes para a prevenção dos diversos tipos de violência existentes.

Neste tópico são abordados mais aprofundadamente os conceitos apresentados acerca da instituição familiar e as novas configurações que se apresentam no contexto contemporâneo, visando compreender como essas novas configurações funcionam na educação de seus filhos crianças e adolescentes. Em seguida aborda-se as diversas formas de estilos parentais apresentadas por Baumrind (1966, 1971) e as consequências futuras desse tipo de estilo parental no desenvolvimento integral de seus membros, levando-nos ao próximo tópico que aborda, de acordo com o que a literatura apresenta, acerca da relação entre os vínculos familiares e o consumo de drogas por parte de adolescentes.

2.2.1 Conceitos de Família e Novas Configurações Familiares

O conceito de família vem sendo discutido na sociedade em geral e recentemente no Brasil, tendo a Câmara de Deputados buscado reelaborar o Estatuto da Família (PL 6583/13) em setembro de 2015, definindo-a enquanto núcleo de pessoas que vivem sob o mesmo teto com algum laço de consanguinidade, sendo constituída por um pai, uma mãe e os(as) filho(as). Entretanto, o processo de rápidas mudanças demográficas e socioeconômicas ocorridas ao longo da história, além das mudanças nas configurações das relações pessoais trouxeram muitas modificações nos padrões de formação e estruturação da família, não se observando mais o modelo tradicional que a Câmara pretende afirmar. Pelo contrário, como aponta Abreu (1999), muitas outras formas de estabelecimento de laços parentais foram surgindo: famílias constituídas por meios-irmãos de diversas uniões anteriores, modos artificiais de procriação, pais ou mães solteiros, etc.

Assim, o que se observou após a manifestação da Câmara dos Deputados foi a reação de muitos movimentos sociais que se manifestaram contra a proposta, gerando uma grande campanha que, conforme reportagem divulgada em abril de 2016 pelo *site* do jornal “Estadão”, levou o Dicionário Houaiss a reformular o verbete ‘família’. Nesse mesmo período, o programa jornalístico “Fantástico”, exibido pela Rede Globo de Televisão, apresentou uma reportagem sobre a campanha desenvolvida pelo Dicionário Houaiss, envolvendo milhares de pessoas, a fim de reformular o verbete “família”. Assim, a definição anterior de família, entendida como “Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (especialmente o pai, a mãe e os filhos) [...]” foi substituída por “Núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si relação solidária” (G1.COM, 2016). Se anteriormente a definição de família priorizava o modelo tradicional, após a reformulação proposta pelo Dicionário Houaiss, passou-se a

valorizar as relações afetivas, abrangendo, assim, as novas configurações familiares, incluindo as relações homoparentais, dentre outras.

Observa-se que existe uma complexidade no processo de definição do termo família, devido às transformações ocorridas na sociedade. De acordo com Costa (2014), a Constituição Federal de 1988 revolucionou e “[...] institui profundas alterações no que refere à família, tais como: quebra da chefia conjugal masculina, fim da diferenciação entre filhos legítimos e filhos ilegítimos, amplia a noção de pertencimento para além dos laços sanguíneos” (p. 20-21). Mas é somente em 2002 que o ordenamento jurídico passa a considerar em suas jurisprudências as questões de afeto enquanto fator estruturante do núcleo familiar, abrangendo outras formas de constituição de laços familiares.

Entretanto, ainda se observa grande resistência por parte de diversos segmentos da sociedade, inclusive da classe política, no sentido de manter o conceito de modelo “tradicional” de família. De acordo com Costa (2014), esse modelo não é natural à sociedade ocidental. Ele foi criado nos moldes burguês do século XIX, mediante a ação higienista da medicina, que ultrapassou os muros acadêmicos, passando a interferir também em âmbito domiciliar.

O Estado, para evitar o ônus dos acolhimentos de crianças abandonadas nas Rodas dos Expostos¹, e a medicina que, com o intuito de cuidar da redução da mortalidade e dos possíveis desvios das crianças abandonadas, teriam feito uma aliança não consensual com a mulher, atribuindo-lhe a função do cuidado para com as crianças e com o marido. Institui-se, assim, o mito da naturalidade da função feminina para o cuidado da prole e do casamento. “O conhecimento científico, representado pela medicina doméstica, por meio de ações normativas, incita a família a dedicar-se à educação e vigilância dos filhos, estabelece com a mulher uma aliança e confere a essa o lugar de cuidadora” (COSTA, 2014, p.18).

É possível observar que a construção do sentimento de família e novas formas de relações entre genitores e proles vão sendo formados. Surge, então, a necessidade de criação de um espaço privado e de intimidade, a fim de garantir o afastamento de lugares públicos, considerados como lugares de perigos e doenças. Emerge assim a ideia de família enquanto lugar de segurança e proteção (COSTA, 2014). Também Kaloustian (1988, p. 11-12), ao abordar sobre a temática, destaca que:

¹ A Roda dos Expostos era um mecanismo criado nas Santas Casas de Misericórdia na Europa no século XIII e trazido ao Brasil no século XVI, que consistia em uma roda giratória onde os bebês rejeitados eram abandonados aos cuidados das instituições de caridade. Usualmente tratava-se de filhos ilegítimos ou de mães que não tinham condições de cuidar de sua prole.

[...] a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

A família burguesa tornou-se, então, objeto de estudo da medicina e de outras ciências da área de saúde, como a psicologia e a psicanálise. Assim, encontra-se em Lacan (1938/2002) a definição de família enquanto um “[...] grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica” (p. 6), quais sejam: a) a geração, que dá os componentes do grupo e b) as condições do meio, que é o que mantém o grupo unido. Sua conservação e progresso dependem da capacidade de comunicação e transmissão da cultura que introduzirá uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica de cada indivíduo, formando, assim, o sujeito contemporâneo. O psicanalista desvincula, portanto, a noção biologistica de família, trazendo conceitos da sociologia e da antropologia para buscar compreender como se dá a constituição psíquica do que ele denomina de sujeito contemporâneo.

Quando um bebê nasce, usualmente já tem o seu lugar estabelecido dentro daquela família. Desde a descoberta da gestação até o seu nascimento, essa criança já começa a ser tecida de histórias e expectativas da família à qual será inserido e, principalmente dos pais. Ele nasce e é imerso em um contexto, em uma cultura que deverá aprender a dar conta com o auxílio, primeiramente da mãe e posteriormente do pai ou de quem exerça tais funções. (LACAN, 1938; RODRIGUES; CHALHUB, 2014).

Ressalta-se que não é necessário que a função materna seja exercida por uma mulher, de sexo biológico feminino, tampouco a função paterna deve ser desempenhada por um homem de sexo biológico masculino (LACAN, 1938/2002). Além do mais, existem funções que podem ser exercidas por qualquer membro do grupo familiar, no caso da maternagem, por exemplo. Já a função paterna encontra diversos mecanismos de garantir a mediação da relação mãe-bebê. Num primeiro momento, essa relação é bastante simbiótica, não havendo, para a criança, qualquer diferenciação entre o seu eu e a mãe. Após a terceira fase, que o psicanalista denomina de estágio do espelho², ocorre a entrada do pai para interditar essa relação, de forma

² Momento em que a criança começa a organizar a função do “eu” e passa por três estágios, quais sejam: 1) total dependência com a pessoa que a cuida – normalmente a mãe – que cumprirá a função de satisfazer as carências biológicas e imaginárias e nomeará o mundo inscrevendo-a no mundo simbólico, banhando-a com a linguagem, decodificando suas mensagens e desejos. Nesse momento ainda há uma fusão das imagens da mãe e do bebê de forma bastante difusa; 2) A criança começa a perceber que o outro no espelho é apenas uma imagem podendo, assim, distinguir o que lhe pertence daquilo que lhe é externo, distinguindo também a imagem da

que a criança não mais tem toda a atenção da mãe para si, passando a conviver com sua ausência e aprendendo a lidar com isso. Entretanto, na ausência do pai ou de alguém que exerça esse papel, observa-se que o trabalho ou outras motivações externas também o fazem. Ao retirar toda a atenção da mãe para a criança, esta última, inserida no mundo simbólico, já é capaz de aprender a lidar com suas angústias e frustrações de maneira um pouco mais independente.

Outro ponto importante de ser destacado refere-se às representações e papéis sociais que cada membro do grupo familiar assume e representa, bem como a forma como estes papéis são vistos e determinados pelo discurso da sociedade. Nesse sentido, Diniz et al. (2007) realizaram um estudo acerca das representações sociais de família apresentadas em teses e dissertações defendidas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre 2002 e 2005, sendo uma tese de Doutorado em Serviço Social da UFPE, duas dissertações de Serviço Social e uma de Saúde Coletiva da mesma universidade, e três dissertações de Mestrado em Enfermagem da UFBA. Em sua pesquisa, as autoras encontraram três grupos estudados: mulheres vítimas de violência doméstica, casais e gestores e profissionais de saúde.

Os resultados da investigação apontaram que as representações acerca do papel social do masculino e do feminino são constituídas por meio da ideologia historicamente construída, que atribui à mulher a função de reprodução/mãe, enquanto o homem é relacionado à virilidade e ao papel de provedor do lar. Outro aspecto destacado pelos dados da pesquisa é que as concepções de casamento de família estão associadas, para muitos dos sujeitos pesquisados, e assim a família só funciona quando há a presença do homem dentro do lar, mesmo que a relação se desenrole de forma violenta. Esse é um dos motivos pelos quais as famílias são entendidas enquanto valor moral, que as impede de romper o ciclo de violência.

Ainda no estudo realizado por Diniz et al. (2007), os homens que mantinham relação conjugal violenta também foram entrevistados e observou-se que, em sua maioria, os sujeitos utilizam da violência para garantir o poder que se encontra, de alguma forma, ameaçado. Para esses homens, a família é constituída a partir do poder total sobre a mulher e sobre os filhos, sendo esta a forma de o homem demonstrar sua masculinidade. Portanto, a violência física aparece como uma possibilidade de tentar restabelecer o poder masculino dentro da família que deve, sempre, ser “preservada”. Ou seja, preza-se a manutenção da família nuclear e

realidade; 3) Por fim, mas não menos importante, ocorre a dialetização dos momentos anteriores, ou seja, a criança já está segura de que aquilo é a sua imagem, o que permite conhecer e se apropriar de seu corpo uno.

higiênica, construída sob os moldes das famílias burguesas, ainda que se constituam de maneira violenta e violadora.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) descreve família enquanto lugar que deve garantir a segurança e proteção de crianças e adolescentes, que começam a ser considerados enquanto sujeitos de direitos e em especial fase de desenvolvimento. Porém, o próprio documento aponta que no seio da família mesmo ocorrem violações diversas e legisla sobre esse aspecto em seus artigos 4º e 5º. (BRASIL, 1990).

Também a Constituição Federal de 1988, menciona sobre a responsabilidade da família na garantia de assegurar que crianças e adolescentes tenham suas necessidades básicas atendidas. No Capítulo VII, Art. 227, estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

É possível observar que, em diversos documentos e pesquisas, aparece a ideia de que a família deve proporcionar segurança às crianças e adolescentes. No entanto, Costa (2014) salienta que muitas teorias psicológicas legitimam a perspectiva da mãe enquanto principal responsável pelos cuidados dos filhos, difundindo o termo “famílias desestruturadas” para se referir às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quando já ocorreu alguma violação de direito de algum de seus membros. O que acontece, no entanto, é que essas famílias não são constituídas aos moldes burgueses (pai, mãe e filhos), havendo outros membros parentais (avós, tios, primos, etc.) inclusos na residência, na rotina e nos cuidados das crianças e dos adolescentes. Porém, em muitas delas, evidencia-se a ausência do pai, o que corrobora com a ideia acima mencionada de que a família só está completa quando há a presença do homem, levando à falsa compreensão de haver uma família minimamente estruturada.

Destarte, é possível observar a mudança no movimento dos cuidados e da atenção em relação às crianças e adolescentes no seio da família, em suas diversas constituições e formas de relações, que constituirão sua subjetividade e personalidade por meio da educação e orientação fornecida neste ambiente. Entretanto, as formas de cuidado parecem ainda não acompanhar e compreender tais mudanças. O que importa, no entanto, não é o número de pessoas, mas sim o movimento de cuidar e o tipo de cuidado dispensado.

2.2.2 Família e Processo de Educação Informal

O processo educativo ocorre ao longo de todo o desenvolvimento humano e em diversos espaços e contextos. É através da troca com o outro que aprendemos uma série de informações, hábitos, valores, crenças, etc. Ao se falar sobre essa forma de educação que ocorre fora dos muros e moldes escolares, a literatura apresenta os termos educação não formal ou educação informal.

Ferreira et al. (2003) aponta que apesar de distintas, essas três formas de educação acima apresentadas (formal, não formal e informal) devem ser consideradas complementares, visto que fazem parte do desenvolvimento integral do ser humano. Para Gohn (2006, p. 28) a educação não formal pode ser definida como:

[...] um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Já a educação informal é compreendida como aquela que ocorre sem intencionalidade, planejamento e organização. Desenvolve-se no dia a dia e pode ocorrer em qualquer lugar. De acordo com Gohn (2006), esses agentes de educação informal usualmente são os pais, a família, os amigos, vizinhos, membros da comunidade. Por meio da educação informal, aprendem-se hábitos, valores, comportamentos, modos de pensar e se expressar através do uso da linguagem, de acordo com as crenças dos grupos que se pertence ou frequenta desde o nascimento, sendo relacionado ao processo de socialização do indivíduo.

Nesse sentido, compreende-se que a família está presente principalmente na primeira educação da criança. De acordo com Lacan (1938/2002), é a família que irá atuar na repressão dos instintos e na aquisição da língua materna. Assim, o ambiente familiar é considerado como o primeiro ambiente de educação no qual o ser humano está inserido, sendo este considerado como o local em que o indivíduo será inscrito no mundo simbólico. É no ambiente familiar, pois, que a personalidade do sujeito começará a ser construída, ou seja, o processo educativo que os pais cumprem em relação aos filhos (sono, alimentação, banho, etc.) gera uma mensagem aos infantes para que se adaptem e correspondam aos ideais de filho demandado pelos pais.

Sendo assim, a educação materna (leia-se a função materna e função paterna – não necessariamente realizadas pelos genitores) possibilita, de fato, as educações subsequentes. Para Borges (2009), a aprendizagem, a socialização, o conhecimento e outras atribuições dadas à infância são consequências dessa primeira educação oferecida no seio familiar, que constituirá a organização do aspecto psíquico do sujeito. Também Szymanski (2004) enfatiza que é na família que ocorre o processo de socialização por meio da transmissão de valores, crenças, hábitos e conhecimentos. Tais fatores são considerados relevantes para a inserção social e normalmente são aprendidos pela imitação, sendo posteriormente reproduzidos e repetidos os padrões vivenciados pelos pais em suas famílias de origem. É na família e, portanto, na relação com o outro familiar, por meio da troca intersubjetiva baseada na afetividade, que o mundo passará a adquirir sentido e o sujeito começa a constituir-se identitariamente.

Em relação aos estudos acerca dessa primeira interação, e conseqüente educação fornecida no seio da família, alguns estudiosos buscaram compreender o fenômeno relativo à interação mãe-bebê/pai-bebê. No que se refere ao primeiro, é possível citar Winnicott (1950, 1965a, 1965b, 1971, 1979, 1986) e Bowlby (1981/2006) e em relação ao segundo, tem-se o psicanalista Jacques Lacan (1955-56/2008) como um dos principais estudiosos a esse respeito.

Baseado nos conceitos de Winnicott, Sá (2000) apresenta a ideia de “confiabilidade” do lar para remeter à ideia do ambiente suficientemente acolhedor aos instintos agressivos demonstrados pela criança. Novamente ressalta-se que não se deve confundir a agressividade com a violência, uma vez que a agressividade é compreendida aqui enquanto um mecanismo de defesa do ego, conforme postulado por Freud (1920).

O que o autor aponta, portanto, é que a criança necessita reassegurar a estabilidade e confiabilidade do ambiente. “A criança tem fantasias boas e más, construtivas e destrutivas, todas muito pouco diferenciadas nos primórdios da vida” (SÁ, 2000, p. 131). Portanto, manifestando suas próprias fantasias, a criança poderá entrar em contato com as mesmas e descobrir seus limites e suas dimensões. O bebê necessita de um ambiente que lhe proporcione a segurança e afetividade adequada, que não lhe cause angústia ou ansiedade referentes à rejeição de seus impulsos. Em outras palavras, necessita de um ambiente que lhe proporcione a orientação adequada para sua agressividade, uma educação que seja capaz de lhe orientar a canalizar essa agressividade para algo construtivo e saudável, amenizando a angústia da criança e o medo da rejeição.

A capacidade de conseguir conjugar, integrar e harmonizar os impulsos construtivos e destrutivos é a conquista de um equilíbrio importantíssimo para a saúde mental e adaptação

social da criança, que deverá reverberar pelo seu processo de desenvolvimento até a vida adulta (SÁ, 2000; MOTTA; ROSA, 2008). Tendo estudado primordialmente a interação mãe-bebê, Winnicott postula que a mãe é a primeira responsável por administrar e harmonizar os desejos e impulsos da criança. É através da mãe que o bebê começará a se organizar psiquicamente. Ou seja, é a mãe (ou quem exerça a função materna) quem lhe traduz as primeiras significações de seus desejos e impulsos (SÁ, 2000).

Bowlby (1981/2006) também se dedicou ao estudo da relação afetiva entre a mãe e o bebê focando-se nos prejuízos da privação de tal afeto na saúde mental do infante. Assim, “[...] o que se acredita ser essencial à saúde mental é que o bebê e a criança pequena tenham a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente) em que ambos encontrem satisfação e prazer” (p. 3). Dessa forma, a menor das privações desse afeto pode ser prejudicial ao desenvolvimento psíquico saudável.

Aqui, entende-se por “privação da mãe” a situação em que a criança não encontra esse tipo de relação, podendo ser parcial ou total. Uma privação é parcial quando, por exemplo, há a presença física da mãe ou de quem exerça esse papel, mas tal pessoa é incapaz de proporcionar-lhe os cuidados amorosos de que a criança necessita. Tal tipo de privação carrega consigo grande carga de angústia, exagerada necessidade de amor, sentimentos de vingança e conseqüentemente culpa e depressão. Contudo, ainda trazem algum tipo de satisfação e prazer nos poucos momentos de afeto e interação. Já a privação total consiste em uma omissão desse afeto, carregando consigo maior potencial ofensivo à saúde mental do ser em desenvolvimento, podendo “[...] mutilar totalmente a capacidade de estabelecer relações com outras pessoas” (BOWLBY, 1981, p. 4).

É de considerar, porém, que há um grau de variação desses efeitos em função da idade e das experiências relacionais positivas da criança com a mãe ou mãe substituta, anteriores à privação, seja ela total ou parcial.

Entretanto, se para Winnicott e Bowlby o centro nodal da constituição psíquica do sujeito está na relação mãe-bebê, Lacan (1955-56) traz à tona a relação da criança com o pai, colocando-o enquanto o responsável pela interdição dessa relação, como a autoridade representativa da Lei. Trata-se da terceira peça fundamental para instaurar a ordem, separando a mãe de seu falo, o bebê, para que este último possa ser, de fato, inscrito no mundo simbólico que o circunda. Ao se referir ao pai, Lacan (1955-56) sempre utilizará o termo “Nome-do-Pai” como forma de definir aquele que interdita e ao mesmo tempo permite e estabelece a identidade da criança. O pai, portanto, é o responsável por inscrever o sujeito na ordem, no real, trazendo à criança o conhecimento dos limites da Lei.

Muza (1998) esclarece que Lacan se refere à Lei com “L” maiúsculo para referir-se à Lei fundamental, a primeira lei à qual o sujeito esbarra psiquicamente, qual seja, a proibição do incesto conforme a postulação do Complexo de Édipo³, utilizada por Freud pela primeira vez em sua obra “A Interpretação dos Sonhos” (1899). Grosso modo, tal conceito explica a rivalidade imaginária existente entre a criança e o genitor do sexo oposto no que concerne à atenção dispensada pela mãe. Para o bebê, a mãe inicialmente faz parte de seu ser, o que torna muito angustiante a sua ausência. Com o tempo, a criança começa a perceber que quem demanda a atenção da mãe, tirando-a do foco ao bebê é o pai (ou seu substituto), o rival. Esse é o momento em que a interferência do pai estabelece um princípio de realidade e ordem, é a primeira lei a ser instaurada remetendo à proibição da relação incestuosa e o início da constituição da identidade sexual.

Interferindo, portanto, na relação simbiótica do bebê com a mãe, o pai instaura a primeira barreira que separa a criança de tudo que está ao seu exterior, possibilitando o início da constituição de sua identidade e subjetividade.

No entanto, com as novas configurações de família que vem se apresentando, é possível observar uma mudança no papel que o pai representa dentro do seio familiar. Nesse sentido, Benczik (2011) aborda sobre a historicidade do papel do pai no âmbito dessa relação. Seu estudo tem como objetivo trazer à luz algumas reflexões sobre o atual papel do pai, tanto para o filho, quanto para a família, bem como sua grande importância na estruturação psíquica e no desenvolvimento social e cognitivo da criança. A autora relembra o papel social do homem autoritário proprietário de bens, escravos e filhos e que estaria acima da trama familiar no topo da hierarquia. Um pai com pouca proximidade e afeto aos membros da família e responsável apenas pelo provimento do lar. Em seguida, trata das mudanças ocorridas no mundo do trabalho (entrada das mulheres nas fábricas) após a II Guerra Mundial, levando a novas configurações dos papéis familiares, até os novos arranjos familiares atuais.

Benczik (2011) também reflete sobre algumas pesquisas que apontam a importância do papel paterno na educação e orientação da criança desde seu nascimento, proporcionando, assim, maior interação e afeto entre pai e filho. Uma interação mais próxima pode levar ao estímulo de sentimentos de segurança, autoestima, independência e segurança emocional de que o sujeito necessita ao longo de seu desenvolvimento e que influenciará nas suas relações futuras mais imediatas, como por exemplo, na adolescência (CECCONELO; DE ANTONI;

³ Freud se utiliza do conto de Édipo, o Rei (Sófocles, 427 a.C.) para descrever a rivalidade imaginária existente entre a criança e o genitor do sexo oposto durante o estágio de identificação sexual e subjetiva que ocorre na segunda infância, finalizando por volta dos 7 anos de idade, embora não se possa afirmar tal idade cronológica como regra para a finalização de tal estágio.

KOLLER, 2003; PATIAS, 2015; HILDEBRAND, 2015). Nesse sentido, Benczik (2011) salienta que na adolescência os jovens procuram um modelo com o qual possam se identificar. Se o pai está ausente, outros modelos virão para ocupar esse vazio, com grande probabilidade de não serem modelos propriamente exemplares, uma vez que na adolescência ainda se necessita de exemplos para identificação que farão parte da constituição da identidade do sujeito.

De acordo com Rodrigues e Chalhub (2014), a vivência de um contexto violento e permeado por um estilo parental autoritário e práticas parentais coercitivas não significam uma determinação fatídica, pois fatores de proteção individuais, relacionais e sociais contribuem para que haja uma ressignificação do padrão interacional intergeracional, promovendo uma mudança na construção do relacionamento, na mudança da vivência de filho à experiência de pai.

Observa-se, portanto, que as figuras materna e paterna são de suma importância para o saudável desenvolvimento biopsicossocial da criança, com constituição subjetiva que levará para a vida toda e influenciará em sua forma de relacionar-se com o mundo. Sendo assim, é importante que ambos os genitores (ou quem representa) exerçam suas funções adequadamente, ainda que não sejam mais um casal parental. Ou seja, ainda que tenha havido uma separação do casal, é importante que ambos os pais exerçam seu papel adequadamente visando o bem-estar e o saudável desenvolvimento do filho em todas as fases de sua vida.

Cabe salientar que alguns documentos oficiais mencionam sobre a função da família no processo educacional das novas gerações, com o objetivo de contribuir com o pleno desenvolvimento das pessoas. A Constituição Federal, em seu Art. 205 prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Interessante notar que o Estado e família é que devem se responsabilizar pelo processo educacional, contando com a colaboração da sociedade. E os objetivos da educação consistem em contribuir para que ocorra o pleno desenvolvimento dos indivíduos, a formação para a cidadania e preparação para a atuação profissional. De forma semelhante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao se referir sobre os “Princípios e Fins da Educação Nacional” estabelece:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

As duas legislações são muito semelhantes, considerando Estado e família como os responsáveis pela educação. No entanto, a LDB, principal Lei da educação brasileira, apresenta primeiramente a palavra família e depois o Estado, sugerindo que a educação começa na família e continua com a parceria das escolas. Tanto os pais ou responsáveis, quanto o Estado, representado pelas instituições educativas, têm o dever de se responsabilizar pela educação das pessoas. A LDB, já no Artigo 1º, menciona o que se entende por educação:

Art. 1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Se a educação é entendida como processo formativo, pressupõe-se que ocorre durante toda a vida, sendo iniciada com a família, na convivência humana e ampliada para outros espaços sociais. Em geral, ao nascer, o bebê convive basicamente com familiares ou pessoas muito próximas e somente depois de alguns meses, normalmente em seu sexto mês de vida, quando termina o período de licença maternidade, é que a criança vai para a creche.

Além do mais, não há uma obrigatoriedade de a criança ir para instituições educativas durante a primeira infância. De acordo com a Lei Nº 12.796 de 2013, que altera alguns itens da LDB, quando a criança tiver quatro anos é que a família tem a obrigação de efetuar a matrícula na escola, uma vez que educação básica obrigatória e gratuita corresponde ao período de 4 (quatro) à 17 (dezesete) anos de idade (BRASIL, 2013).

Outra legislação que menciona primeiramente a família como responsável por garantir os direitos, incluindo à educação, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu Art. 4º estabelece:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No que se refere às finalidades da educação, tanto a Constituição Federal, quanto a LDB, destacam primeiramente o desenvolvimento pleno do educando, em seguida a formação para a cidadania e por último a qualificação para o trabalho. Mas o que se entende por desenvolvimento pleno da pessoa humana?

A compreensão de educação que não seja voltada apenas para a aquisição de novos conhecimentos, ou que priorize o aspecto intelectual em detrimento de outros, foi influenciada por Wallon (2008), que ao investigar sobre a Psicologia do Desenvolvimento, propõe que é

preciso considerar as dimensões físicas, cognitivas emocionais e sociais dos sujeitos. O autor utiliza os termos movimento, afetividade, inteligência e pessoa, para se referir à totalidade do ser humano que precisa ser estimulado, a fim de que atinja o desenvolvimento integral ou pleno.

Diante desses pressupostos, é possível refletir sobre o papel da família no sentido de contribuir com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, quando não há muitas condições favoráveis ou diante da existência de violência doméstica. Como fica a dimensão emocional? E as relações sociais predominantes? Sendo a família responsável por promover o desenvolvimento pleno das pessoas, pressupõe-se que precisa ter condições para assumir essa função imprescindível para a vida em sociedade.

2.2.3 Relações Familiares X Consumo de Drogas

Como vem sendo discutido ao longo deste estudo, compreende-se que a família é o berço onde ocorrem as nossas primeiras interações e relações sociais e com cada membro que compõe o grupo familiar essa interação e relação se dará de uma maneira diferente. São nessas interações e relações que ocorrem o processo educativo que orientará e subsidiará o desenvolvimento da subjetividade e identidade do indivíduo que está se formando, ou seja, a criança/adolescente.

Nesse contexto, as práticas utilizadas para esse tipo de educação referem-se às estratégias utilizadas pelos pais para adquirir um objetivo no ensino e desenvolvimento de sua prole. O uso de explicações, punições ou recompensas são exemplos dessas práticas. Já o estilo parental refere-se ao padrão global de como se dá as interações entre pais (ou quem exerça tais funções) e filhos, gerando um clima emocional ou contexto diante da qual tais práticas são implementadas, girando em torno de duas dimensões principais: exigência (atitudes parentais que requerem supervisão e disciplina e que podem provocar confronto diante da desobediência) e responsividade (atitudes parentais que favorecem a individualidade e auto afirmação dos filhos através do apoio e aceitação) e a combinação dessas duas dimensões são utilizadas para caracterizar os estilos parentais (PACHECO; TEIXEIRA; GOMES, 1999; TEIXEIRA; OLIVEIRA; WOTTRICH, 2006).

Diversos pesquisadores (LIDDLE et. al, 1998; PACHECO; TEIXEIRA. GOMES, 1999; SCHENKER; MINAYO, 2003; CECONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; GOMIDE, 2001, 2003) se dedicaram ao estudo dos estilos de criação dos pais, admitindo as definições de Baumrind (1966, 1971) em três tipos específicos: autoritário; autoritativo (ou

com autoridade) e permissivo; sendo que cada uma dessas formas de controle influenciará diferentemente a criança e o adolescente. No primeiro tipo os pais autoritários são muito exigentes e pouco responsivos ao adolescente, o que o levará a respeitar as regras, mas desenvolve baixa autoconfiança; no segundo tipo, nos pais com autoridade, há um equilíbrio entre cordialidade e vigilância que incluirá o adolescente num sistema de reciprocidade, correlacionando de forma positiva uma série de atitudes e comportamentos desejáveis, como o engajamento escolar, por exemplo. Já no último tipo de controle, observa-se certa indulgência ou negligência por parte dos pais permissivos.

Maccoby e Martin (1983) propuseram, ainda, que a indulgência e a negligência fossem considerados dois tipos diferentes de estilo parental, sendo o primeiro caracterizado por baixo controle e alta responsividade e o segundo por baixo controle e responsividade. Ou seja, pais indulgentes não estabelecem regras ou limites, deixando o controle a cargo da própria criança, sendo demasiadamente tolerantes, mas são muito afetivos e comunicativos, tendendo a satisfazer qualquer demanda que a criança/adolescente apresente. Já os pais negligentes não são nem afetivos nem exigentes, respondendo somente às demandas básicas dos filhos. De acordo com Rodrigues (2014), os pais negligentes estão mais centrados em seus interesses próprios e não controlam, tampouco apoiam os filhos.

Um estudo realizado por Teixeira, Oliveira e Wottrich (2006) demonstrou que existem seis componentes que podem ser encontrados em cada uma das dimensões anteriormente mencionadas – exigência e responsividade –, quais sejam: a) apoio emocional – entendidas pelas atitudes e comportamentos dos pais que demonstrem disponibilidade aos filhos, fazendo-os se sentir seguros emocionalmente; b) controle punitivo – referente às atitudes e comportamentos dos pais que demonstram o exercício da autoridade parental por meio de práticas punitivas e imposição de ideais e valores; c) incentivo à autonomia – inerentes às atitudes e comportamentos dos pais que visam facilitar a conquista de independência psicológica dos adolescentes no âmbito das ideias e da tomada de decisões; d) intrusividade – relacionada às atitudes e comportamentos dos pais que demonstram falta de respeito à individualidade do jovem e intromissão em aspectos de sua privacidade; e) supervisão do comportamento – referentes às atitudes e comportamentos dos pais que demonstram que eles supervisionam o comportamento dos filhos buscando conhecer suas atividades ao invés de impor restrições explícitas e f) cobrança de responsabilidade – relativas às atitudes e comportamentos dos pais que buscam fazer com que o adolescente se conforme às regras sociais e tenha responsabilidade por aquilo que faz.

Cecconelo, De Antoni e Koller (2003), baseiam-se em alguns resultados de pesquisa para afirmar que, em adolescentes, um controle excessivo do comportamento dos jovens por parte dos pais pode inibir o desenvolvimento de habilidades importantes gerando consequências como baixa autoestima. Da mesma forma, o uso de punições, principalmente físicas, como prática disciplinar além de prejudicar o equilíbrio emocional e psicológico dos filhos, também prejudica a relação de afeto e reciprocidade com os genitores. Já o estilo parental autoritativo parece desenvolver melhores níveis de adaptação psicológica, competência social, autoestima, desempenho acadêmico, autoconfiança e menores níveis de problemas de comportamento, depressão e ansiedade.

Um dos estudos apontados pelos autores acima é o de Pacheco, Teixeira e Gomes (1999) que realizaram uma pesquisa relacionando os estilos parentais autoritativos (com autoridade), negligentes, autoritários e indulgentes com as habilidades sociais de adolescentes. Entende-se por habilidades sociais as “[...] classes de comportamentos sociais existentes no repertório do indivíduo que são requeridas para um desempenho social competente” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2009, p. 3). São habilidades aprendidas culturalmente, primeiramente no seio familiar e, posteriormente, em outros contextos sociais (vizinhança, escola, etc).

Del Prette e Del Prette (2005) dividem as habilidades sociais nas seguintes subescalas: empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. Afirmam ainda que o aprendizado e a aplicação de tais habilidades sociais ao longo das diferentes fases do desenvolvimento do indivíduo demonstram ser importantes indicadores de saúde psicológica.

Esses indicadores parecem demonstrar maior importância durante a infância e especialmente na adolescência, considerada por Haggerty et al. (2000), como o momento de maior vulnerabilidade pelo qual o sujeito passa em seu desenvolvimento. Muitos problemas psicológicos e sociais como maternidade precoce, evasão escolar, atividades ilegais, drogadição, alcoolismo, depressão, etc. apresentam, como agravante ou grande fator de risco, o *deficit* na emissão das habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2009).

Retomando o estudo de Pacheco, Teixeira e Gomes (1999), observou-se que os adolescentes do grupo autoritativo demonstraram menor grau de comportamento agressivo, menor índice de dificuldade em expressar-se aos pais e maior grau de satisfação com o próprio comportamento, demonstrando maior confiança nas próprias habilidades e desempenho.

Gomide (2001, 2003) também estudou os estilos parentais de educação dentro das relações familiares e estabeleceu um modelo composto de sete práticas educativas, sendo cinco relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos antissociais (abuso físico, punição inconsistente, disciplina relaxada, monitoria negativa e negligência) e duas relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos considerados pró-sociais (monitoria positiva e comportamento moral). Seus estudos acerca desses estilos parentais a levou a elaborar um teste psicométrico, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2005, denominado Inventário de Estilos Parentais (IEP), capaz de identificar práticas parentais negativas utilizadas em famílias de risco e positivas usadas por pais que desenvolvem comportamentos pró-sociais em seus filhos.

Os resultados indicaram que é a frequência e a intensidade com que o casal parental utiliza esses estilos de educação que indicará qual tipo de comportamento o indivíduo está mais predisposto a desenvolver. Em seu estudo para validação de seu inventário, Gomide et. al. (2005) também identificou que famílias de risco, que utilizam estilos parentais negativos, têm alto índice de estresse e depressão, enquanto famílias que utilizam estilos parentais positivos demonstraram índice melhor no desenvolvimento e aplicabilidade de habilidades sociais.

Outros estudos que demonstram a importância do vínculo familiar no desenvolvimento de comportamentos antissociais ou pró-sociais são apresentados por Kessler et. al. (2003). O primeiro é o estudo prospectivo, realizado por Vaillant (1983) que investigou o impacto da figura materna no desenvolvimento de alcoolismo e concluiu que mães que proporcionaram cuidados inadequados durante a infância não aumentaram a chance de o sujeito desenvolver alcoolismo. Entretanto, uma má relação com a figura paterna demonstrou ser um fator de risco para o desenvolvimento de alcoolismo na amostra estudada.

O outro estudo apresentado pelos autores foi realizado por Kohut (1972; 1977) que investigou jovens dependentes e concluiu a presença de uma carência de um “objeto bom” devidamente interiorizado. Isso quer dizer que as funções paterna e materna encontram-se comprometidas, havendo a ausência da autoridade paterna e da empatia materna. Nesse contexto, as drogas funcionam como neutralizador da realidade ansiogênica.

Observa-se, portanto, que a forma como se constroem os vínculos familiares e a qualidade desses vínculos são determinantes para a construção de fatores de proteção ou de risco para o consumo de drogas por parte do adolescente.

Nesse sentido, Kessler et al. (2003, p. 34) apresentam a revisão realizada por Simkin (2002) acerca do tema, encontrando os seguintes fatores de risco: 1) Cultural e social:

permissividade social, disponibilidade da droga, extrema privação econômica e morar em favela; 2) Interpessoal: a) na infância – família com conduta de álcool e droga relacionadas, pobre e inconsistente manejo familiar, personalidade dos pais e abuso físico; b) na adolescência – conflitos familiares e/ou sexual, eventos estressantes (como mudança de casa e escola), rejeição dos seus pares na escola ou outros contextos, associação com amigos usuários; 3) Psicocomportamental: precoce e persistente problema de conduta, fracasso escolar, vínculo frágil com a escola, comprometimento ocupacional, personalidade antissocial, psicopatologia (Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade, depressão e transtorno de conduta, ou ansiedade nas mulheres), atitudes favoráveis para drogas, inabilidade de esperar gratificação; 4) Biogenético: genealogia positiva para dependência química e vulnerabilidade psicofisiológica ao efeito de drogas.

Todos esses fatores de risco estão relacionados ao estilo parental e à formação do vínculo familiar desenvolvido entre o adolescente e seus pais ou responsáveis, tornando-se grande facilitador para o consumo de substâncias psicoativas, especialmente num período de grande instabilidade e confusão, como é a adolescência.

2.3 ADOLESCÊNCIA E CONSUMO DE DROGAS

Tendo em vista que a temática do presente estudo refere-se à violência doméstica e uso de drogas na adolescência, faz-se necessário analisar a especificidade dessa fase da vida, que corresponde ao período de transição da infância para a idade adulta, conforme Gonçalves (2016).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida como um período biopsicossocial e compreende o período entre 10 e 20 anos (SANTOS, PRATTA, 2012), enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) entende a adolescência como fenômeno que ocorre entre 10 e 14 anos (UNICEF, 2011). Entretanto, para os efeitos deste estudo, utiliza-se a definição do ECA que compreende a adolescência do período entre 12 e 18 anos incompletos.

Nos parágrafos a seguir aborda-se de uma forma mais aprofundada a questão da adolescência, com suas características e vicissitudes, bem como os comportamentos de risco característicos dessa faixa etária e de que forma as substâncias psicoativas agem nessa fase especial de desenvolvimento.

2.3.1 A Fase da Adolescência

O conceito de adolescência que se tem atualmente foi sendo construído e modificado ao longo dos séculos, conforme apontam Schoen-Ferreira e Cols (2010). Somente nos séculos XIX e XX é que a adolescência apareceu como um período distinto do desenvolvimento humano, porém, a observação dos comportamentos característicos desse momento da vida vem ocorrendo há mais tempo.

Na Idade Média, por exemplo, esperava-se que a criança passasse da idade de alto risco de mortalidade para introduzi-la no contexto social adulto para que fossem aprendendo os ofícios, crenças e valores que posteriormente seriam cobrados quando crescessem quantitativamente. Entretanto, começava a ser difundida a ideia de fases da vida, baseando-se nos preceitos de Aristóteles que dividia essas fases em períodos de sete anos, sendo a terceira fase (14 aos 21 anos) denominada adolescência, porque a pessoa estaria pronta para procriar (SCHOEN-FERREIRA; COLS, 2010, p. 229).

Com o advento da Revolução Industrial, novas configurações de ser e viver vão se constituindo, em decorrência do aumento da densidade demográfica nas cidades e as novas formas de trabalho. Nesse cenário, a adolescência passa a ser compreendida como um momento crítico, sendo entendida como uma fase de risco em potencial para o próprio indivíduo e para a sociedade.

Porém, os estudos sobre esse período do desenvolvimento humano começa a condensar-se a partir das duas grandes guerras, estimulando intensos debates sobre o termo e suas implicações, conforme Santos e Pratta (2012). Desde então, diversas áreas de estudo e seus autores se dedicaram a estudar tal fase de evolução, buscando compreendê-la.

Para Ferrari (1996), a adolescência é compreendida como sendo o momento de maior vulnerabilidade em que o ser humano pode se encontrar, período este em que o sujeito está passando por um evento de crise e ruptura com os modelos até então vigentes, sendo a expressão das contradições da ordem social estabelecida. Tal pensamento é corroborado por Calligaris (2000, p. 15) que define o adolescente como alguém que:

[...] teve tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade, cujo corpo chegou à maturação necessária para que ele possa efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhe são apontadas por esses valores e para quem, nesse exato momento, a sociedade impõe uma moratória.

Cahn (1999) a define como a conjunção do biológico, do psíquico e do social enlaçando a evolução do sujeito desde a idade de recém-nascido até a fase adulta. Quanto ao

psíquico e a seu espaço, o autor afirma que os adolescentes se veem tomados em seus “[...] pólos opostos entre as solicitações do biológico, do soma e as do objeto externo e do ‘socius’ e, em seu seio mesmo, pela necessidade de se situar como sujeito entre os outros membros do grupo” (p. 17).

De acordo com Aberastury e Knobel (1981), nesse período parece ocorrer um corte com tudo o que até antes foi vivido, sendo o adolescente um estranho em um corpo que não é dele, vivendo um papel que ele não conhece e convivendo com pais que também lhe são estranhos. Ele passa a se perceber como um estranho dentro de si, inserido em um local ao qual ainda não pertence. A adolescência, portanto, carrega consigo uma grande mudança não somente na estrutura biológica e psíquica do próprio adolescente, mas também na organização familiar.

Cahn (1999) ainda afirma que na adolescência os processos de identificação são repetidos, porém, agora se amplia a área de atuação e de influência, corroborando com as observações de Erikson (1976), de que os adolescentes formam sua identidade modificando e sintetizando identificações pregressas em uma nova estrutura psicológica.

Papalia e Olds (2000) também mencionam que a identidade se forma à medida que as pessoas resolvem três questões importantes: a escolha da ocupação; a adoção de valores nos quais acreditar e segundo os quais viver; o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória. Portanto, para formar uma identidade, os adolescentes devem afirmar e organizar suas habilidades, necessidades, interesses e desejos para que possam ser expressos em um contexto social.

O adolescente agrupa-se para tentar responder essa eterna dúvida do “Quem sou eu?”, em busca de construir sua identidade e, nesse sentido, Freud (1921) enfatiza que, quando em grupo, o indivíduo sente-se mais protegido e mais homogêneo. O grupo passa então a se tornar uma parte da constituição de sua identidade e sua subjetividade. Apesar de em grupo, os adolescentes estão buscando sua unicidade.

Agrupar-se, portanto, é uma maneira de “ser”, de pertencer a algo. Esse sentimento de pertença é extremamente importante nessa fase da vida do sujeito. É quando ele busca encontrar o seu lugar, a sua identidade. Apesar de em grupo, o que o sujeito busca é a sua unidade, sua individualidade (BÜHLER, 1980).

Na síntese apresentada por Santos e Pratta (2012), a adolescência pode ser compreendida enquanto “[...] uma vivência liminar e fundamental para a constituição da identidade do sujeito, sendo permeada por mudanças, remodelamentos subjetivos, reinvestimentos pulsionais, retificações e ressignificações de diversas ordens.” (p.171).

Portanto, proporcionar um ambiente adequado para que os jovens possam se agrupar torna-se importante, uma vez que o que estes jovens procuram é poder se organizar e ser reconhecido, e a partir daí poder colocar-se em seu lugar de sujeito. Um ambiente que seja propício ao seu desenvolvimento, suas necessidades e suas carências; isso quer dizer que é necessário que o ambiente seja acolhedor, mas que tenha suas regras e seus limites estabelecidos de forma bem clara, para que o jovem possa se instaurar na ordem do simbólico; que seja capaz de ser continente aos conflitos do adolescente e possa proporcionar ao mesmo subsídio para que ele se desenvolva de maneira autônoma e capaz de se adaptar às mais variadas situações.

Como bem aponta Ferrari (1996), esse ambiente deve, de um modo geral, oferecer recursos que supram deficiências ambientais e promova um desenvolvimento adequado, de modo que o adolescente seja capaz de desenvolver suas potencialidades.

2.3.2 Consumo de Drogas na Adolescência: Comportamento de Risco ou Fuga?

O consumo de drogas vem se tornando cada vez mais um problema que assola o mundo todo, sendo atualmente considerado e tratado como problema de segurança e de saúde pública. Entretanto, o consumo de drogas – caracterizado pelo consumo esporádico e sem complicações nas demais esferas da vida do sujeito – eventualmente pode evoluir para um uso abusivo da substância até chegar à dependência física e psicológica. De acordo com Santos e Pratta (2006), para a OMS, o termo droga é compreendido como qualquer entidade química ou mistura de entidades que podem alterar a função biológica e, possivelmente, sua estrutura. Sendo assim, a dependência requer cuidados específicos, pois corresponde a um estado mental e por vezes físico, resultante da interação dessa entidade química com um organismo vivo, tendo como comportamento característico a compulsão do uso da droga para experimentar seu efeito e “[...] evitar o desconforto provocado por sua ausência” (p. 316).

Baseando-se nos estudos de Santos e Pratta (2012), é possível perceber que o uso e abuso de substâncias estão relacionadas à maximização do prazer, inerente ao psiquismo humano e mais intenso na adolescência. A droga entra como um objeto que vem testar os limites do próprio corpo, tramitando no limiar do princípio de prazer (com suas pulsões de vida e de morte – Eros e Tânatos) e o princípio de realidade (FREUD, 1920) e que ainda é muito frágil durante a adolescência.

Desse modo, ao se fazer o consumo de drogas, o sujeito sente a necessidade constante de reviver as fantasias de onipotência como forma de encontrar alívio para a angústia que lhe

consome. Na adolescência observa-se que tal situação ocorre de maneira ainda mais intensa em razão da fragilidade egóica em que se encontra (KESSLER et al., 2003).

Nesse contexto, deduz-se que a droga exerce a função de objeto-tampão que funciona como uma forma de “[...] dar conta da questão da organização pulsional e da fragilidade estrutural dos vínculos afetivos, além de traduzir, sintomaticamente, o mal-estar de um determinado contexto familiar que está estruturado e vem funcionando de maneira tóxica” (SANTOS; PRATTA, 2012, p. 177). Por tratar-se de um momento especial do desenvolvimento humano, quando a identidade está sendo ainda definida e os valores estão sendo revistos e reformulados, os modelos de comportamento apresentados no âmbito familiar influenciarão diretamente os padrões de conduta do sujeito em formação, o adolescente.

Para Schenker e Minayo (2003a), a família tem papel fundamental na criação de condições favoráveis ao uso de substâncias por adolescentes ou para a criação de fatores de proteção. Sendo a família um dos primeiros ambientes de educação e socialização do indivíduo, como mencionado anteriormente, seus membros acabam por passar modelos de comportamentos para o infante. Logo, famílias disfuncionais podem transmitir normas desviantes através desses modelos e, segundo Schenker e Minayo (2003a, p. 302), “[...] os problemas de vinculação familiar advêm, em sua maioria, daqueles lares onde faltam habilidades para a criação dos filhos, reduzindo as chances de transmissão efetiva de normas sociais saudáveis”.

Santos e Pratta (2006) destacam o estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz no Brasil, pela Universidade do País Basco na Espanha e pela Universidade de Los Andes na Colômbia, em que foram avaliados tanto adolescentes que faziam uso de drogas quanto adolescentes que não usavam. Constataram que os adolescentes que não fazem uso possuem lares em que há o desenvolvimento adequado do sentimento de segurança, com diálogo e afeto, por exemplo, enquanto que os adolescentes que fazem uso possuem lares onde é presente a falta de apoio mútuo, espaço para expressão de sentimentos e menor interesse em comum com os membros da família.

Outro estudo realizado por Silva et. al. (2010), com cerca de 23 alunos do 1º ano do ensino médio, com idade entre 14 e 20 anos, constatou que, na concepção desses jovens, o uso de substâncias entorpecentes ocorre principalmente por desinformação, curiosidade e fácil acesso, o que aparentemente pode ser considerado o fator propulsor para que o consumo se inicie de fato.

A preocupação com a dinâmica do contexto familiar no uso de substâncias psicoativas por parte de adolescentes é preocupante, conforme Santos e Pratta (2012), porque a família se caracteriza como o eixo de referências simbólicas na constituição da identidade e subjetividade do ser em desenvolvimento. Isso porque, como já fora mencionado anteriormente, o contexto familiar fornece modelos que influenciarão os padrões de comportamento, crenças e valores do sujeito que está se desenvolvendo psiquicamente.

2.3.3 Considerações Sobre o Referencial Teórico

Após as reflexões e pesquisas apresentadas neste estudo, pode-se compreender que a violência é um fenômeno complexo e multifacetado que ocorre nos mais variados contextos, atingindo as mais variadas faixas etárias.

Compreende-se, também, que a família é o contexto fundamental para o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo que acaba de nascer. Toda a forma de relação e interação com os membros familiares e, especialmente com os pais (ou quem exerça tal função), irá influenciar a maneira pela qual o indivíduo se relacionará com seus pares em outros contextos sociais (escola/comunidade).

Portanto, o que a literatura consultada sugere é que se a família relaciona-se de forma harmônica, apresenta padrões comportamentais considerados saudáveis, estimula o desenvolvimento pleno do sujeito em formação, permite que o adolescente desenvolva a autonomia e confiança em um ambiente onde se sinta seguro para expressar seus sentimentos, é possível que esse adolescente não inicie o consumo de substâncias psicoativas.

Por outro lado, se o ambiente familiar em que o sujeito está inserido é permeado por tensões e violências, onde o adolescente não encontra espaço para expressar seus sentimentos adequadamente, sem haver possibilidade de diálogo, este será o padrão comportamental que o menor deverá apresentar em outros contextos sociais, tornando-se mais vulnerável ao uso de substâncias psicoativas.

2.4 LEVANTAMENTO EM BASE DE DADOS

Para o levantamento de produção foram trabalhadas as seguintes palavras-chaves que, combinadas entre si, serviram como base para o trabalho de levantamento da produção bibliográfica até o ano de 2016:

Quadro 1 – Palavras-chaves utilizadas

Violência doméstica
Drogas
Adolescência
Educação informal

Fonte: Autora, 2017.

Em orientação durante a disciplina de Seminário de Pesquisa, fora previamente acordado que seria dada prioridade as publicações nos *websites* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no banco de teses do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos artigos encontrados em publicações disponíveis no portal *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

O levantamento no *website* da ANPEd foi realizado enquanto mapeamento quantitativo visando identificar área de concentração da produção – Grupos de Trabalho (GT) e ano da publicação. Nesta plataforma, analisou-se a proximidade das temáticas em relação ao presente projeto de pesquisa. Através da leitura dos resumos identificou-se aqueles que trabalhavam com temas mais próximos ao que se pretende no presente trabalho. Deu-se prioridade a cinco Grupos de Trabalho: GT 3 (Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos); GT 06 (Educação popular); GT 14 (Sociologia da educação); GT 20 (Psicologia da educação) e GT 23 (Gênero, sexualidade e educação), uma vez que esses grupos apresentam maior aproximação teórica com a temática estudada.

Tabela 1 – Levantamento ANPEd, por Grupos de Trabalho (GT) e ano de publicação.

GT	ANO									Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2015	
3	2	0	1	2	0	1	1	2	1	10
6	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
14	0	0	0	1	1	2	3	0	1	8
20	1	1	1	1	0	1	1	0	0	6
23	1	0	0	0	0	0	1	1	0	3

Fonte: Autora, 2017.

O levantamento no portal CAPES foi feito primeiro respeitando a ordem dos descritores. Para o descritor “violência doméstica” utilizou-se alguns filtros nas áreas de conhecimento: Educação; Psicologia; Psicologia social; Psicologia escolar e do desenvolvimento humano; psicologia forense e foram encontrados 366 registros, sendo 234 relacionados às áreas diversas de economia doméstica.

Para o descritor “drogas” utilizou-se os filtros nas áreas de concentração: Psicologia; Adolescentes em conflito com a lei – práticas profissionais; Cidadania e políticas públicas; Ciência sociais: cultura, desigualdades e desenvolvimentos; Ciências jurídicas e sociais; Cultura, educação e movimento humano; Direitos humanos; Direitos humanos e desenvolvimento; Educação e foram encontrados 101 registros, sendo 22 relacionados a drogas enquanto medicalização.

Para o terceiro descritor, “adolescência”, utilizando os filtros nas áreas de conhecimento: Educação; Psicologia; Ciências sociais: cultura, desigualdades e desenvolvimentos; Cultura, educação e movimento humano; Desenvolvimento humano e educação; Desenvolvimento humano, políticas sociais e formação; Psicanálise e sociedade; Psicologia escolar e do desenvolvimento humano; Psicologia social foi possível encontrar 188 registros, sendo que 50 não abordavam especificamente a adolescência.

Para o quarto descritor, educação informal, não foi necessário utilizar nenhum filtro, sendo possível encontrar um total de 145 registros. Entretanto, apenas 38 datados entre os anos de 2013 a 2016, considerando para início o ano de implantação da plataforma sucupira.

Tabela 2 – Levantamento da produção no portal CAPES por níveis

Descritor	Doutorado				Total	Mestrado				Total
	2013	2014	2015	2016		2013	2014	2015	2016	
Violência doméstica	8	13	8	2	27	27	34	32	1	94
Drogas	5	4	2	0	11	17	24	24	1	67
Adolescência	9	10	9	2	30	40	33	33	1	107
Educação informal	1	2	1	3	7	8	10	5	7	30

Fonte: Autora, 2017.

Depois, a busca foi realizada com todos os descritores combinados, buscando maior aproximação com os temas violência doméstica e uso de droga na adolescência. Foram utilizados os filtros nas áreas de conhecimento: Psicologia; Educação; Psicologia do desenvolvimento humano; Psicologia do ensino e da aprendizagem; Psicologia social; Educação e sociedade; Processos psicossociais, saúde e desenvolvimento psicológico; Psicologia da educação; Psicologia e sociedade; Psicologia, processos culturais e

subjetivação; Sociedade, Estado e educação e foram encontrados 396 registros entre teses e dissertações publicadas no período de 2013 a 2016 (desde a implantação da plataforma Sucupira).

Tabela 3 – Teses e dissertações no Portal CAPES com todos os descritores combinados.

Ano	M (304)	D (92)	Total
2013	81	20	101
2014	94	24	118
2015	79	20	99
2016	50	28	78

Fonte: Autora, 2017.

No portal de periódicos *Scielo*, também realizou-se a busca inicial por cada descritor, estimando o tempo de publicação desde o ano de 2006 até o ano de 2016, conforme pode ser evidenciado por meio da Tabela 4.

Tabela 4 – Artigos encontrados no portal Scielo com descritores isolados.

Descritores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Violência doméstica	16	23	22	22	12	20	21	17	23	30	10	216
Drogas	30	35	43	45	37	35	50	42	38	44	19	418
Adolescência	42	59	51	59	57	65	74	41	68	58	12	586
Educação informal	01	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	2

Fonte: Autora, 2017.

Ressalta-se que o descritor “drogas” culminou em um resultado de 1014 artigos, em que apenas 418 tratavam do termo enquanto substâncias psicoativas, sendo então esses considerados por estarem diretamente relacionados com o presente estudo.

Combinando os descritores “drogas”, “adolescência” e “violência doméstica”, obteve-se apenas um artigo publicado em 2014 na Revista da Escola de Enfermagem da USP, com o título “Vulnerabilidade cumulativa: Estudo de um caso de violência doméstica, toxicodpendência e gravidez na adolescência”. Porém, ao adicionar o descritor “educação informal” não se obteve nenhum resultado. Também ao combinar os outros descritores de diferentes maneiras, não se obteve nenhum resultado na plataforma mencionada.

O que é possível depreender do que fora acima descrito é que a temática do uso de drogas na adolescência em um contexto em que a educação informal se dá em um ambiente onde ocorre a violência doméstica, pode ser considerada bastante específica e ainda um tanto incipiente nas plataformas de busca acima descritas.

As pesquisas de mestrado e doutorado têm focado muito nas questões da adolescência e/ou na violência doméstica, seguida das pesquisas relacionadas às drogas, não necessariamente na adolescência. A questão da educação informal tem se mostrado escassa em todos os locais em que a busca foi realizada, evidenciando que ainda há a necessidade de se voltar a atenção para o modo como ocorre o processo de socialização, transmissão de valores, crenças, hábitos e conhecimentos, além da disponibilidade afetiva de cuidados garantindo um ambiente de promoção de fatores de proteção às diversas adversidades que o adolescente enfrentará ao longo de seu desenvolvimento.

3. METODOLOGIA

Após fazer a revisão da bibliografia relacionada ao tema pesquisado, faz-se necessário esclarecer sobre o encaminhamento metodológico relativo à investigação, abrangendo os seguintes tópicos: objetivos que se dividem em geral e específicos; problematização; caracterização da pesquisa; local ou campo de estudo; participantes da pesquisa; instrumentos; procedimentos; análise dos dados. Cada um desses itens é apresentado na sequência para, posteriormente, apresentar os resultados da pesquisa e realizar a discussão ou análise interpretativa dos dados coletados.

3.1 Objetivos

3.1.1 Objetivo Geral:

- Investigar, de acordo com a opinião dos participantes, se há relações entre a violência doméstica sofrida no âmbito familiar e o consumo de substâncias psicoativas por adolescentes, evidenciando como se deu o processo de educação informal transmitida pela família em um contexto caracterizado pela violência doméstica.

3.1.2 Objetivos Específicos:

- Analisar a opinião de adolescentes que usam drogas e vivenciaram e/ou ainda vivenciam situações de violência doméstica, identificando os significados que os participantes da pesquisa, caracterizados por adolescentes e seus familiares ou responsáveis⁴, atribuem a esses acontecimentos.

- Identificar, segundo a opinião dos adolescentes e seus familiares ou responsáveis, se há relação entre a violência doméstica e o consumo de substâncias psicoativas pelos adolescentes e qual o papel que as drogas exercem na situação da violência vivenciada.

- Verificar como se deu o processo de educação informal transmitido pela família aos adolescentes, em um contexto caracterizado por experiências de violência doméstica.

⁴ Os familiares selecionados foram, preferencialmente, as genitoras que também sofreram violência doméstica. Em caso de não ser possível o contato com a mãe, será realizada entrevista com o principal responsável pelo adolescente (tios, avós, etc.).

- Refletir sobre a perspectiva que os participantes da pesquisa, que vivenciaram situações de violência doméstica e drogas na adolescência, têm em relação ao futuro e como enfrentam os problemas vivenciados.

3.2 Problematização

Diante do que foi exposto sobre a presente pesquisa, tanto na introdução, quanto na abordagem teórica, bem como diante dos objetivos propostos, destaca-se que, com a realização da investigação, pretende-se encontrar possíveis respostas para as seguintes indagações que aqui se caracterizam como as questões norteadoras:

- Como os adolescentes e seus familiares investigados compreendem os fenômenos de violência vivenciados?

- Será que eles percebem haver relação entre a violência doméstica e o consumo de drogas por parte dos adolescentes?

- Será que o estilo parental utilizado como forma de educação familiar pode contribuir de alguma maneira para o início do consumo?

- Qual a perspectiva de futuro que os mesmos têm diante da experiência apresentada?

Mediante as respostas a estes questionamentos torna-se possível perceber se há relação entre violência doméstica e uso de drogas na adolescência, bem como os problemas causados por esse duplo problema social.

3.3 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se por uma investigação de natureza qualitativa, incidindo num estudo de caso, visto que, para problematizar a temática referente à violência doméstica e uso de drogas na adolescência, esta escolha pareceu mais apropriada. Para Flick (2009), o objeto de estudo é o fator determinante para a escolha do método, uma vez que estes objetos serão estudados em sua totalidade e complexidade, dentro de seus contextos cotidianos. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa busca compreender as variedades de perspectivas – do adolescente e dos familiares, no caso da presente pesquisa – dentro do contexto vivenciado pelos participantes, seus pontos de vista e significações, etc. O autor relembra, ainda, que o objetivo da pesquisa qualitativa, diferentemente da pesquisa quantitativa, está em descobrir o novo e desenvolver teorias empiricamente fundamentadas.

Os métodos, em pesquisa qualitativa, consideram a comunicação do pesquisador como parte explícita da produção do conhecimento e a subjetividade – do pesquisador e dos entrevistados – tornam-se parte do processo de pesquisa.

Flick (2009) aponta, ainda, a variedade de abordagens e métodos em pesquisa qualitativa. Tal variedade deve-se ao desenvolvimento, na história da pesquisa qualitativa, de diferentes linhas, cujas evoluções aconteceram, em parte, de forma paralela, e em parte, de forma sequencial, especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos.

Nesse sentido, a presente pesquisa baseia-se nos métodos utilizados inicialmente pela Escola de Chicago, que utiliza a entrevista narrativa e o relato biográfico como método de compreensão dos fenômenos complexos como os que se pretende estudar.

3.4 Local ou Campo de Estudo

A pesquisa consiste na realização de coleta de dados em uma instituição pública de Corumbá MS que atende adolescentes com o perfil que se deseja investigar, ou seja que façam uso de substâncias psicoativas e tenham vivenciado situações de violência doméstica. Trata-se do Programa Medidas Socioeducativas prestado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), órgão gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social na cidade de Corumbá – MS.

O programa Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é um serviço prestado pelo CREAS e tem por finalidade, conforme prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) “[...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente”. O programa tem por objetivos:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;

- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2009, p.30).

Cabe salientar que inicialmente a intenção era de também realizar a coleta de dados no Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil (CAPSi), cuja finalidade é o atendimento de crianças e adolescentes “[...] com transtornos mentais graves e persistentes e os que fazem uso de crack, álcool e outras drogas” (Portaria nº 3088 de 23/12/2011) e seus serviços são realizados prioritariamente em ambiente coletivo, de forma articulada com outros pontos de atenção da rede de saúde e das demais redes. O cuidado é desenvolvido através do Projeto Terapêutico Individual, construído com a equipe, o usuário e a família.

Entretanto, algumas dificuldades de logística para a realização das entrevistas (salas para realização das mesmas, comparecimento dos familiares à instituição, disponibilização de técnico para acompanhar em visita, etc.) foram encontradas junto ao CAPS i, impossibilitando assim que as entrevistas fossem realizadas com seus usuários. Dessa forma, a pesquisa foi realizada somente com os usuários atendidos pelo Programa Medidas Socioeducativas, sendo que alguns deles já foram atendidos pelo CAPS i.

3.5 Participantes da Pesquisa

O estudo foi realizado com adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos, conforme preconiza a Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Foram selecionados pela técnica da instituição, 5 casos dentro os adolescentes atendidos no programa. O critério de seleção utilizado contou com as informações fornecidas pelas gestoras das instituições, de acordo com os casos que atendem aos seguintes critérios: a) ser adolescentes que usam drogas e vivenciaram ou vivenciam situações de violência doméstica; b) ter entre 12 e 18 anos, por ser a faixa etária estabelecida como “adolescência”, conforme a categorização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8069/90 (BRASIL, 1990); c) estar o adolescente disposto, juntamente com um membro de sua família, a participar e contribuir com os resultados da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte do responsável. Também participaram da pesquisa os familiares e/ou responsáveis dos adolescentes escolhidos, para conhecimento mais aprofundado da dinâmica e educação familiar.

3.6 Instrumentos

Os instrumentos utilizados em uma pesquisa dependem do objeto que se quer investigar e da metodologia a ser aplicada. No presente estudo, foram utilizados roteiros de entrevistas semiestruturadas (apêndices I e II) como forma de coleta de dados. Flick (2004, p. 90), ao comentar sobre esse tipo de instrumento de pesquisa, salienta que “[...] é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário”. De acordo com Poupart (2008), do ponto de vista epistemológico as entrevistas estabelecem a ideia de ser um instrumento eficiente para compreender o sentido que os participantes atribuem aos eventos vivenciados, suas condutas diante dos fatos, etc.

Para que se conseguisse atingir o objetivo de maneira satisfatória, alguns princípios foram devidamente adotados durante o procedimento, tais como: Obter a colaboração do entrevistado, que deveria verdadeiramente aceitar cooperar com a entrevista; deixar o entrevistado à vontade para falar mais facilmente sobre o fenômeno que se pretende estudar, de maneira que o sujeito abordasse, voluntariamente, as questões que lhe são significativas; para tanto, a pesquisadora buscou ganhar a confiança do entrevistado, mitigando suas dúvidas em relação mesmo à pesquisa e o uso que se fará dos dados que estão sendo obtidos; ressalta-se, ainda, que é o entrevistado quem deve tomar a iniciativa do relato, de maneira espontânea, levando em conta que, quanto mais o entrevistado se envolve em seu discurso, em sua narrativa, mais significativa vai se tornando (POUPART, 2008).

Nesse sentido, o roteiro que baseia os questionamentos da entrevista, pretendeu investigar os conteúdos e significados que o entrevistado apresenta à sua história de vida. Para que a entrevista corresse de forma natural e espontânea, visando deixar o entrevistado mais à vontade, utilizou-se um gravador, evitando a anotação dos dados durante a entrevista, garantindo a tranquilidade e espontaneidade do entrevistado.

3.7 Procedimentos

Para a realização da coleta de dados, foi feito primeiramente contato com as instituições a fim de apresentar a proposta de pesquisa solicitando autorização para que a investigação fosse realizada (Carta de Apresentação – apêndice III).

Após a devida autorização, a pesquisadora, em data previamente definida junto à instituição, se apresentou aos participantes, informando-lhes sobre os procedimentos da pesquisa, garantindo-lhes o caráter anônimo e convidando-os a participar; para isso, seria necessária prévia anuência dos responsáveis que deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – apêndice IV) para que possam autorizar a realização da pesquisa com os adolescentes. Assim, a pesquisa se dividiu em três fases:

- 1 – Apresentação do projeto às instituições para ter noção sobre a quantidade de adolescentes atendidos, interação família-instituição, etc., para então definir, juntamente com as instituições, quais seriam os participantes da pesquisa.
- 2 – Gravação de entrevista com os adolescentes, selecionados conforme os critérios estabelecidos entre pesquisadora e instituição;
- 3 – Gravação de entrevista com os familiares dos adolescentes previamente selecionados, que fazem uso de drogas e sofrem(ram) violência doméstica.

As famílias foram previamente selecionadas junto à técnica da instituição que acompanhava a pesquisadora até a residência de cada participante, onde as entrevistas eram realizadas. Tal situação permitiu à pesquisadora observar outros dados importantes relativos a dinâmica familiar e o contexto social em que cada família encontra-se inserida, os apoios sociais/comunitários que recebem, etc.

3.8 Análise dos Dados

A análise dos dados de natureza qualitativa baseou-se na perspectiva de história de vida, que objetiva apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva, uma ponte entre a trajetória individual e a trajetória social. De acordo com Silva *et. al* (2007, p. 31) “[...] por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte”.

Para Bertaux (2005), o relato de história de vida constitui um instrumento de aquisição de conhecimentos práticos, com a condição de orientá-lo a uma descrição de experiências vividas em primeira pessoa e dos contextos em que essas experiências se desenvolveram. Além da narrativa, inclui ainda o acesso a outros documentos que possam fornecer dados complementares (observação direta, contatos documentais, etc.).

Nessa modalidade de pesquisa não há uma hipótese prévia que será testada. Trata-se, portanto, de buscar maior conhecimento acerca do fenômeno a ser estudado, de forma a compreender o funcionamento do objeto de estudo e elaborar um modelo desse

funcionamento em forma de categoria de análise (BERTAUX, 2005; SANTOS; SANTOS, 2008).

Santos e Santos (2008) ressaltam que a análise dessas narrativas ocorre concomitantemente com o processo de coleta dessas histórias, através da transcrição *ipsis literis* do que fora narrado pelo sujeito participante da pesquisa. Cada pausa, cada variação de entonação, cada gesto, deve ser transcrito para melhor compreensão dos significados dados pelo sujeito à experiência vivida.

O processo seguinte consiste, efetivamente, na análise dos temas que mais se destacam em todas as narrativas, de forma a possibilitar a elaboração das categorias de análise, que servirão para “explicitar as informações e significados pertinentes nela contidos” (p. 717).

Desta forma, busca-se dar voz a esses adolescentes e suas famílias, tentando compreender, a partir de seu ponto de vista, seu olhar sobre o problema, quais são os seus anseios e seus medos de forma que posteriormente seja possível pensar em uma forma de intervenção mais integrada que possa efetivamente cuidar do causador dessa complexa situação, e não apenas de seus sintomas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista que a análise dos dados se baseia na perspectiva de histórias de vida, foi feita a opção por organizar os resultados por meio das seguintes categorias:

- 4.1 - Perfil dos participantes;
- 4.2 - Relações familiares;
- 4.3 - Estilos parentais e educação informal;
- 4.4 - Drogas e fatores de risco;
- 4.5 - Violências vivenciadas;
- 4.6 - Expectativa para o Futuro.

Em cada categoria são feitas análises individuais de cada caso para então estabelecer relações entre todos eles, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Análise de todos os casos em cada categoria

4.1 Perfil dos Participantes	4.2 Relações Familiars	4.3 Estilos Parentais e Educação Informal	4.4 Drogas e Fatores de Risco	4.5 Violências Vivenciadas	4.6 Expectativa para o Futuro
4.1.1 Caso 1	4.2.1 Caso 1	4.3.1 Caso 1	4.4.1 Caso 1	4.5.1 Caso 1	4.6.1 Caso 1
4.1.2 Caso 2	4.2.2 Caso 2	4.3.2 Caso 2	4.4.2 Caso 2	4.5.2 Caso 2	4.6.2 Caso 2
4.1.3 Caso 3	4.2.3 Caso 3	4.3.3 Caso 3	4.4.3 Caso 3	4.5.3 Caso 3	4.6.3 Caso 3
4.1.4 Caso 4	4.2.4 Caso 4	4.3.4 Caso 4	4.4.4 Caso 4	4.5.4 Caso 4	4.6.4 Caso 4
4.1.5 Caso 5	4.2.5 Caso 5	4.3.5 Caso 5	4.4.5 Caso 5	4.5.5 Caso 5	4.6.5 Caso 5
4.1.6 Análise...	4.2.6 Análise...	4.3.6 Análise...	4.4.6 Análise...	4.5.6 Análise...	4.6.6 Análise...

Fonte: Autora, 2017.

Apesar de a sequência de páginas dos resultados estar de acordo com as categorias, é possível também analisar cada história de vida separadamente. Assim, se a intenção é priorizar o Caso 1, por exemplo, basta ler e analisar somente esse caso em cada uma das categorias, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Análise da história de cada caso de acordo com as categorias

Categorias	4.1 Perfil dos Participantes	4.2 Relações Familiares	4.3 Estilos Parentais e Educação Informal	4.4 Drogas e Fatores de Risco	4.5 Violências Vivenciadas	4.6 Expectativa para o Futuro
Casos						
História de vida	4.1.1 Caso 1	4.2.1 Caso 1	4.3.1 Caso 1	4.4.1 Caso 1	4.5.1 Caso 1	4.6.1 Caso 1
História de vida	4.1.2 Caso 2	4.2.2 Caso 2	4.3.2 Caso 2	4.4.2 Caso 2	4.5.2 Caso 2	4.6.2 Caso 2
História de vida	4.1.3 Caso 3	4.2.3 Caso 3	4.3.3 Caso 3	4.4.3 Caso 3	4.5.3 Caso 3	4.6.3 Caso 3
História de vida	4.1.4 Caso 4	4.2.4 Caso 4	4.3.4 Caso 4	4.4.4 Caso 4	4.5.4 Caso 4	4.6.4 Caso 4
História de vida	4.1.5 Caso 5	4.2.5 Caso 5	4.3.5 Caso 5	4.4.5 Caso 5	4.5.5 Caso 5	4.6.5 Caso 5
Histórias de vida	4.1.6 Análise	4.2.6 Análise	4.3.6 Análise	4.4.6 Análise	4.5.6 Análise	4.6.6 Análise

Fonte: Autora, 2017.

Diante do exposto sobre a organização dos resultados (Quadros 2 e 3), inicia-se na sequência a apresentação de cada uma das categorias, com as cinco histórias vivenciadas e relatadas pelos participantes da pesquisa.

4.1 Caracterização dos Casos Investigados: Perfil dos Participantes da Pesquisa

Para a realização da coleta de dados, foram analisados cinco casos de famílias que atendiam aos critérios estabelecidos para a escolha dos sujeitos. Em cada um dos casos, foi gravada entrevista com um adolescente que vivenciou situações de violência doméstica e fazia uso de entorpecentes e um familiar responsável pelo adolescente.

Na apresentação dos resultados, os cinco adolescentes e quatro familiares que participaram da pesquisa tiveram suas identidades preservadas, sendo então identificados pelas iniciais AD (de adolescentes), seguida de um numeral; e F (de familiares) também seguida de um número, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Identificação dos Participantes da Pesquisa

Casos/Famílias	Adolescentes Entrevistados	Familiares Adultos Entrevistados
Caso 1	AD 1	F 1
Caso 2	AD 2	F 2
Caso 3	AD 3	F 3
Caso 4	AD 4	F 4
Caso 5	AD 5	-

Fonte: Autora, 2017.

Para melhor entender sobre o perfil dos participantes, na sequência são apresentados os casos separadamente, para então ser feita uma breve análise relativa às vivências dos adolescentes e familiares.

4.1.1 Caso 1

A família apresentada é composta por um homem provedor de 54 anos, a familiar que fora entrevistada (**F1**): uma mulher responsável pelos afazeres domésticos de 58 anos, do lar, com ensino fundamental incompleto (5ª série), e o adolescente em questão (**AD 1**): 13 anos, sexo masculino, cursando a 8ª série do ensino fundamental, e afirma fazer uso de maconha, tendo já experimentado o cigarro.

Os adultos são tios biológicos do adolescente que possuem a guarda legal do mesmo há aproximadamente 10 anos, sendo nomeados por este enquanto pais. Na família, somente o adolescente é negro, embora o tio demonstre, fenotipicamente, alguma ascendência negra. A renda mensal da família gira em torno de um salário mínimo e meio, sem auxílio de programas de transferência de renda. Residem na parte periférica da cidade, onde há um alto índice de consumo de substância ilícita, com pouca área de lazer e socialização.

Embora o casal não possua filhos em comum, eles têm uma filha adotiva com a qual ainda mantém o vínculo afetivo e, embora a mesma não more na mesma casa, reside próximo ao local com seu esposo e filho.

O adolescente em questão apresentava histórico de acolhimento desde a primeira infância e possível rejeição por parte do próprio genitor que não registrou a criança em seu nome, questão que aparentemente influenciou no desenvolvimento psíquico do adolescente entrevistado.

A família morava em área de periferia próximo à morraria, onde há um alto índice de consumo de substância ilícita, com pouca área de lazer e socialização, exceto as atividades da igreja católica próxima à residência. As escolas públicas não estão muito próximas à

residência.

Recebiam amparo dos diversos serviços de políticas públicas de assistência social e saúde, especialmente saúde mental, além de à época da entrevista ter se inscrito em atividades de música. Porém, não havia possibilidade de o tio acompanhá-lo a todas as aulas, tendo o adolescente que ir sozinho, sendo que o local das aulas é distante da residência e em região onde há grande concentração de locais de venda de drogas.

4.1.2 Caso 2

A família que se trata o caso 2 é composta pela genitora (**F 2**): 36 anos, do lar, com ensino fundamental incompleto (3ª série), o adolescente em questão (**AD 2**): 16 anos, sexo masculino, finalizando o ensino fundamental (9º ano), e afirma fazer uso de álcool, tendo já realizado o uso de maconha.

Também compõem a família o atual companheiro da genitora do adolescente (terceiro casamento após o relacionamento com o pai do adolescente), duas crianças fruto desse relacionamento, o adolescente sujeito da pesquisa e outros cinco filhos, que não residiam com a responsável pelo adolescente. O relacionamento entre o AD 2 e seu padrasto não era muito harmônico, havendo constantes conflitos, que já chegaram às vias de fato sem deixar lesão aparente.

Sua genitora (F 2) não trabalhava fora e tinha como renda mensal o programa de transferência de renda do Programa Bolsa Família. O padrasto era o provedor, mas não possuía emprego fixo. A casa em que residiam no momento da pesquisa era alugada e composta de 5 cômodos, sendo que o adolescente possuía um quarto para si e os infantes dormiam com os pais em outro quarto. O referido adolescente (AD 2) frequentava a escola, estando matriculado na 4ª fase do EJA no período noturno. No período diurno não desenvolvia nenhuma atividade extracurricular.

O adolescente (AD 2) não contou com a presença do seu genitor, embora tenha o conhecido e mantém contato com os familiares paternos. Porém, seu genitor não assumiu as responsabilidades paternas e fora assassinado na primeira infância do menor, por volta dos seis anos de idade. O relacionamento da F 2 com o genitor do adolescente foi, como a mesma relatou, passageiro, uma vez que estava saindo de um relacionamento abusivo em que sofreu diversas violências e o pai do adolescente era casado. Justamente nesse período o AD 2 teve a convivência com o segundo companheiro de sua genitora, que fazia uso de entorpecentes

dentro do ambiente doméstico e possivelmente na presença do menor, embora a mãe não soubesse afirmar.

Quando o adolescente tinha 11 anos de idade, a F 2 fora presa por tráfico de drogas. O adolescente, então, passou a residir na casa de sua tia materna por aproximadamente um ano e seis meses, onde adquiriu o hábito de permanecer maior parte do tempo fora do ambiente doméstico, após sofrer algumas agressões físicas. Quando a mãe (F 2) cumpriu sua pena, o adolescente voltou a residir com ela, mas já havia adquirido o hábito de permanecer bastante tempo fora de casa.

À época da entrevista a família morava em área de periferia próximo à morraria, onde há um alto índice de consumo de substância ilícita, com pouca área de lazer e socialização, além de algumas praças no bairro, onde também há reunião de usuários de drogas. Na localidade existem algumas escolas públicas.

A família residia em casa alugada, a única renda fixa era o dinheiro do Programa Bolsa Família e todos recebiam amparo dos diversos serviços de políticas públicas de assistência social, além das medidas socioeducativas que deveriam cumprir obrigatoriamente, conforme decisão judicial.

4.1.3 Caso 3

A família que se trata o caso 3 é composta pela genitora (**F 3**): 47 anos, vendedora autônoma, com ensino médio incompleto (parando no 3º ano), a adolescente em questão (**AD 3**): 15 anos, sexo feminino, finalizando o ensino fundamental (7º ano), e afirma fazer uso de álcool, tendo já realizado o uso de maconha. Também fazia parte da família o padrasto da adolescente, 6 irmãos e seus respectivos cunhados (as) e sobrinhos (as), totalizando 17 pessoas na residência, onde ainda existia um bar, que era de responsabilidade do irmão da AD 3, para complementação da renda da casa. A principal fonte de renda era proveniente da pensão recebida pela morte do pai da adolescente, da aposentadoria de sua genitora (F 3) e vendas de enxoval realizadas por esta. Tais vendas eram realizadas no bar da família que funcionava diuturnamente, além do salário de um de seus filhos que residia consigo. Dos sete filhos, apenas três eram menores de idade e dentre eles somente dois estavam frequentando a escola regularmente. A adolescente (AD 3) não frequentava a escola no período em que a entrevista fora realizada.

A genitora em questão (F 3) estava no terceiro relacionamento amoroso. Do primeiro casamento teve três filhos, mas sem a presença/auxílio do pai. Do segundo casamento teve

quatro filhos, sendo um deles a adolescente em questão, que contou com a presença do pai até os seis anos de idade, quando este faleceu.

Durante a infância, a AD 3 fora vítima de diversos tipos de violência, inclusive sexual, passando por atendimentos especializados na rede municipal de atendimento a crianças e adolescentes, especialmente nas políticas públicas relacionadas à assistência social (CRAS e CREAS) e à saúde mental (CAPS i). Seu pai faleceu quando a adolescente tinha apenas seis anos de idade, momento em que os comportamentos desafiadores iniciaram. Sua genitora (F 3) também sofreu violência física durante a infância, além de ser violentada por seu primeiro companheiro.

Conforme informações fornecidas pela técnica do Programa Medidas Sócio Educativas do qual a AD 3 faz parte, a adolescente vinha desenvolvendo atividades sexuais em troca de pagamento, vivenciando exploração sexual e, segundo informações cedidas por suas colegas de profissão à respectiva técnica, a garota fazia uso de cocaína além do álcool e da maconha.

A família morava em área próxima a uma fábrica de cimentos e à Universidade Federal. Na localidade também existem escolas públicas bem próximas à residência, que é própria. Recebiam amparo apenas da equipe de medidas socioeducativas a que a adolescente deveria cumprir obrigatoriamente, conforme decisão judicial. Não recebiam qualquer benefício de transferência de renda e não participava das instituições das políticas públicas de assistência social.

Para a socialização existem nas proximidades algumas praças na região, apenas para encontros, sem outros atrativos, o que levava também à concentração esporádica de alguns usuários de drogas.

4.1.4 Caso 4

A família que se trata o caso 4 é composta pela genitora (**F 4**): 46 anos, do lar, com ensino fundamental incompleto (5ª série), o adolescente em questão (**AD 4**): 17 anos, sexo masculino, finalizando o ensino fundamental (6º ano), e afirma fazer uso de álcool e cigarro, tendo já realizado o uso de maconha. Também fazem parte da família, residindo na mesma casa, o genitor do mesmo.

O referido adolescente (AD 4) é o filho do meio, embora seja o filho mais velho de seu genitor. A residência é herança da família e possui poucos cômodos, tendo o adolescente

(AD 4) que dormir em um colchão na sala. A renda familiar era composta pela pensão por morte do avô da genitora (F 4) do adolescente somada à renda do seu companheiro, totalizando aproximadamente 3 salários mínimos.

A filha mais nova da F 4 possuía 15 anos à época da entrevista e desde os 12 está residindo com um rapaz 15 anos mais velho, com quem aparentemente mantinha um relacionamento conturbado. Seu filho mais velho estava preso por tráfico de drogas no presídio em Campo Grande e o adolescente (AD 4) em questão estava cumprindo medidas socioeducativas por furto.

Ambos os genitores apresentam quadros de saúde graves, especialmente a genitora (F 4) do adolescente, que tem dificuldade de locomoção em decorrência de artrite, além de sofrer de epilepsia e problemas de visão, ambos sem acompanhamento médico. A mesma ainda relatou ter feito uso abusivo de substância alcoólica, inclusive durante a gestação do AD 4 e do filho mais velho, tendo decidido parar o consumo quando descobriu a gestação da filha mais nova. Também iniciou o trabalho cedo, aos 12 anos como doméstica e nunca almejou qualquer profissão diferente da que exercia para o sustento da família.

A família residia em região ribeirinha, em frente ao rio Paraguai. A região não possui acesso a transporte público, necessitando subir a pé para a parte central para locomover-se pela cidade. Na região também há grande concentração de bocas de fumo e a divisão de facções limitando a circulação de pessoas que estejam envolvidas com o tráfico.

Existe apenas uma escola pública na parte baixa/ribeirinha, mas ainda há duas outras escolas que atendem a população residente na chamada parte baixa da cidade. A família não recebia renda do Programa Bolsa Família, mas era atendida pela política de assistência social da região. Não há área de socialização no local, nem mesmo praças.

4.1.5 Caso 5

A família que se trata o caso 5 é composta pela adolescente (**AD 5**): 18 anos (completados dias antes da entrevista), sexo feminino, com ensino fundamental incompleto (9º ano), e afirma ter apenas experimentado álcool e maconha. Também fazem parte da família: a irmã mais velha, seu genitor, sua madrasta, a meia irmã (filha do pai e da madrasta), seu tio, a esposa do mesmo e seu primo.

A referida família sofreu recente perda do centro de união que era a avó paterna da adolescente em questão. No local ainda morava uma outra irmã, mais velha que a adolescente, que fora assassinada pela mesma.

A adolescente (AD 5) não teve muito contato com sua genitora que, segundo relata, teria entregue os filhos para o pai e desaparecido. Todos os familiares que residiam na casa consumiam bebida alcoólica e as violências vivenciadas eram diversas, incluindo a física, psicológica, patrimonial e moral, tendo o tio esfaqueado o pai durante uma briga após consumo de bebida alcoólica, quase o levando a óbito.

À época da realização da coleta de dados, no segundo semestre de 2017, a AD 5 estava gestante de cinco meses e tinha completado 18 anos poucos dias antes de gravar a entrevista. Aos 16 anos cometeu um homicídio contra sua irmã, na tentativa de defender sua avó que estava sendo humilhada. Munindo-se da faca que já estava em suas mãos, partiu na direção da irmã. A adolescente afirma não se lembrar muito bem do acontecido, tendo recobrado a consciência somente após o óbito. Ainda está em cumprimento de medidas socioeducativas recebendo o acompanhamento e atendimento da técnica responsável.

Todos foram morar de favor na casa aos fundos, onde havia um amigo do genitor da adolescente que estava cuidando do imóvel que estava disponível para aluguel. O tio e a esposa continuaram residindo com a avó da AD 5. Após a morte de sua avó, o tio continuou a usufruir da residência, entretanto, o conflito ainda persistia, havendo constantes brigas entre a adolescente e seu pai, entre ela e seu tio e entre o tio e o pai.

A família residia no centro da cidade, com diversas escolas municipais e estaduais nas proximidades, posto de saúde, farmácias populares, centros de atendimento em assistência social, etc. Além de a adolescente ser atendida pela referida instituição, também era acompanhada pelos serviços básicos da assistência social (CRAS) e vinha buscando as inscrições para cadastro habitacional, sem êxito até o momento da entrevista.

A região apresenta alguns lugares para lazer, como praças, proximidade aos eventos culturais que ocorrem no município, etc.

4.1.6 Breves Considerações Sobre os Casos

Diante dos perfis apresentados é possível observar que apenas uma das famílias é constituída nos modelos da família nuclear burguesa, com pai, mãe e filhos. A maioria é monoparental, ou reconstituída, com padrastos e os filhos da genitora com o novo marido, ou

ainda, estendida, com outros parentes responsáveis pelos cuidados das crianças e adolescentes. A respeito das diferentes formas de constituição familiar, Hironaka (2005, p. 3) considera que:

Biológica ou não, oriunda do casamento ou não, matrilinear ou patrilinear, monogâmica ou poligâmica, monoparental ou poliparental, não importa. Nem importa o lugar que o indivíduo ocupe no seu âmago, se o de pai, se o de mãe, se o de filho; o que importa é pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores, e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade pessoal.

Tais configurações familiares, no entanto, foram consideradas, por muito tempo, padrões de famílias desestruturadas ou disfuncionais, levando à concepção de que apenas as famílias constituídas nos modelos tradicionais (pai, mãe e filhos) é que poderiam promover um saudável desenvolvimento à prole. Uma concepção que, conforme visto anteriormente, leva as mulheres à manutenção do relacionamento abusivo por um longo tempo, principalmente enquanto os filhos necessitam de cuidados.

Machado e Vestena (2017) destacam que as influências e constantes mudanças sociais, políticas e culturais na sociedade em que a família está imersa contribui com as mudanças na sua forma e estruturação, podendo ser evidenciado pelo aumento no número de separações e divórcios, constituições de famílias monoparentais assumidas pelas mulheres, e a antecipação da convivência conjugal entre pessoas cada vez mais jovens.

Outra observação que se faz importante é a ausência do pai biológico e como esse fato tem influenciado na constituição e subjetividade dos adolescentes, posto que vários deles tiveram pouco contato com o genitor, tendo-o perdido por óbito ou outras circunstâncias ainda em tenra idade. Para Freud (1899), a presença do pai é considerada relevante para o desenvolvimento psicológico da criança, visto que mediante o contato entre ambos é construído algum tipo de vínculo, ainda que não necessariamente saudável, estabelecendo assim o ambiente para a instauração do Complexo de Édipo e para a organização e estruturação egóica do indivíduo em desenvolvimento.

Encarar a morte desse genitor aos 6 anos de idade, conforme se evidenciou nos casos 2 e 3, podem provocar uma ruptura no desenvolvimento, não permitindo a finalização desse processo. Encarar a finitude do real, num momento em que o ego do sujeito ainda não está bem integrado, aumenta o sentimento de aniquilamento, intensificando, assim, a angústia. O resultado dessa ruptura é bem evidenciado ao se observar a relação muito próxima desses dois adolescentes com a genitora, conforme se evidenciará nos próximos tópicos.

Em relação ao contexto social em que as famílias entrevistadas encontram-se

inseridas, é possível observar que as possibilidades e acessibilidade ao lazer, cultura e socialização são bastante escassas. As políticas públicas destinadas aos jovens são ausentes, especialmente na periferia da cidade, fazendo com que as drogas se tornem um atrativo de diversão e as famílias dependam muito mais do apoio das políticas assistenciais, resultando em um tempo maior para a conquista da autonomia.

4.2 Relações Familiares

4.2.1 Caso 1

Não há muitas informações acerca do desenvolvimento gestacional do adolescente, embora haja a suspeita, por parte de sua responsável, da ocorrência de consumo de substâncias ilícitas e existência de violência durante a gestação: “É de família isso aí, é de família. Porque a mãe dele [tio do adolescente] morreu sobre isso aí também, né. Então... mas diz ela assim que ela não fazia isso, mas juntou com o pai dele e isso que botou ela a perder” (F 1).

Aqui se observa que apesar de ter convivido com os tios/pais por 10 anos de sua vida, o adolescente teve convívio com a genitora até os 3 anos de vida, permeada de privações e separações desta com os acolhimentos. Quanto a tal situação, Bowlby (1981, p. 30) considera que “[...] rupturas prolongadas durante os primeiros três anos de vida deixam uma marca característica na personalidade infantil”, evidenciando que, mesmo que inconscientes, a experiência vivida com a genitora marcaram e ainda influenciam sua experiência de afeto, segurança e autoestima.

Em relação à responsável pelos cuidados do adolescente (F 1), ela apresenta histórico de vivência de trabalho infantil desde os nove anos de idade, relatando que tal situação teria sido prioridade em sua vida infantil:

[...] Minha mãe nunca proibiu. Só que a gente precisava trabalhar né. Minha mãe nunca falou “não vai estudar”. Ela sempre falou pra gente... Mas como? Nenhum de nós terminou o estudo. Mas assim de falar ‘eu não vou trabalhar, vou estudar’, isso não e todos nós trabalhamos. Então, não tem como falar que minha mãe nunca disse nada né? Então é isso aí... (F 1)

É possível notar que os fatores econômicos e sociais não permitiram que a F 1 e seus irmãos priorizassem os estudos, uma vez que tinham que trabalhar desde a infância para garantir o sustento da família. Tal experiência parece influenciar na maneira como lida com a educação formal no relacionamento com o adolescente, estimulando os estudos do AD 1, evitando até mesmo muitos dos afazeres domésticos.

No que concerne ao adolescente, é possível observar a presença de sentimentos conflitantes em sua fala ao referir-se à vontade de conhecer os pais biológicos, demonstrando que não se sentia confortável para relatar tal situação. “Eu tenho né, cara, mas eu só... eu não gosto de falar, né. Só não gosto de falar para os meus pais que eu tenho vontade de ver. Eu tenho vergonha de falar, loco.” (AD 1).

O que se observa aqui é a lacuna da história do adolescente que necessita ser preenchida. Entretanto, o percurso para o preenchimento desta lacuna esbarra no tabu da existência de sua genitora e o medo de perder o amor dos pais substitutos se este conseguir alcançar o contato tão desejado. A esse respeito, Freud (1913) entende que o termo ‘tabu’ está precisamente ligado àquilo que é ao mesmo tempo sagrado e impuro, exatamente o que se observa aqui: a maternidade sagrada e a impureza das ações e circunstâncias que o levaram ao acolhimento e, conseqüentemente, à sua história de vida.

4.2.2 Caso 2

A genitora (F 2) do adolescente em questão afirmou que sua gestação fora conturbada, passando por estresse e privações, mas o parto e nascimento do mesmo ocorreu de forma natural. Conforme aponta Junior et. al (2013, p. 6), a exposição do feto a um ambiente uterino desfavorável em razão de estressores externos “[...] está associado a aumento significativo de doenças na idade infantil e adulta, fenômeno denominado como programação fetal”. Tais doenças, conforme os autores apontam, podem estar ligadas a alterações comportamentais, dificuldades de aprendizagem, além de transtornos psiquiátricos como uso de substâncias, depressão, ansiedade e esquizofrenia.

A história de vida da genitora (F 2) do adolescente em questão parece ter influenciado na forma como encara a resolutividade e a normatividade dos problemas. A mesma relatou que fora abandonada pela mãe aos 2 anos de idade, tendo sido criada pelo pai até os 13 anos, quando passou a residir de favor na casa de terceiros (não menciona, porém, o motivo pelo qual não teve mais o cuidado paterno, mas pareceu bastante desconfortável ao relatar a sua história).

O AD 2 relatou ter bom relacionamento com a genitora, reconhecendo todo esforço feito pela mãe em relação aos cuidados consigo e com seus irmãos, embora não demonstre muito laço fraterno. Parece ainda nutrir a fantasia da união dos genitores, o que leva à dificuldade de relacionar-se com seu padrasto pelo simples fato de este não ser seu pai, conforme evidenciado no diálogo com a pesquisadora:

P: E esse padrasto é o mesmo de quando você era criança?

AD 2: Não! Eu tive outros padrastos, entendeu?

P: Você se dá bem com ele?

AD 2: Mais ou menos.

P: Como assim?

AD 2: Porque... não gosto assim. Preferia meu pai mesmo, né [mexendo na cadeira, incomodado].

A esse respeito, Watarai (2010) afirma que o vínculo entre padrasto e enteado vai sendo construído ao longo da convivência familiar. Entretanto, a qualidade desse vínculo está diretamente associada à forma como o padrasto trata seu/sua enteado/a. Outrossim, a convivência também é mediada pela qualidade da relação dos filhos com a mãe, a atenção que esta dispensa a eles e ao padrasto.

Ressalta-se ainda, que a adolescência é uma fase marcada pela “crise”, no qual buscam se diferenciar das figuras parentais a fim de desenvolver sua própria identidade (ERIKSON, 1976; FERRARI, 1996; CAHN, 1999; PAPALIA; OLDS, 2000; CALLIGARIS, 2000), o que pode, de uma maneira geral, dificultar a aproximação dos adolescentes e seus padrastos.

No caso acima apresentado, ainda há que se observar a ausência do pai biológico do adolescente numa importante fase do desenvolvimento infantil, em que a função paterna é primordial para a inserção do sujeito no mundo simbólico, por meio da instauração do interdito.

4.2.3 Caso 3

O histórico de vida da genitora (F 3) da adolescente em questão é permeado por violência doméstica desde a infância, gerando feridas emocionais e psicológicas que influenciam seu modo de ver e agir no mundo e com as pessoas, levando-a a afastar-se de seus familiares e agir com desconfiança e insegurança em relação a terceiros, inclusive seus filhos. Tal experiência ainda seria o motivo pelo qual a mesma relata que nunca agrediu os filhos, o que pode ser evidenciado em sua fala: “[...] não concordo com violência... é porque

eu fui muito espancada quando era criança [lacrimejando os olhos]. Quem me criou judiou muito de mim, então eu fiquei frouxa...” (F 3).

Tal questão ainda a abala emocionalmente a participante, que sempre lacrimejava ao relatar sobre sua história. Também exerceu grande influência nas relações familiares com esses parentes, com quem ainda demonstrava grandes conflitos, principalmente em relação aos cuidados com a avó/mãe que no momento da entrevista estava interdita judicialmente e sofrendo negligência por parte de seu curador que residia em Campo Grande/MS; e seu irmão que possui deficiência visual e necessitava de ajuda. Tais situações estavam sendo resolvidas judicialmente e parecia intensificar as tensões e conflitos entre os membros da família.

A genitora em questão (F 3) ainda apresenta quadro de saúde delicado, com problemas coronários e psiquiátricos que limitam sua atuação mais próxima junto aos sete filhos e netos, além da avó e do irmão que no momento em que a entrevista fora realizada estava sob os cuidados da mesma. Observa-se aqui a sobrecarga de tarefas e cuidados atribuídos à genitora da adolescente, o que levanta a questão da centralidade materna nos cuidados domésticos (casa, filhos, etc.), deixando sua própria saúde para segundo plano.

Um estudo realizado por Gomes e Tanaka (2003) no município de São Paulo aponta que as mães com dupla jornada apresentaram maior queixa em comparação às mães que trabalham como donas de casa, especialmente em relação a doenças respiratórias, dores abdominal e pélvica, cefaleia e hipertensão, entre outras. Constatou-se, também, que as mulheres que trabalham fora de casa utilizaram os serviços de saúde tanto quanto ou até menos que as donas de casa, demonstrando que a sobrecarga de atividades causa grandes prejuízos físicos e psicológicos às mulheres como a genitora do referido caso.

Tal fato pode ser evidenciado na própria fala da genitora, quando questionada sobre as notificações recebidas pelo Conselho Tutelar acerca da presença da menor em eventos sem a companhia da mãe: “Não, eu num quero... eu quero um pouco pra cuidar de mim! Até mesmo porque é ordem da minha psiquiatra. Eu falei, ‘minha psiquiatra, dá um laudo pra mim!’ Cuidar de mim!” (F 3), sendo possível perceber um ponto de esgotamento emocional e psicológico.

Já em relação à adolescente, observa-se que os laços familiares desenvolvidos parecem bastante frágeis e superficiais. A perda precoce do genitor parece ter sido o gatilho para a demonstração dos sintomas demonstrados através das constantes fugas e brigas como forma de voltar a atenção da mãe para si. Mãe que já se mostrava esgotada diante de seu histórico e sobrecarga.

Nesse sentido, Fiorin et al. (2011) comenta sobre as diversas mudanças ocorridas em relação ao feminino, desde a aquisição da cidadania a partir do direito ao voto, passando pelo direito a decidir sobre a gestação (se vai ocorrer e quando), até chegar à inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que, conseqüentemente, traz uma sobrecarga de funções que geram angústia e sofrimento à própria mulher, uma vez que, ainda conforme os autores, a presença do masculino nas atividades domésticas ainda permanecem bastante ofuscadas.

No caso apresentado, não há para a genitora da adolescente a possibilidade de escolha entre o trabalho e o cuidado aos filhos, posto que a F 2 não conta com a presença dos genitores de seus filhos para o auxílio nos cuidados básicos e processo educativo. A genitora necessitava trabalhar para garantir o sustento dos filhos e não contava com o suporte familiar levando-a a desenvolver enfermidades que a incapacitaram para o trabalho e, concomitantemente, limitou suas possibilidades de aproximar-se mais da educação dos filhos, especialmente da AD 3. Conforme Fiorin et al. (2011), todas essas situações podem gerar sentimentos de ansiedade de separação e tristeza para os filhos, além de culpa, tristeza e impotência para a mãe.

4.2.4 Caso 4

A genitora (F 4) parece ter bom vínculo afetivo com todos seus familiares, especialmente seus filhos, a quem busca sempre manter por perto e acredita proteger de todas as maneiras, conforme se evidencia em seus relatos:

Antes eu batia né? Agora não aguento bater... Sabe por que ele é assim? Muito mimado por mim. Eu não gostava que fazia assim nele [demonstra encostando o dedo em si mesma]. Eu virava um bicho, menina. Quando o pai dele ia pra bater no AD 4, eu não gostava (F 4).

Isso fica evidente em outro momento, ao referir-se ao relacionamento de sua filha mais nova, de 15 anos de idade, quando questionada sobre a atitude da mesma em relação ao relacionamento marital da adolescente com um homem 15 anos mais velho:

A casá? Autorizei. Que quis né, eu já... meu marido brigava, brigava, brigava.. Acho que a gente não deve viver em briga, né. Ela ia contra eu e meu marido, ele já tinha feito a cabeça dela mesmo. Ele tem 30 anos. [...] como ela era de menor, tinha 12 anos, ela se perdeu com ele né? 12 anos. Eu ia dar parte, ela não quis, ela chorava, brigava, tudo, o pai dela dava nela, tudinho, né? Aí só que... Aí entramos em acordo, ele ficou com ela. [...] eu já briguei, já meu marido quase que, teve até quase morte na casa, sabe? O marido não queria aceitar de jeito nenhum. Entendeu? Mas agora tudo tranquilo (F 4).

No que se refere ao AD 4, observou-se que o adolescente é bastante introvertido e demonstra não ter na família alguém com quem possa dividir as angústias pertinentes ao processo de “adolescimento”, isto é, às mudanças corporais, sociais e relacionais que vem ocorrendo à sua revelia (ERIKSON, 1976; FERRARI, 1996; CAHN, 1999; PAPALIA; OLDS, 2000; CALLIGARIS, 2000;). Trata-se de um momento em que o adolescente se sente um estranho em um corpo que não é dele, vivendo um papel social que ele não conhece, convivendo em um local ao qual não pertence, com pais que também lhe são estranhos, conforme Aberastury e Knobel (1981).

4.2.5 Caso 5

A família apresentada a seguir é composta por muitos membros que coabitam na mesma residência, mas com pouco diálogo e afeto, conforme se evidencia na sua fala: “[...] num tem muita convivência um com o outro assim, por causa de bebida, entendeu? Essas coisas... E aqui é a mesma coisa, é direto aqui. O pessoal bebe direto” (AD 5).

Conforme relatou a adolescente, o vínculo afetivo que tinha com a família era somente com a avó e sua irmã, conforme enfatiza: “[...] Ela é como se fosse uma mãe né, porque ela criou a gente desde esse tamanhinho aqui” nesse momento utiliza como exemplo o tamanho da sobrinha de aproximadamente 6 meses de vida. Continua comentando que “[...] quem dava atenção pra gente era minha vó” (AD 5).

Mesmo convivendo com o genitor na mesma casa, observou-se grande mágoa e inveja pela atenção que o pai dispensa à esposa e à filha mais nova, havendo constantes conflitos em decorrência disso.

[...] é cada um pra si, Deus pra todos! Que nem ela falava. Eu nem, nem ligo assim muito para os outros. Depois que ela [referindo-se à avó] faleceu, ficou só eu e minha irmã mesmo. Eu, ela e o nenê que vai nascer agora né, pra cuidar! Porque ele não liga, ele não liga pra gente. Ele liga mais pra mulher dele, e coisa, pra filha dele. Briga com a gente por causa dela, entendeu? (AD 5).

A proximidade com a figura materna desempenhada por essa avó também é percebida em um momento em que a própria adolescente relata uma identificação com a mesma, como se observa em sua fala: “Pergunto pra ela, 'como que a senhora consegue, eu sô igualzinha a senhora né? Como que a senhora consegue perdoar os outros?'.” (AD 5)

Em relação à genitora da mesma, também não houve convívio, tampouco se desenvolveu qualquer vínculo afetivo, embora relate que a mesma a visitava esporadicamente, sempre causando confusão, conforme se evidencia em sua fala:

Eu não me importava. As vezes..., de vez em quando ela [mãe] aparecia lá em casa. Mas as vezes só para fazer bafão, entendeu? Falar que não sei o que, que ia tomar a gente já depois de grande, aí... só pra fazer graça com a minha vó. Aí minha vó já nem ligava, porque ela falou que nós já estamos grandes e que nós sabia com quem que nós ia ficar né? [...] Aí só que eu falei pra ela que eu sempre ia ficar com ela, se ela quisesse. Nunca... gostei de ficar com ela. Desde criança acostumada a ficar com minha avó. E ela também faleceu, minha mãe, já (AD 5).

A relação turbulenta relatada permanecia até o momento, conforme se evidencia na fala da mesma:

Tá estranha a convivência. Achei que ia melhorar, mas tá mesma coisa. [...] Tipo, eu e ela a gente aborrece, pode perguntar para ela, a gente pensa até em fazer as coisas já, porque a gente num tem privacidade (AD 5).

Observa-se, ainda, que apesar de toda mágoa direcionada ao pai, a adolescente compreende que é o tio o principal causador de todo o conflito e, principalmente, da morte de sua avó: “Xingava minha vó de tudo quanto era nome. Aí nessa que ele xingou minha vó, brigou com a minha vó, até que minha vó faleceu. Foi parar no pronto socorro... do pronto socorro voltou de novo, aí foi para o hospital, aí depois foi e não resistiu” (AD 5).

Observa-se, neste caso, que o vínculo afetivo e a importância da figura materna, que a avó da adolescente exercia em sua vida, parece ter funcionado como um fator de proteção em relação ao desenvolvimento de qualquer prejuízo psicológico que pudesse advir do contexto violento em que estava inserida (SCHENKER; MINAYO, 2003b; PATIAS, 2015).

4.2.6 Breves Considerações Sobre os Casos

O que se depreende dos casos apresentados é que os laços familiares desenvolvidos são ainda bastante frágeis e apresentam certos vazios em decorrência da ausência de um ou de ambos os genitores ao longo do desenvolvimento do adolescente em questão. Como já fora mencionado anteriormente, é muito importante o papel que o pai e a mãe exercem na vida da criança, na constituição de sua subjetividade e identidade.

O suporte familiar recebido pela maioria dos casos apresentados foi principalmente materno, ainda que não fosse genitora biológica. Diversas situações e contextos foram sendo

desenhados na história dessas mães e, conseqüentemente desses filhos, que desviaram da possibilidade de proporcionar um ambiente ideal para o desenvolvimento ideal dos menores, levando a diversas situações que poderiam ser entendidas enquanto negligência.

Quanto a tal situação, Winnicott (1965b) afirma que o *holding* físico do lactente é tão importante quanto as condições ambientais adequadas, pois é desta forma que a mãe demonstra a sua forma de amar. Bolwby (1981, p. 70) ainda contribui ao afirmar que:

Mesmo que a criança seja pessimamente alimentada e abrigada, mesmo que viva suja e doente, mesmo que seja maltratada, ela se sentirá segura (a não ser que os pais a rejeitem completamente) por saber que tem algum valor para alguém que se empenhará em cuidar dela, mesmo que inadequadamente, até que consiga se arranjar por si mesma.

Em todas as entrevistas realizadas observou-se que o vínculo afetivo existente entre os adolescentes e seus genitores está passando pelo processo de ruptura natural ao período da vida que vivenciam, levando a alguns conflitos internos e externos, em relação aos familiares, levando-nos à próxima categoria a ser analisada.

4.3 Estilos Parentais e Educação Informal

4.3.1 Caso 1

Em relação ao estilo parental e as formas de educação informal apresentadas no referido caso é possível observar que a questão de estabelecimento de regras e limites ao adolescente, ocorreu de forma bastante conflituosa conforme se observa na fala da tia:

Não, de primeiro ele [referindo-se ao tio biológico] brigava por causa de AD 1, sabe? Que eu ia corrigi e ele num gostava. Você entende? [...] porque ele, ele não sabe sentar, conversar e explicar a realidade da vida, ele não sabe. E quando ele tá meio assim [sinal com a mão indicando consumo de bebida] ele quer corrigi [...] Mas de primeiro nós brigava muito por causa desse guri, porque ele não queria que eu corrigisse (F 1).

É importante ressaltar que desde a mais tenra infância, o indivíduo necessita de orientações para aprender a conviver em sociedade. Essas orientações ocorrem através do estabelecimento de limites e regras que o ensinarão a conviver com outras pessoas, limitando ou adiando seus impulsos e desejos de qualquer ordem. Quando há o conflito entre o casal parental em relação a tais questões, o conflito se instaura também na relação familiar, pois a criança começa a perceber e se aproxima daquele familiar que lhe trará maior vantagem.

Também se observa a utilização de agressões físicas como forma de educar, como se observa na fala da responsável: “E quando o AD 1 era pequeno, também era triste o guri. Ele ia na casa dos outros e não queria volta, sabe? Então..., uma vez também eu peguei uma varinha de goiaba e dei na perna dele”. Tal situação, no entanto, parece ser fruto da forma com que a mesma foi educada, como se observa no seguinte relato:

O que você não apanhou, você pergunta lá pra minha mãe, pergunta que o nós passemos. Nós não tinha é... é... na casa dos outros, nós num tinha domingo, ‘ah, vamos brinca, vamos passear’, não! Não, minha mãe botava a gente domingo pra fritar peixe e carregar lenha.’ ‘É?’ ‘É...’ e vocês aí dormindo até tarde. (F 1)

Nesse sentido, Gonçalves e Damke (2007) salientam que os pais atualmente compreendem que sua educação fora mais rígida e busca não reuplicá-la com seus filhos ou tutelados, embora se perceba que alguns modos de educar, como a utilização de agressões físicas, ainda se mantêm.

Outro ponto importante de se observar é que a família não se apresentava negligente diante da situação apresentada pelo adolescente (consumo de substâncias psicoativas), tampouco a suas necessidades individuais, observando, ainda, a ausência dos pais biológicos no desenvolvimento psicológico do adolescente, conforme fala da responsável ao ser questionada sobre o fato, informando já ter buscado informações sobre a atual situação da genitora de AD 1 que reside em outro município:

Ele pergunta né, pergunta, e ele quer ver. E como que é o pai, e como que é essa mãe. Por isso que eu corri né, pra ajudar também ele, né? Então... eu falei “calma! Pode ser que ela vem qualquer hora.” Mas eu falo assim também pra ele ficar em casa, né. Porque de repente aparece essa mulher, essa mãe, né. E onde que tá essa criança? Então eu não quero que ela passa o que eu passei, entende? Então quero que ela chega aqui dentro de casa aí depooois que ela vai ouvi a história, né. Mas por enquanto no telefone eu num falei nada pra ela. Nem com a assistência também, não falei nada. Só o que eu falei mesmo, eu queria que ela viesse pelo menos ficar três dias para ver o filho dela, né. Mais pensando nisso que talvez ele endireita, né. Aí ele vai vê quem que é a mãe dele (F 1).

Já em relação à rotina das atividades diárias do AD 1 na escola, os cursos extracurriculares e atendimento no tratamento para o uso de substâncias psicoativas, era o tio/pai do adolescente quem executava tais acompanhamentos, uma vez que a tia/mãe apresenta limitações visuais, não podendo ficar exposta diretamente à luz do sol, dificultando sua locomoção.

A educação formal parece ser uma grande preocupação da tia/mãe do adolescente, tendo frisado muito essa questão ao longo da entrevista. Em sua fala, demonstrou passar valores morais e éticos, especialmente em relação ao relacionamento professor-aluno:

Bom, esses dias ele estava falando que a professora estava chata com ele, não vai com a cara dele. Eu disse assim pra ele “a gente não pode brigar com ninguém, principalmente com professora, porque a professora tá ali, tá ali pra ensinar você, se você sabe, é por ela. Então, se ela num vai com sua cara, sorria, porque é assim que é, agora num adianta você falar pra mim, aí vô lá e brigo com a professora, não... se ela tá ali é pra você respeitar ela”. Só isso também que falei pra ele, sabe? Mas assim de falar que brigou e eu vô lá, não (F1).

Entretanto, o próprio adolescente revelou não gostar de estudar, preferindo matar aulas para se divertir com os amigos, o que o levou a reprovar o ano. Neste ponto observa-se a ocorrência de uma abordagem mais permissiva e até indulgente, conforme Baumrind (1971), com fraca cobrança de responsabilidade. Assim a F1 relata sobre o adolescente:

Tira nota baixa e fica no mesmo. O que nós vamos fazer? Como a gente fala pra você, tem tempo pra tudo, né. Ano passa..., atrasado ele não passou, por que? Não ia na escola, ficava mais faltando, né, eu tinha que correr porque o guri não estava em casa. Então ficou nisso mesmo. Falar que nós botemos de castigo (F 1).

Porém, o adolescente parece perceber o tio como o principal responsável pela cobrança em relação ao desempenho escolar, muitas vezes utilizando-se de violência física. Tal fato pode estar relacionado à ideia da utilização de agressões físicas como forma de educação, que parece ser um comportamento cultural da família apresentada.

A rotina da casa é ditada pela tia/mãe do adolescente que parece compreender que, pelo fato de ser a mulher, é a principal responsável pelos afazeres domésticos, delegando AD 1 apenas algumas poucas tarefas como retirar o lixo ou arrumar alguns utensílios como forma de ocupar a mente: “Aí ele num fica pensando coisa errada. Então é melhor ele ficar serrando, ‘ah! Num deu certo? No outro dia vai dá certo.’ Assim que eu falo.” (F 1). Novamente levanta-se a questão da representação social do papel feminino dentro do ambiente doméstico. No entanto, a responsável pelo adolescente não parece sentir o peso da sobrecarga, preferindo assumir tais responsabilidades sob a alegação de que os homens da casa não o fazem da maneira correta.

4.3.2 Caso 2

A genitora do referido caso parece ser bastante compreensiva em relação aos traumas passados por seus filhos, o que a leva a agir de forma passiva e permissiva, sem efetivo exercício de sua autoridade e cobrança de responsabilidade:

O AD 2 é meio... ele é meio... não é teimoso, não é rebelde nem nada, só que ele tem uma... eu não sei, uma dificuldade para... eu acho que as coisa que a gente passa dento de casa ou fora, né. [...] Ele já passou por muita coisa, por isso que também ele é muito assim, na cabeça dele né? Deve ser que xingaram ele, falaram as coisas pra ele, alguma coisa, num sei também. Mas graças a Deus ele tá bem, graças a Deus! Tá bem assim, no modo físico, né, com aparência, essas coisas, mas eu sei que... que ele tá... (F 2).

Baseando nas categorias descritas por Baumrind (1971), é possível observar, a partir da fala da genitora do adolescente, que há muita afetividade e pouca exigência, caracterizando a prática do estilo parental permissivo e indulgente. A genitora ainda continua:

Ele alegava para os outros que ele não tinha um chinelo bom, uma roupa boa, né... uma roupa que os colegas podia ver e falar pra ele “você está na moda”. Então ele alegou isso pra mim “Mãe, eu não tenho, por isso que eu roubei, pra mim comprar...”. E ele comprou tudo de roupa, de sapato, chinelo, óculos, celular... Então ele acha que ele que ele é pobre, que ele tinha direito de ser igual os outros jovens que têm (F 2).

Ainda se observa a ausência da cobrança de responsabilidade quando relata sobre os outros filhos, como se observa abaixo:

Minha filha mais velha é daquelas que não faz nada, que eu acostumei. Não faz nada! Não lava uma vasilha, não lava nem a calcinha dela, não faz nada, nada, nada nada, nada. Ela não faz nada. Eu que tenho que fazer, então lá na sogra dela ela faz tudo, porque não é igual casa da gente né... (F 2).

Em seu relato observa-se, ainda, que busca utilizar orientações ao filho, embora não se perceba o estabelecimento de um diálogo efetivo:

Aí eu converso e falo “meu filho, isso não é vida, isso daí você viu o que acontece com as pessoa. Você vê essas pessoa na rua aí, magriiiiiinha na rua aí, jogado, não tem família, você viu? Você quer ficar assim?” Eu falo pra ele “Então, meu filho, hoje em dia a gente tem que estudar, ser uma pessoa de bem”. Eu falo pra ele, eu converso com ele, mas acho que ele fica bravo, entra por um ouvido e sai pelo outro e vaaai embora. Ele num fica aqui em casa (F 2).

Em relação à imposição de limites e regras, principalmente na ausência de limites, se percebe que estes não eram aceitos pelo adolescente, especialmente quando houve a prisão da genitora, conforme diálogo com a pesquisadora:

P: E a senhora acha que no tempo que... quando a senhora estava presa, como que era esse cuidado?
F 2: Ele não obedecia! Ele não obedecia ninguém, ele ia pra onde quisesse, falava com ele, ele não ligava... não obedecia ninguém!

Tal situação pode ser explicada pela fala do adolescente no tópico anterior ao referir-se à mãe como única responsável pelos seus cuidados, não aceitando que nenhuma outra pessoa

o faça. Observa-se, ainda, uma dose de agressividade na forma como o adolescente lida com tais situações, somada à uma certa passividade da genitora, como se observa no relato abaixo:

Quando eu estou falando, começando a falar, ele fala “Fica quieta, eu quero assisti!”. [começa a sorrir]. Aí eu falo, ele pega e vai embora “Ah, vou sair mãe, depois eu volto!”. Aí ele vai. Porque ele não quer escutar. [...] não sou eu que vou bater, espancar ele por causa disso, porque não adianta eu fazer isso. Aí que ele vai afundar mais ainda, não adianta. Ele mesmo vai ver, ele vai ver que, né... (F 2).

Já o adolescente não percebe a sua agressividade em relação à genitora e parece satisfazer-se quando as cobranças são realizadas pela mesma, como se observa abaixo:

P: Quem te cobra sobre responsabilidade em casa? Que tipo de responsabilidade?

AD 2: Ela!

P: Ela?

AD 2: Ela, aham! Tipo ela... a responsabilidade pra ir na escola, pra fazer isso, fazer aquilo, ela que me cobra.

Ressalta-se que, conforme evidenciou a F 2, no momento de sua ausência não houve, por parte do adolescente, a aceitação da imposição de limites, mas quando sua genitora o faz, é entendido pelo mesmo como satisfatório, podendo ser compreendido como um movimento do adolescente solicitando à própria mãe pela imposição de limites mais explícitos.

4.3.3 Caso 3

No caso abaixo apresentado, a genitora da adolescente relata que não cresceu na convivência de seus pais biológicos e afirma ter vivenciado situações de violência doméstica na infância, praticada por seus parentes (tios/irmãos, etc.), o que transformou a sua visão sobre as formas de se educar uma criança:

Que nem eu falo pro meu filho, 'Se for crime, eu vô presa', porque Brasil é assim memo. O que tá mesmo fazendo crime, num vai preso. Porque Gabriela bebe, Gabriela fuma... Falei olha, eu num sô de bater... num sô de bater nos meus filhos. Pode chamar todos eles aí, tem a menina de 30 ano que mora aí... num sô... num concordo cum violência...é porque eu fui muito espancada quando era criança (lacrimejando os olhos) Quem me criou judiou muito de mim, então eu fiquei frouxa... e também quando você se agarra com Deus, eu de pequenininha falava pra Deus 'O dia que eu tiver filho eu não vô ficar batendo no meu filho assim'... eu não bato, não sou de bater (F 3).

Genitora parece terceirizar a responsabilidade pelos cuidados da adolescente em questão, que tem histórico de acolhimento institucional em decorrência de constantes fugas do ambiente familiar e vivência de abuso sexual praticado por terceiros em uma dessas fugas. Culpabiliza a legislação e atuação da rede de proteção à Criança e Adolescente do município

que supostamente tirou sua autoridade frente a educação da mesma.

F 3: Mãe num tem poder sobre o filho. Eu acho que é a lei!

P: A lei?

F 3: Tenho certeza! O AD 3 tá nessa farofa toda que... foi parar pro abrigo porque? Ela disse que ela era AGREDIDA! O juiz já tirou mátrio poder, nem estou sabendo, encostou um caminhonetão aqui... 'Cadê Gabriela?' eu falei 'Ah, moço... eu num sei, que eu caço Gabriela até morrer, acho ela, enfiou ela aqui, ela dorme, come bem dois três dia e some. Lá vai eu procurar de novo...' 'Ah, mas agora a senhora vai sê obrigada a procurar porque o juiz tirou o mátrio poder da senhora...'

P: Tiraram o mátrio poder da senhora?

F 3: Tirou... ela foi para o abrigo! Agora num tem mais controle...

Não havia, ainda, a supervisão do comportamento e da rotina da adolescente, posto que a genitora não compreendia a necessidade de acompanhar a adolescente em suas rotinas de acordo com a fala abaixo:

É o que eu te falei, levava e buscava porque me obrigou, se não num ia levar! Ora, se todos eles foram um com o outro... Gabriela ne, nesse negócio, daí era chamarão lá, ah porque eu tinha que falar com psicóloga lá... ah, porque eu tinha que i em reunião num sei na onde... sabe? Foi tomando igual uma erva daninha, me comendo, eu doente e o juiz num olhava pra mim, só olhava pra ela! Fui criando uma coisa... (F 3).

Ainda em relação ao olhar atribuído à educação formal na vida da família, a genitora parece compreender como custo-benefício, ou algo que vale a pena enquanto pode lhe trazer algum benefício:

P: Porque que não terminou, o que aconteceu?

F 3: Agora nem quero, num vô ganhar mais nada... Porque eu aposentei!

O que leva a uma atitude mais permissiva, com ausência do exercício da autoridade e pouca cobrança de responsabilidade, especialmente em relação à adolescente em tela:

P: Todos os seus filhos estão na escola, D. Maria?

F 3: Só ele! E a C. [filha mais nova]... AD 3 num quer saber de estudar.

P: E o que que a senhora acha disso? De ela não estar estudando...?

F 3: Rum! Pergunta ali pra minha nora, todos os dias eu falo, todos os dia eu dou conselho, eu vô lá, faço matricula, todo dia eu falo 'Gabriela, você num vai na escola?', ela vai enrolando, 'amanhã eu vô', amanhã eu vô, já foi o ano!

Genitora também se mostra contraditória em muitos momentos da entrevista. Em um dos momentos acha absurdo o fato de ter que dar dinheiro para supostamente sustentar a filha adolescente e seus vícios, como no trecho abaixo:

O que que falta para AD 3? Agora vai ter que dá dinheiro pra ela farrear, usar droga? Num existe! Eu fui criada que pra você até, você tem que trabalhar. Você me fala pra mim o que que tem de graça? (F 3)

Em outro momento afirma:

F 3: Já avisei lá o juiz 'Olha, tem dia eu num vô, num quero mais saber, larga ela em paz! Senhor puder, esquece essa pena, perdoa!', [...] eu num aguento mais, deixa, não adianta!'. Falei 'Se a senhora acabar cum essa pena dela eu posso i lá, quer que emancipa ela, então emancipa' ela tem o tamanho do tamanho dessa árvore! [...] Emancipar ela pra ir para o pagode, isso que ela quer. Ela num quer estudar, ela num quer nada. Ela quer...

P: Mas ela tá ciente de que se emancipar é ela quem vai ter que si virar pra... pra trabalhar, pra se sustentar né?

F3: Eu sustento ela até ela fazer 18. (...) Ela tano emancipada não, ninguém mais vai brigar, ela tá lá dançando lá, larga ela lá, conselho num mexe cum ela. Entendeu? É essa paz que eu quero...

A concepção que a genitora tem acerca de uma orientação possível à filha é, novamente, atribuindo à institucionalização como forma de educar, orientar e solucionar os problemas apresentados, como se observa na fala abaixo:

P: A senhora imagina alguma maneira que consiga Gabriela voltar nos eixos, alguma coisa assim?

F 3: Quem sabe se fosse pum internato longe... é a única solução.

P: Mas internato em que sentido a senhora fala?

F 3: Escolar! Mas rígido. Num é esse negócio de tá saindo não! Internato rígido, lá vai ter que ter acompanhamento psicológico, vai ter que ter o acompanhamento psiquiátrico, porque diz que pra desintoxicar desse troço aí tem que tomar remédio

P: Inicialmente sim, que é pra tirar a ansiedade

F 3: Então, é isso! É isso que tem que acontecer com ela. Aqui ela num melhora não.

Observa-se, ainda, que não há mais o olhar para a adolescente enquanto sujeito com suas necessidades específicas da idade, com as vivências exclusivas que experienciou na primeira infância, quais sejam: a perda do pai e o abuso sexual (embora este não tenha sido mencionado por nenhuma das entrevistadas). A adolescente é vista e tratada enquanto um problema, que lhe tira a paz e a tranquilidade, uma vez que tem de responder à responsabilidade da maternidade.

4.3.4 Caso 4

A genitora desse caso se afirma “encrenqueira”, pois briga muito até mesmo com os vizinhos, o que sugere que tal comportamento também é praticado dentro do ambiente doméstico com os membros da família. Afirma, no entanto, que não permitia que agissem com violência física em relação ao filho em questão, mas o fazia algumas vezes como forma de educação (imposição de limites e demonstração de autoridade). Porém, a principal forma de educar e orientar seria na base de xingamentos e gritos.

F 4: Eu brigo, mas num adianta. AD 4 é muitoooo... respondão pra mim. Muito respondão.

P: Desde criança?

F 4: Não, desde pequenininho eu num gostava que batia nele né? Aí cresceu assim. [...] Responde ainda. Ele num gosta de falar, mas ele responde feio. Nesse ponto, e só pra mim. Pros outro, quero que você vê como que ele trata os outros. Educado! [...] Não, mas antes eu batia né? Agora não aguento bater... Sabe porque que ele é assim? Muito mimado por mim.

Aparenta também não compreender a gravidade de suas ações, embora perceba alguns indícios no comportamento do filho:

F 4: Eu xingo muito ele. Falo que ele só fica na minha aba (risos) Aí ele fica (inaudível), aí ele chora, fica triiiste... AD 4 era demais!

P: Mas será que é por isso que ele tá começando a...

F 4: Maneirar? Deve sê isso né, que eu xingo ele, falo um moooonte de coisa pra ele. Falo um montão, você num viu ele falando p'cê?

P: Uhum... cobra bastante...

F 4: Mas a gente tem que cobrar né? Que aí amanhã, depois eu morro e dai? Que que será dele, né?

P: Pai e mãe é pra orientar, né? Pra...

F 4: Falar a verdade pra ele! Mas só que ele, ele, ele é preguiçoso! Por isso que... é... ele, de hoje, hojeee... agora ele... se esforça, ele mesmo vê que o pai dele tá doente, ele faz comida, ele faz arroz, frita carne, e a comida dele é gostosa, hein!

No diálogo acima apresentado ainda é possível perceber que a genitora o inscreve em um lugar específico: “preguiçoso”, de onde partem outras denominações e inscrições da maneira como enxerga e interage com o outro desta relação, seu filho adolescente.

Já em relação às questões acerca da educação formal, a genitora do adolescente em questão parece compreender apenas como uma fase pela qual os filhos devem passar. Sua preocupação principal é acerca da qualificação profissional, que poderá contribuir para que o filho possa mudar o comportamento acerca do envolvimento com as drogas. Embora não haja a cobrança para a continuação dos estudos e a responsabilidade com as notas e frequência, a mesma se demonstra esperançosa com o desejo de dar continuidade aos estudos, manifestado pelo próprio adolescente.

4.3.5 Caso 5

O caso a seguir apresenta somente a versão da adolescente, que relata ter sido sua avó a única responsável pela orientação e transmissão de valores, como se observa em sua fala: “E a gente sempre levando aquilo dela, que ela sempre dava bronca na gente, mas sabia que era pra... né? O melhor da gente né? Aí coisa, só ela mesmo assim, dava atenção, coisa para nós, essas coisa. Conversava com a gente, porque... meu pai nunca chego de conversar, ter uma

conversa, sabe?” (AD 5).

Era a avó também a principal responsável pelos cuidados em relação à educação formal, como reuniões e notas, muito embora a mesma fosse idosa e tivesse muita dificuldade de comparecer a todos os eventos escolares das netas.

Seu histórico escolar era atrasado, tendo a adolescente parado os estudos na 8ª série do Ensino Fundamental em decorrência de inúmeras ausências para se dedicar aos cuidados à sua avó, que já se apresentava com a saúde ainda mais debilitada

P: E o que que foi que você parou?

AD 5: É porque eu estava com muita falta. Eu não estava indo na escola direto... eu estava mais faltando, não estava com nota mais no primeiro. Aí num tinha como mais recuperar as nota (inaudível)

P: Mas o que que aconteceu que você estava faltando tanto assim?

AD 5: Ah, problemas (risos) Muita coisa!

P: Por causa da gestação?

AD 5: Não! Eu nem sabia no começo. Num sabia... aí... é por com a de vovó mesmo, ficava com ela, cuidando dela. Uhum... e ela ficava sozinha né, tinha de vez em quando, essas coisa assim... ela ficava doente, tinha que ficar com ela. Ficava ninguém, pessoal tudo saía.

Observa-se, ainda, que mesmo ausente o genitor deixou uma marca na mesma em relação à instrução de hábitos e valores que se observa em sua preocupação em relação ao desenvolvimento da irmã mais nova:

Que exemplo que eles dão pra ela? Tanto ele como ela, os dois bebe! Que exemplo que vai dá pra ela? Num tem o que falar, aí depois fala que a menina tá mal educada, que a menina xinga... [...] Quer dá exemplo quando bebe...[...] Que... tudo que a gente já passou, já coisa, a gente num queria... tipo, ela é uma criança né? Então.. com esse incentivo...” (AD 5)

A esse respeito, Andrade (1996) lembra que todos os encontros e relações que estabelecemos, seja com outras pessoas ou objetos, deixa um traço, uma marca de menor ou maior amplitude. É isso que se observa na fala acima, a respeito da relação estabelecida entre a adolescente e seu genitor, a marca que este lhe causou.

4.3.6 Breves Considerações Sobre os Casos

Utilizando as categorias apresentadas por Teixeira et. al. (2006), observa-se que os casos 1 e 4 utilizam agressão física e/ou psicológica como forma de controle punitivo do comportamento dos adolescentes. Já os casos 2 e 3 apresentam uma dinâmica extremamente oposta, sem utilização de nenhum tipo de agressão no intuito de correção de comportamento. O caso 5 pode ser considerado no meio termo, uma vez que a avó da adolescente buscava o

diálogo com a mesma para orientações e transmissão de valores, mas as violências sofridas com os outros membros da família, especialmente o genitor e o tio, também podem ser consideradas como controle punitivo, vez que deixaram marcas psicológicas que nortearão a forma de relacionar da adolescente.

Em relação à supervisão do comportamento, não se observou nenhum tipo de supervisão nos casos apresentados, exceto o caso 1, em que ainda há o acompanhamento da rotina escolar e de atendimento em relação ao consumo de drogas. Os outros quatro casos apresentados não há qualquer acompanhamento da rotina, amizades, atividades, tampouco a imposição de restrições explícitas.

No que concerne à cobrança de responsabilidade, também se observa que em todos os casos apresentados tal questão é fraca ou inexistente, levando os adolescentes a assumirem um comportamento ainda mais desafiador. Nesse sentido, Gonçalves e Damke (2007) e Aberastury e Knobel (1981) lembram que o comportamento desafiador é natural ao processo de adolecer pelo qual o sujeito passa, necessitando testar os limites que, por isso mesmo, devem ser estabelecidos.

Em relação ao apoio emocional, observa-se que apenas o primeiro e o último casos buscaram garantir um suporte e disponibilidade que garantisse o sentimento de segurança emocional. Os outros três, os genitores e/ou responsáveis não parecem observar o filho enquanto sujeitos, garantindo-lhe espaço (físico e afetivo) para segurança e maturidade emocional, sem abertura para o efetivo diálogo entre ambas as partes.

Ainda seguindo os itens apontados por Teixeira et. el. (2006), no que se refere ao estímulo à autonomia, observa-se nas famílias apresentadas um enfoque na autonomia financeira, focado no trabalho para o sustento próprio e familiar. O estímulo à independência psicológica no âmbito das ideias e na tomada de decisões não é observado em nenhum dos cinco casos.

Por fim, mas não menos importante, o item acerca da intrusividade é observado apenas no primeiro caso, o que leva o adolescente a preferir permanecer mais tempo fora de casa, conforme fala do mesmo. Nos outros casos não se observa tal questão diretamente. Entretanto, considerando a quantidade de pessoas residindo num mesmo local e a dificuldade habitacional em manter um quarto apenas para o adolescente em questão, a intrusividade se mostra indireta, não havendo a privacidade e individualidade, que é buscada através do grupo, conforme explicita Freud (1920).

Sendo assim, é possível compreender que o estilo parental apresentado na maioria dos casos é do tipo permissivo, mais propenso à forma indulgente, com grande carga de

afetividade e pouca cobrança de responsabilidade (BAUMRIND, 1971). Apenas no quinto caso é que se observa, além da indulgência da avó que era quem fornecia o suporte afetivo, a negligência por parte do próprio genitor, que não demonstrava afeto, tampouco qualquer exigência.

4.4 Drogas e Fatores de Risco para os Adolescentes

4.4.1 Caso 1

A questão da droga parece ser o maior problema dentro da casa, não apenas pelo fato de o adolescente em questão estar fazendo uso, mas pela falha na comunicação, no diálogo e no entendimento do fato, por ambas as partes. Observa-se que a tia/mãe do adolescente relata preocupar-se desde o início da educação do mesmo, com a questão, especialmente porque considera o consumo de drogas como algo “de família”. Sendo assim, relata transmitir valores acerca do consumo de drogas, especialmente lícitas:

Como, assim, por exemplo. Quando o tio dele fala ‘vamos tomar uma cerveja?’ eu falo ‘vamos’, mas eu quando eu, falo assim ó ‘hoje eu estou velha, eu posso tomar, pela minha idade, mas você... eu não quero que você faça isso. Cedo não. Tudo tem sua hora’ Eu falo pra ele. ‘Tudo tem sua hora, agora, porque eu bebo vô dá pra você bebê? Não!’ Falei ‘porque eu criei uma num dava minha bebida, num dava pra ela. Nem um cigarro eu nunca dei pra ela’, falei pra ele. (F 1)

O adolescente, porém, afirma ter conhecido sobre drogas com os amigos, sendo o que motivou, de acordo com o mesmo, a vontade de experimentar:

O cigarro não é nada. Porque o cigarro não faz nada né. É porque eu via os outros fumando né, aí queria saber como que era aquele... queria saber como que é... queria saber como que era fumar. Aí eu só via os outros fumando, aí eu pegava as bitucas que os outros jogava, aí ia lá e acendia aquela bituca do cigarro. Aí eu experimentei, aí eu gostei do cigarro. Aí depois quando experimentei a maconha também, foi a mesma coisa (AD 1).

Embora o consumo, de acordo com o relato do AD 1, tenha iniciado aos 8 anos de idade, passando para a maconha aos 11 anos, o adolescente relata o processo de socialização através do consumo da maconha:

Ah eu pensei... pensei assim ó ‘Será??’ eu, eu queria usar porque eu sentia aquele cheiro, aquele cheiro forte assim, aí eu falei “esse cheiro assim de... meio estranho de mato, mato verde assim, mato verde sendo queimado” senti assim... aí eu olhei, eu olhei os caras lá e falei “Ê que vocês tão fazendo, fumando mato?” aí eles “Que mato, loco, é maconha”. “O que que é maconha?” Daí ele veio de lá, me chamaram e daí eu fui lá (AD 1).

Andrade (1996, p. 74-75) sugere que frequentemente na adolescência o consumo de drogas está inscrito em um processo de aceitação do grupo, na necessidade de identificação, em um contexto em que ocorre o luto pelo corpo e condições infantil, e que “[...] não pode ser resolvido pela apresentação física de um adulto que ele não tem, nem pelas regalias e responsabilidades do adulto que ele ainda não é”. É o momento da imposição da moratória, conforme Calligaris (2000), e a necessidade de inclusão em uma microssociedade na qual há uma integração mais rápida e critérios de admissão claros, explícitos e praticáveis.

A família relatou não saber como lidar com a situação, conhecida há dois anos pelos mesmos, devido aos comportamentos de fuga e acompanhamento do Conselho Tutelar do município, conforme menciona da tia do adolescente:

Estava com 11 ano quando... quando sumiu né! Mas com 12 aí quando, quando ele começou, né. Com 12 anos parece que foi quando ele começou. Porque ele chegava tudo bobo. Aí que a gente foi... aí que a conselheira tutelar falou assim pra mim “Ele fumou droga”. Como a gente num sabia né. Você vê os gurus hoje em dia tudo fumando, mas não sabe como que fica. Né?! Ele aparecia tudo sujo, tudo... ah menina! As vezes eu ficava olhando pra cara dele, eu chorava porque vê aquele, aquela criança... não tem nem idade pra ficar na rua. Com aquele, aquele, aquela sujeira, né... fedendo, menina! As vezes eu ficava triste, olhando pra ele. Teve vez que o tio dele não quis que ele ficasse mais em casa. Eu falei “Não! Eu sou mãe!” Eu peguei e mandei ele entrar. “Vai tomar banho. Vai tomar banho.” É assim que eu falava pra ele. Mas sabe, o [inaudível] porque ele num queria mais? Porque nós estava cansado já de lutar por esse guri. Já estava cansado! Falava, falava, recolhia, falava no outro dia com ele. Quando os gurus assoviavam, o guri já sumia (F 1).

Observa-se aqui a falha na comunicação ou mesmo ausência de diálogo entre adolescente e tios/pais, que pode ser motivado pelo medo de sofrer novas violências em decorrência de tal comportamento. Outrossim, conforme relato do adolescente, o consumo da maconha usualmente o auxilia a acalmar-se: “Ah, pra passar o nervoso aí... dá uma acalmada. Dá uma acalmada” e embora ainda não perceba claramente o momento ou acontecimentos da vida que ocorrem antes de sentir vontade de consumir a maconha, relata que quando estava nervoso, normalmente sentia vontade de usar.

Não se pode dizer, no entanto, que a família negligencia o adolescente em seus cuidados básicos e específicos, o que leva a tia/mãe do adolescente a crer que a principal motivação para o consumo é externa.

Nós não jogava nosso sofrimento nele. “Vai tomar banho, tá aqui a comida, tá hoje você vai para a escola, eu já fui lá conversar com a professora, então você pode entrar na escola. E pode ir”. Assim que é, normal, é como se nada acontecesse. Mas por dentro nós estava sofrendo porque nós não queria ver aquela criança na rua, nós não queria vê ele deitado, comendo as coisas do lixo [...] Ele vinha pra cá, ele não batia na porta, ele ia dormir no chão, feito cachorro... Não sei porque ele num queria ficar em casa! Você pode perguntar pra ele, ele fala: “Porque eu gosto da rua!” Ele falava “Eu num sei o que que eu vejo na rua!” Então quer dizer... se ele viesse em

casa, ele não ia voltar de novo par a rua, porque a gente segurava ele. Então, clarear o dia, já ia embora, por quê? A rua estava aí! (F 1).

Tal situação, portanto, corrobora com o que fora apontado por Silva et. al. (2010), por afirmar que a desinformação, a curiosidade e o fácil acesso, são fatores que levam ao início do consumo de drogas por parte de adolescentes.

4.4.2 Caso 2

A genitora F 2 tem bastante envolvimento com as questões das drogas, pois seu segundo companheiro fazia uso de entorpecentes e ela mesma também foi presa transportando as substâncias. Também relata ter algumas amigas que fazem uso, assim como os filhos destas, com quem o adolescente em questão também estabeleceu vínculo de amizade. Porém, afirma que somente seis meses antes da realização da pesquisa é que tomou conhecimento que AD 2 realizava o consumo de drogas:

P: A senhora sabe há quanto tempo ele está usando droga?

F 2: Então, isso que eu estou falando, acho que tem uns cinco ou seis meses. Eu acho... eu acho! Ele juntou com um menino aí que é colega de uma colega minha, que ela é usuária de droga. Agora não é mais, ela fala que não fuma mais. Ela era usuária de droga ela tem um filho e o filho dela fuma maconha, só maconha e... bebe também. Aí o AD 2 começou a juntar com ele. Mas eu ultimamente eu fico [inaudível] duas vezes ele está ficando agressivo [falando mais baixo] porque ele fica com falta da droga.

O que se observa do comportamento da genitora em relação à questão das drogas é que tal situação é naturalizada, especialmente em relação ao consumo da maconha. Como demonstrado no tópico sobre estilos parentais e educação informal, a F 2 busca utilizar do diálogo para orientar o adolescente acerca de outras questões referentes a drogas, mas não se observa o estabelecimento de um diálogo efetivo, uma via que conduza à confiança entre ambas as partes. Já em relação ao AD 2, este relatou ter iniciado o consumo por volta dos 13 anos, por influência dos amigos:

P: E o que te fez querer experimentar?

AD 2: Ah, num sei né [risos] foi... [inaudível] os amigo oferece né, você sabe né, aí você vai na onda né.

P: Quis ver o que ia acontecer?

AD 2: É, pra ver o que ia acontecer.

Novamente se observa aqui a questão da socialização e aceitação, tão importantes na fase da adolescência. A busca da identidade através do grupo. Os efeitos que a substância lhe causava também parecem ter sido um motivador para a continuidade no uso.

P: E o que acontecia quando você fumava? Qual era a sensação que você tinha?

AD 2: Normal... normalmente assim, eu não tenho nada, você não fica igual, os outro fala que você fica estranho, fica... é, num sei o quê... normal. É tipo, igual você ficar bêbado. Fica meio [risos] bêbado assim, lesado. E também dá esquecimento né, na mente.

P: E você gostava dessa sensação?

AD 2: Ah! [risos] Não vou mentir né, eu usava, por isso que eu usava [...] Mas agora, hoje, hoje em dia eu mais eu não uso mais não.

Andrade (1996, p. 75), ao refletir sobre a fase da adolescência considera que “[...] à medida em que no processo de individuação a resultante pode ser uma identidade mal definida, as tentativas de refazer este percurso se processam pela tentativa de se encontrar no real aquilo que não pode ser simbolizado”, ou seja, através do efeito da droga no corpo real.

Ao relatar sobre o tipo de entorpecentes que fazia uso, o adolescente demonstrou ter conhecimento sobre as drogas disponíveis, bem como sobre seus efeitos, demonstrando certo limite na pulsão motivadora na escolha do objeto droga.

P: Você faz ou já fez uso de algum tipo de droga? Qual ou quais droga(s)?

AD 2: Já. O, a mac... o tabaco.

P: Cigarro?

AD 2: Tabaco e o... e a maconha, né.

P: Nunca usou base, cocaína...?

AD 2: Nunca, nunca na minha vida, nunca.

P: Já teve vontade de experimentar?

AD 2: Sai fora essas droga aí ó... eu conheço bem mesmo, mas... nunca tive... isso daí ó... puta, um vício feio. Você vê, eu vejo esse pessoal aí viciado em base... dá até desgosto.

O contato com as drogas, no entanto, é anterior ao início do consumo por parte do adolescente, que considera ser o acesso fácil em uma região de fronteira, onde o consumo é realizado abertamente:

P: Quando foi a primeira vez que você viu alguém usando alguma droga (lícita e ilícita)?

AD 2: Ah, muito tempo! Muito tempo, porque a gente quando é assim nós fala “aí, nunca nós vai usa esse troço, nunca nós vai... nunca nós vai”... aí deu outra que... mas eu acho que foi com uns 11 anos, 10 anos

P: Que você viu mesmo?

AD 2: Aham! Vi aham... porque era, naturalmente via né.

P: Tem muita gente que usa ali perto do seu bairro?

AD 2: Tem! Muita gente! Muita gente espalhada em Corumbá tem, que usa.

P: O acesso é fácil, então?

AD 2: O acesso é fácil.

De acordo com Pereira (2012), nas regiões em que predomina o fenômeno relativo às interações fronteiriças, costumam ocorrer atividades econômicas lícitas e ilícitas. Nesse cenário, o acesso às drogas torna-se mais facilitado, conforme menciona o AD 2. No entanto, o adolescente afirma não estar mais consumindo a maconha, mas parece compreender que tal

substância não é tão nociva, pois acredita que não se tornou dependente:

Não é igual uma droga assim que você fica viciado que... é só basta você querer, igual cigarro. O fumante, você, ele gosta de fumar, mas eu não sei porque o fumante não consegue parar de fumar, mas a maconha não. Você tem aquele impasse de... você não quer, você não quer. Não é aquela droga que você fica e quer toda hora, toda hora (AD 2).

Em outro momento, ao ser questionado sobre suas motivações para consumir a droga, o adolescente salienta:

Não, assim, normalmente tipo... igual eu beber agora, ficar bêbado, passar mal, eu não quero mais, não isso eu não quero. Tinha dia que ficava... ficava e não queria, tipo assim, não, não quero, sentindo nojo assim. Aí você não fuma, mas quando eu queria eu fumava mesmo. Basta querer, né (AD 2).

Posteriormente, no entanto, reconhece que o uso lhe causou alguns prejuízos, um dos motivos pelos quais teria tomado a decisão de parar de usar drogas ilícitas.

AD 2: O fato de usar maconha também esquece, né. Dá um... dá um esquecimento, porque.. que nem, não rima escola com maconha.

P: Quando você percebeu isso?

AD 2: Ah, desde a primeira vez.

P: E como é que você se sentia em relação a isso?

AD 2: Meio estranho! [risos] Isso aí fala “Quando que aconteceu isso? Como?” Aí dá aquele esquecimento total assim, você fica esquecendo de tudo! Só algumas coisas, umas parte assim, da lembrança.

O adolescente também afirma não perceber que o consumo da maconha lhe auxiliava como calmante para enfrentar as dificuldades cotidianas, relacionadas aos acontecimentos domésticos e/ou da vida social/escolar, conforme diálogo abaixo:

P: Você acha que o fato, quando você usava maconha, te ajudava em algum sentido a resolver algum problema, uma ansiedade, um nervosismo?

AD 2: Tsc tsc tsc [estalando os lábios negativamente].

P: Porque, como você falou, tem questão de ficar com muita gente...

AD 2: Uhum, assim meio nervoso.

P: Isso! Por exemplo, a maconha é relaxante. Então poderia te ajudar a relaxar pra estar na presença de mais gente.

AD 2: Mas nem assim! [risos] A gente fica nervoso do mesmo jeito. Nervosismo, putz, vai a mil. Parece que tem gente assim, tipo numa sala, tem gente, todo mundo tirando sarro de mim. Aí puta, eu fico nervoso... não consigo...

P: Nem usando maconha, você consegue relaxar?

AD 2: Nem assim, nem assim!

O que se observa neste caso, portanto, é que a relação que o adolescente estabeleceu com o objeto droga está inscrito mais na questão da descoberta de sua identidade, uma forma de se inscrever no mundo dos adultos, de acordo com os modelos que lhe foram apresentados durante sua infância.

4.4.3 Caso 3

A maneira com que a genitora desse caso lida com a situação de drogas parece um tanto ambígua. Embora demonstre não concordar, não efetivou o exercício de sua autoridade, que considera ter perdido, novamente terceirizando a situação:

P: E a senhora imagina o que levou ela a começar a usar a bebida, usar drogas?

F 3: Sei lá eu tenho... é uma outra criação, né... Sem vergonhice! Mão na cabeça! A lei!

A adolescente também afirma não entender a maconha enquanto droga, posto que seu efeito é supostamente benéfico: “Putá! Tem nem como explica... [silêncio]. Maconha não é droga pra mim! Maconha deixa você calmo... é um calmante!” (AD 3), demonstrando que a relação que a adolescente desenvolveu com a substância é de um objeto auxiliar para lidar com os conflitos desenvolvidos no ambiente doméstico, como apresentada na fala abaixo:

[...] eu num sou viciada em maconha, eu fumo por esporte. Por esporte é quando você fuma... ou quando você tá braba, tipo assim, quando você tá... dentro da sua casa, você briga, briga, briga, daí pra você não briga dentro... briga não. Quando começam a... dar lição de moral, xingar, daí pra você não briga dentro da sua casa, você vai e fuma (AD 3).

A esse respeito, Andrade (1996) aponta que, quando a angústia é muito intensa, a droga é sentida como medicamento. E por que a droga e não um medicamento adequado autorizado? Segundo o psicanalista, “[...] trata-se de uma automedicação feita de forma incorreta, incorreção esta que transcende os efeitos colaterais do produto farmacológico e se agrava nas implicações legais relacionadas à sua prática e na maior exposição aos riscos” (p. 76).

A adolescente relatou que iniciou o consumo de álcool e cigarro por volta dos 13 anos de idade, passando para a maconha logo em seguida. Embora relate que o consumo da maconha tenha se dado de forma isolada dos amigos, o álcool parece ter tido a socialização como fator para o início do consumo que se deu de maneira exacerbada, novamente na tentativa de chamar a atenção de sua mãe, na tentativa de solicitar o olhar, o carinho, o objeto perdido (LACAN, 1955-56/2008).

P: Como foi a primeira vez que você bebeu, a sensação...?

AD 3: Me deixou caindo na rua. Meu irmão que foi me buscar ainda. Daí uma amiga minha falou “Sua irmã tá bêbada lá, M.” Ele veio e me buscou. Estava bêbada, ele me trouxe de moto.

Ao final da entrevista a adolescente ainda relatou ter parado com o consumo de maconha, por preocupação com a saúde da genitora: “Ah, eu parei de usar. Eu usava assim, quando eu estava nervosa, quando eu brigava dentro da minha casa... agora eu parei graças a Deus. Por causa da minha mãe também né, ela tá doente” (AD 3). Entretanto, a genitora acredita que a filha continue com o consumo, embora a adolescente não tenha confirmado à mãe sobre o uso.

F 3: [...] mas tem uma coisa que tá muito errada é que ela tá fumando maconha, segundo o pessoal fala...

P: Tem quanto tempo que a senhora sabe disso, que a senhora ouviu falar?

F 3: [questiona à nora] “Quanto tempo faz que a gente descobriu da maconha? Ano passado?” Então, foi isso.

P: E ela assumiu?

F 3: Pra mim ela não assume, mas ela grita quando briga. “Eu fumo mesmo!” Porque... que nem domingo eu vô viajar... quer dizer, eu não vou estar aqui a noite né? Aí se eles brigam aqui, ela grita [sussurro] “Eu fumo mesmo!”.

Novamente o que se observa é a ausência de diálogo dentro do relacionamento mãe-filha. Cada uma parece estar em um espaço e tempo totalmente distintos, que impõe a dificuldade no estabelecimento de um diálogo efetivo, de uma leitura do sujeito que está diante de si. Conforme Gonçalves e Damke (2007, p. 3386-3387), “Pais e filhos precisam se conhecer para se amar. Só quem conhece o filho poderá ajudá-lo nas dificuldades, pois sem diálogo pais e filhos nunca se encontrarão”. A inacessibilidade aos genitores tem efeito gravíssimo aos olhos do filho, que os percebe como indiferentes e frios. Não havendo espaço para falar, o adolescente passa a atuar para ser escutado, sendo o que se observa no comportamento da adolescente do caso apresentado.

4.4.4 Caso 4

A genitora desse caso tem uma relação bastante próxima das drogas, uma vez que já fora dependente de álcool, utilizando a substância mesmo durante a gestação dos dois primeiros filhos. Seu filho mais velho também é usuário e atualmente está preso pelo crime de tráfico de drogas. Entretanto, observa-se desconhecimento da mesma acerca de conceitos e categorias acadêmicas em relação às substâncias e sua experiência faz perceber a droga de maneira bastante distinta, como se observa na fala abaixo:

F 4: Mas eu nunca usei droga.

P: Mas o álcool é um tipo de droga lícita. Álcool e cigarro. Lícita porque é permitida a venda. E causa dependência também. A senhora falou que bebia todo dia. Algumas pessoas não conseguem parar...

F 4: Mas acho que a bebida é pior do que a droga, sabia? Tem gente, eu vejo gente

ali no beco, quando eu morei ali, quem usava droga ficava quieto, não mexia com ninguém. Fumava a droga dele lá, quieto. Agora, vinha um bêbado ali, puuuuta! Deus me livre! Eu falo que a bebida é pior, eu falo. Todo mundo fala assim “Ah, a droga!”, eu acho que a bebida é pior que a droga. Eu acho! Mas tem droga que deixa a gente louca também, né? Tem gente que faz... suicídio né? [...] Eu penso, e... e... eu outra vez até chorava aí dentro da minha casa. Que eu pensava no negócio de o meu filho suicidar dentro da cadeia. Que ele estava meio... de tanto cheirar, né.

Sua atitude em relação ao consumo da substância por parte do filho também é incoerente, pois ora age com naturalidade, ora age de maneira autoritária com agressões físicas e verbais, conforme se observa no diálogo abaixo:

P: E o que a senhora acha que pode ter levado o adolescente a usar droga, a experimentar a maconha?

F 4: Não sei menina, porque eu briguei, brigo com ele, xingo ele por caso dessa maconha, ele não larga. É difícil!

É possível observar, portanto, que a genitora do adolescente em questão não percebe a correlação das situações envolvendo a questão das drogas dentro da família, levando ao desenvolvimento de um padrão de comportamento. O adolescente revelou ter iniciado o consumo de entorpecentes aos 15 anos de idade na companhia de amigos que jogavam bola na região. E por ser usuário apenas da maconha, não considerava ser usuário de drogas, conforme relato abaixo:

AD 4: A droga que eu uso é só a maconha mesmo e as turma fala que é droga, droga, droga é... Droga é cocaína, crack, esses tipo de...

P: Você nunca experimentou?

AD 4: Não. Já ofereceram, mas não..., nem quis...

Entretanto, o consumo era realizado de maneira exagerada, compulsiva, como se observa no relato do adolescente, quando questionado sobre a frequência com que utilizava a substância ao longo de um dia: “Ah, putz! Até... perco as conta!” (AD 4).

A compreensão do adolescente acerca do significado do termo droga parece ter mais a ver com a mistura de componentes químicos: “Droga... droga é... hm vê... é química! Química que você mistura gasolina, que mais? Um monte de coisa, de química lá. Aí você faz a droga” (AD 4). Sendo a maconha uma substância natural, não se considera como droga, apenas como um calmante, substância utilizada para relaxar, pois não gosta de se envolver em brigas, preferindo fazer o consumo da maconha, conforme se observa na descrição abaixo:

AD 4: Com a maconha você fica com sua lupa baixa [inaudível], abaixa a pressão, relaxa você... É a mesma coisa se você for brigar com uma pessoa e você tiver nervosa, e você fuma um, um “brown”, uma maconha, vai relaxar sua mente, vai abaixar.

P: Aí você fuma pra relaxar, então?

AD 4: Aham.

O primeiro contato com a substância, conforme relatou o adolescente, foi através da socialização com outros adolescentes com quem desenvolvia atividades de lazer, como jogar bola.

P: Como você conheceu a maconha?

AD 4: A maconha, putz! A maconha, vamos vê... quase, um ano. Onze anos.

P: Com onze anos?

AD 4: Mas eu não fumava, eu só... [...] Só ficava olhando a turma fumar, falava “Que... que *vibe* que é essa?” As turmas falavam “Ah, é que você nunca fumou”. Eu nem fumava. Eu jogava bola, soltava pipa.

P: Os meninos que jogavam bola com você já fumava maconha?

AD 4: Já, alguns sim. Alguns não.

P: Aí foi com eles que você experimentou pela primeira vez?

AD 4: Aham.

Novamente verifica-se a influência da socialização, aceitação em determinados grupos acometidos pelo mesmo drama que o seu, ou pelo menos com angústias semelhantes, conforme Aberastury e Knobel (1981) e Calligaris (2000).

4.4.5 Caso 5

A adolescente do referido caso cresceu em um ambiente onde o consumo de bebida alcoólica era comum e diário entre todos os membros da família, além de observar o consumo de drogas por parte de uma de suas irmãs mais velhas, que veio a óbito há cerca de dois anos. A adolescente, no entanto, afirma que a única experiência que teve com drogas foi bastante efêmera, conforme se observa abaixo:

AD 5: Eu nunca usei droga. Nunca usei

P: Nunca usou maconha, álcool?

AD 5: Não! [...] Não vou falar que eu nunca fumei, eu fumeeeeei, mas eu não gostei.

P: Você fumou cigarro?

AD 5: Fumei cigarro... mas o cigarro que eu fumava. Mas outras coisas assim eu nunca gostei de fumar. Eu já cheguei a fumar maconha, mas eu nunca mais...

P: Você chegou a experimentar?

AD 5: Experimentar... aham, mas nunca gostei. Tem bastante amigo que usa né? Isso é o que mais tem.

É possível notar que, em decorrência da associação entre o consumo de drogas e as violências sofridas, a adolescente em questão não tenha estabelecido com as drogas uma relação de objeto tampão, auxiliar para suas angústias. A esse respeito, Schenker e Minayo (2003b, p. 713) afirmam que:

[...] crianças e adolescentes que vivem em ambientes familiares ou em comunidades

onde há uso abusivo de drogas e conseguem não se deixar influenciar por esse contexto apresentam características individuais protetoras conjugadas ao convívio com outros adultos cuidadores escolhidos por eles, fora do ambiente familiar.

Tal situação pode ser observada mediante o forte vínculo que a adolescente desenvolveu com a avó, além de habilidades individuais e positivas de enfrentamento aos problemas, apresentando, assim, bom nível de resiliência. É possível notar também que, em decorrência da associação entre o consumo de drogas e as violências sofridas, a adolescente em questão não estabeleceu com as drogas uma relação de objeto tampão, auxiliar para suas angústias.

4.4.6 Breves Considerações Sobre os Casos

Diante dos relatos apresentadas acerca da questão da droga, é possível observar que o primeiro contato e principal fator motivador para consumo de drogas, por parte de todos os adolescentes entrevistados, estão relacionados à socialização com amigos que também faziam uso. Tal fato é justificado por Freud (1920) acerca da questão dos grupos que, especialmente na fase da adolescência, vão constituir a identidade grupal e o sentimento de pertença, necessidade básica do processo de “adolescer” na constituição da subjetividade. A esse respeito, Andrade (1996, p. 74) ainda sintetiza o que é, para o adolescente, o encontro com as substâncias psicoativas (SPA) ilícitas.

O encontro do adolescente com SPA ilícitas tem a marca de um efeito químico, de uma concepção social sobre aquele produto pelo ato de experimentar algo novo em um momento da vida em que experimentar é, em essência, a maneira de buscar novos caminhos, tradução que é da busca de si mesmo, no processo de se auto conhecer, se determinar e se constituir adulto.

Em seu seminário 4, Lacan (1956/1995, p. 21) afirma que “O objeto é instrumento para mascarar, enfeitar o fundo fundamental de angústia que caracteriza, nas diferentes etapas do desenvolvimento do sujeito, sua relação com o mundo”. Assim, as drogas funcionam como objeto de gozo, levando a um movimento totalmente auto erótico que curta circuita o laço social já falho. É a sobreposição da pulsão de morte sobre a pulsão de vida. Na adolescência, tal atitude pode ser considerada de acordo com o que é apontado por Santos e Pratta (2006), como uma forma de testar os seus próprios limites, ainda que através do real do corpo.

4.5 Violências Vivenciadas

4.5.1 Caso 1

No referido caso é possível observar que a violência faz parte da forma de se relacionar entre os membros da família, tornando-se normatizada e entranhada no modelo de educação, conforme percebemos na fala da F 1, ao se referir sobre o seu marido:

Ele já uma vez já bateu no AD 1, né. Ele bateu no AD 1 porque AD 1 num escutou ele. E quando AD 1 era pequeno, também era triste o guri. Ele não, ele ia na casa dos outros e não queria voltar, sabe? Então... uma vez também eu peguei uma varinha de goiaba e dei na perna dele. Foi, foi o motivo que a turma... foi... denunciou, não sei, no conselho, sei lá [...] Ah... é... foi momento de raiva. Momento de raiva, nervoso porque... a gente chamava, chamava, chamava e não escutava. Então eu peguei e bati... só nas perninhas também (inaudível) Só nas pernas também, mas... (F 1).

No relato do adolescente o mesmo afirma ter sofrido violência física por parte do tio, quando tinha apenas 10 anos de idade, ao cobrar-lhe sobre as notas na escola:

Aaah! Isso daí já foi faz tempo, faz tempo. Foi em 2013 que teve a primeira surra que ele me deu que eu tirei nota baixa na escola, que eu nunca tinha tirado, né?! Foi a primeira surra que ele me deu. Foi em 2013 por aí. Aí ele nunca mais me bateu (AD 1).

Embora o adolescente e sua responsável comentem não haver mais a prática de violência física, observa-se que há, ainda, a violência psicológica ocorrida por meio de ameaças, como é possível perceber no relato da F 1: “Então aí foi, também foi só. Mas assim, negócio de pegar e bater, não. Mas eu falo pra ele que eu vou bater nele agora porque ele some [risos]”. Descrição confirmada pelo adolescente, ao afirmar que: “Ela fica brava comigo. Mas ela não me bate. Aí ela fala ‘Você precisa de uma boa surra hein! Faz tempo que eu estou querendo te pegar!’ Ela fica falando...” (AD 1). Tais ameaças sinalizam resultar em medo no adolescente, quando este explica menciona sobre suas fugas, bem como sobre os motivos que o leva a demorar a retornar para casa:

AD 1: Se eu chego lá em casa, aí eu penso que minha mãe vai me bater, aí eu já fico com medo, aí eu fico na rua, por isso.

P: Aí você já fica direto?

AD 1: É. Aí eu já imagino, ‘puta! Ela vai me pegar. Ela f... quando eu chego lá em casa ela fica quieta, quando eu saio, eu nem aviso ela, eu vou pra outro lugar e eu chego em casa, falo, aí eu falo... “E aê mãe!” Aí ela... ela fica quieta, eu falo as coisas, ela tá quieta, aí eu falo ‘Ala, vou apanhar! Só sei que ela vai querer me pegar no banheiro, já era! Ou dentro do quarto se eu entrar.’ aí eu fico com medo já. Aí... quando ela fica quieta eu já fico com medo, aí eu já vou embora.

Em relação à violência de gênero, a F1 não relatou sofrer com o atual companheiro, entretanto, o adolescente menciona ter presenciado alguns episódios, como destacado no tópico acima. Dessa forma, não se pode afirmar que não há a presença da prática de violência de gênero ou se as violências psicológicas praticadas são desconsideradas pela F1, por ter sofrido mais intensamente com o companheiro anterior.

O que se pode inferir, no entanto, é que o fato de presenciar tais situações pode corroborar com o desenvolvimento de sentimento de insegurança baixa autoestima, conforme Cecconelo, De Antoni e Koller (2003), sendo possível observar claramente no relato do adolescente:

Putá! Dá dó dos dois, ficam brigando. Mas... pô! Mas quando coloca... mas fala que sou eu que... quando, quando ficam falando que sou e... quando falam que é por causa de mim..., Cara, tenho vontade de chorar, loco! Quando falam que é por causa de mim, quando falam 'é por causa de você que eu briguei.' Ai pô, dá vontade de chorar. Porra! Só eu que tenho lá naquela casa, será? Eu penso, será que só tem eu aqui? Um dia eu falei pra minha mãe e meu pai: "Só eu que tenho aqui?" Ai ela fala: "É só você, não tem mais ninguém aqui de criança e adolescente. Não tem mais ninguém. É só você mesmo." Ai eu falo: "Mas nada a ver... Sou eu não!" (AD 1).

Também se observa, em seu relato, a vivência relacionada a outros tipos de violência sofrida pelo adolescente, como a violência verbal com cunho racial, culminando em uma resposta de agressão física por parte do mesmo.

Ao longo das entrevistas realizadas com a tia/mãe e adolescente, observa-se que o conhecimento acerca da violência limita-se à violência física e violência criminal, o que leva a ambos não perceber as violências psicológicas praticadas e vivenciadas, muito embora a vivência de tais violências demonstrem seus efeitos negativos.

4.5.2 Caso 2

A genitora (F 2) do referido caso relata que vivenciou violência doméstica perpetrada por seu primeiro companheiro: "É... não deu certo, menina. Primero, ele me batia muito. Fiquei até em coma, três dias em... eu fiquei três dia em coma com traumatismo craniano. No primeiro casamento ele me batia" (F 2). Entretanto, a mesma demonstra ter bom nível de resiliência, posto que tal situação não parece ter lhe causado sérios e duradouros danos emocionais e psicológicos.

O termo resiliência é utilizado para designar a forma pela qual o indivíduo é capaz de manejar os recursos pessoais e contextuais diante de adversidades e necessitam dos processos subjetivos de valorização da experiência que servirão de base para a transformação, tanto do

indivíduo quanto da realidade (MONDINI, 2011).

A genitora ainda relatou saber da violência vivenciada pelo filho, afirmando que o AD 2 foi quem lhe informou. Ela parece compreender que suas ações contribuíram para que seu filho experienciasse a violência da forma como ocorreu:

Quando eu fui presa ele... ficou jogado, ele ficou na casa da minha sogra, depois na casa da minha tia, depois na casa da minha irmã, então ele ficou assim jogado na casa de um, na casa de outro, isso mexeu um pouco com a cabeça dele também. [...] A gente... se fosse por mim, se tivesse uma máquina do tempo né, voltava tudo lá atrás, mas não tem..., e eu posso fazer o que? Já aconteceu mesmo. Eu penso em... fazer tudo diferente né... agora né. Fazer nada que... como era antigamente, como era... que também eu era mais criança, não pensava, cabeça um pouco... mas agora tem... a gente vê as coisas, vai ficando com mais idade... (F 2).

Percebe-se que a violência vivenciada pela F 2 parece ter influenciado na maneira como percebe e lida com a questão da violência física, compreendendo as graves consequências que traz. Também relata comportamentos agressivos por parte do adolescente desde a infância.

F 2: Ele não obedecia! Ele num obedecia ninguém, ele ia pra onde quisesse, falava com ele, ele num ligava... não obedecia ninguém!

P: Na escola...

F 2: Não! Ele batia nas criança, ele era rebelde... porque ele não tinha uma mãe do lado dele, né!

Essa situação sugere a ausência do suporte familiar, um ambiente adequado e acolhedor, que pudesse orientar o adolescente e dirigir a agressividade para situações mais construtivas. A esse respeito, Winnicott (1979) afirma que ao longo do processo de desenvolvimento emocional, há momentos em que a criança irá testar o meio garantindo que lhe forneça aquilo que necessita, inclusive os limites. No caso de crianças que não foram atendidas em suas necessidades, especialmente em ambientes violentos, a tendência é que o sujeito teste os limites e o ambiente de maneira antissocial, com comportamentos concebidos como agressivos, na tentativa de testar se o ambiente é confiável (WINNICOTT, 1950).

A genitora (F 2) ainda afirma a existência de uma tensão no ambiente doméstico entre o adolescente e seu companheiro, que não aceita as atitudes do menor:

F 2: É. Um, eles já chegaram até de brigar, umas duas vez chegaram de brigar, um quebrar as com' do outro. Já chegaram de brigar já. E também já chegaram de brigar por causa que... uma vez eu estava discutindo com meu marido né, e aí meu filho entrou no meio, então... aí foi aquela discussão.

P: Mas é frequente essas questões? É costume?

F 2: Nããão... só uma vez. Não é todo dia não, graças a Deus, menina! Tem uns quatro cinco mês, graças a Deus não tem briga nessa casa. Tem conversa! A gente conversa assim, mas, mas de brigar de bater, não! (F 2).

A esse respeito, Watarai (2010) lembra que a adolescência carrega consigo a questão da oposição às normas e valores familiares como forma de buscar sua própria identidade, sendo um dos empecilhos para o estabelecimento de bom relacionamento entre padrastos e enteados, especialmente na adolescência.

Durante a entrevista, o AD 2 não mencionou a violência vivenciada na residência da tia materna, aparentemente por não ter desenvolvido um vínculo afetivo sólido com a mesma, não tendo grande significado em seu desenvolvimento, mas relatou sua relação com violência por ter se envolvido em diversas brigas na rua:

AD 2: Não, já entrei já, porque todo mundo já brigou uma vez, mas... para mim, brigar não resolve nada.

P: E o que te levou a entrar nessa briga?

AD 2: Não, já entrei em bastante assim tipo, briga de gurizada, de bairro.

P: Tipo de gangue?

AD 2: Aham, de gangue. Eu era muito disso. Ah, pu... não tem como explicar... um quer matar o outro, o outro quer... por isso que eu parei, larga mão...

P: Depois que terminou a briga, como é que foi, como é que você processou tudo isso? O que você sentiu e pensou?

AD 2: Ah, a gente fica meio assim, né... porque você não pode ir pra lá, você não pode ir pra cá, que os outros quer brigar com você. A gente fica meio inseguro, né!

A questão da violência entre os próprios pares parece estar implicada na perspectiva de demonstração de virilidade e aquisição de respeito pelo grupo ao qual pertence e também, bem como pelo grupo rival. É também uma forma de buscar a imposição de limites por meio do choque direto com o real. Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Freud (1920) aponta que estando em grupo, o sujeito sente-se mais protegido e homogêneo, ou seja, seus impulsos se dispersam dentro do grupo, diminuindo assim a responsabilização pelos seus atos, posto que o grupo passa a constituir a identidade e subjetividade do indivíduo, especialmente na fase da adolescência.

4.5.3 Caso 3

A genitora (F 3) do referido caso relatou que fora vítima de violência doméstica perpetrada por seus familiares e por seu segundo marido (pai da adolescente em questão):

F3: [...] é porque eu fui muito espancada quando era criança [lacrimando os olhos]. Quem me criou judiou muito de mim, então eu fiquei frouxa... Eu não bato, não sou de bater.

P: Quem batia na senhora? Seu pai, sua mãe?

F3: Minha vó, meu avô... os filhos deles, as filhas deles...

P: Mas a senhora já sofreu com marido?

F3: Rum!! Deus me livre, o pai desse guri que saiu aí me batia igual...

P: Além da violência que a senhora sofreu na infância, ainda passou no casamento?

F3: [concorda com aceno de cabeça] É, minha filha..., fiquei com sete filhos, ninguém me dava um real!

A esse respeito podemos lembrar Saffioti (2004) que questiona o patriarcado e as relações de poder, que sobrecarregam a mulher com as atividades domésticas, eximindo o homem das mesmas responsabilidades, pelo simples fato de ser homem. Diante de tal contexto, a F3 demonstra ter conhecimento acerca das possíveis consequências que suas vivências poderiam ter lhe causado, quando afirma: “Eu sou um produto... tinha duas coisas pra eu virá, que você tem certeza. Ou eu teria virado uma assassina, uma mãe que cortava os filho em pedacinho, que queimava com cigarro, que colocava água quente na goela dele, ou essa frouxa que eu virei.” (F 3).

Já a adolescente relatou ter sofrido violência por parte do irmão. Essa vivência parece ter marcado a adolescente pelo fato de ter imposto um limite para as suas ações, uma barreira para seus impulsos:

P: E porque ele bateu em você?

AD 3: Porque ele é louco. Bebe e fica louco

P: E durante a infância seu irmão também te batia? Como é que era?

AD 3: Bateu uma vez pra nunca mais [...] Não, foi porque também, a primeira vez que eu apanhei foi porque eu mexi com ele.

P: Como assim?

AD 3: É que eu mexi com a mulher dele, aí a mulher dele contou pra ele aí... me bateu. Eu fui e dei parte dele.

P: Quantos anos você tinha?

AD 3: Foi ano passado

P: E durante a sua infância, como é que era? Sua mãe batia também...?

AD 3: Minha mãe nunca me bateu... Por isso que a C. [técnica das Medidas Socioeducativas] fala que eu sou desse jeito, porque minha mãe nunca me bateu.

Em outro momento menciona ter sofrido agressão física por parte da mãe, quando chegou alcoolizada em casa:

Daí nesse dia eu tomei uma surra... da minha mãe. Falar que ela nunca me bateu, dessa vez eu lembro que ela me bateu, me deu uma surra... Mas na outra semana já bebi de novo, depois ela num me bateu mais... “Ah, não adianta! Já começou, deixa logo. Só vou lá no Conselho Tutelar”. Ela foi no Conselho... eu fugia de casa antigamente! Mas eu não bebia, nem usava droga. Aí parecia que eu ficava mais transtornada porque ela falava que eu bebia e usava droga. Daí eu fugia de novo. Fazia pior. Ia mais longe. Mas agora eu parei, graças a Deus, não saio (AD 3).

O que se observa no relato apresentado é que a relação estabelecida com o álcool parece ter ocorrido em função da relação estabelecida com a genitora. Ao receber a qualificação de usuária, assumiu para si a característica, numa forma de se tornar aquilo que a mãe lhe denominava. Ao “levar a surra” da mãe, a adolescente recebeu a atenção que buscava, mesmo não sendo uma atenção afetuosa e saudável, resultando na repetição do ato, na

tentativa de receber novamente o olhar da mãe (FREUD, 1920).

Talvez por esse motivo, a AD 3 também não perceba vivenciar qualquer tipo de violência dentro do ambiente doméstico, especialmente praticada por sua genitora, uma vez que as agressões parecem ter, para a adolescente, a marca do olhar, do encontro com o objeto perdido reeditado (LACAN, 1955-56/2008).

4.5.4 Caso 4

A genitora (F 4) demonstra lidar com os problemas por meio de comportamentos violentos, seja física ou psicológica, uma vez que se auto intitula “encrenqueira”. Não relata ter sofrido violência na infância, embora afirme haver na família a cultura da violência como resolução de conflitos, conforme o relato abaixo:

F 4: Eu queria, porque minha casa, minha família... o meu avô é muito sistemático né? Ele não aceitava roubo. Se ele tivesse vivo, ele não aceitava. Droga ele não aceita, imagina roubo...

P: A senhora acha que se seu avô estivesse vivo, ia bater no AD 4?

F 4: Ah, e ia falar as coisa pra mim também né?

No entanto, relatou ter sofrido violência por parte de seu ex-marido, por aproximadamente 10 anos, antes de conseguir a separação e denunciá-lo.

P: A senhora conhece alguém da família que sofreu violência?

F 4: Ué, eu mesmo era uma delas. Eu fui com meu primeiro marido, eu vi que não prestava pra mim, larguei dele. Ele batia em mim! Enfrentava ele, mas adianta? Enfrentar o homem? Adianta nada...

P: Quanto tempo a senhora viveu nessa situação?

F 4: Vivi com ele dez anos, vivi com ele. Depois eu vi que não prestava para mim, larguei e separei dele [...] Dez anos. Brigava feio comigo. Mas eu também brigava feio com ele, também não ficava quieta não. Naquele tempo eu era boa de saúde, né? Aí nós quebrava o pau feio mesmo. Eu separei. Vi que não era pra mim.

P: Mas demorou dez anos?

F 4: Mas eu separei... fui dar parte dele pra nunca mais eu olhar para ele, nem ele para mim.

Podemos traçar aqui um paralelo com o início do consumo de álcool por parte da F 4. Conforme relatado anteriormente, teria iniciado o consumo por volta dos 20 anos de idade, tempo em que estava com o companheiro que lhe agredia física e psicologicamente, o que sugere que o álcool agia, para a F 4, como uma forma de escape para conseguir suportar as violências vivenciadas. Entretanto, levou aproximadamente uma década para que conseguisse se desvincular do relacionamento violento que sofria. De acordo com Souza e Da Rosa (2006), a violência na relação conjugal é parte da forma de comunicar-se estabelecida por

alguns casais, que faz com que se estabeleça em duas vias: no amor e na dor, o que pode ser inferido a partir da autodenominação da própria entrevistada que se identifica como “encrenqueira”.

Considerando que a forma de relacionamento estabelecida pela F 4 é por meio de agressividades, percebe-se que ela compreende a violência apenas em seus extremos, levando à banalização de algumas agressividades, como se observa em seu relato:

Eu sou mulher. Vou falar uma verdade. Eu sou mulher. Mas hoje, esse negócio aí de Maria da Penha, tem muitas mulher que... que às vezes mente, né. Inventa muito, que eu já vi, umas... que mentia só para ganhar dinheiro do marido. Eu já vi, eu acho isso daí um absurdo, eu acho! Isso daí é violência. Violência é se estuprasse ela, isso daí é violência, quando estupra uma pessoa, quando é negócio de briga em casa. Porque não adianta, tem mulher que dá parte e depois tá com marido, não adianta nada. Eu acho, que isso daí não adianta (F 4).

Entretanto, no que concerne aos fatores que levam à manutenção do relacionamento, a genitora parece não compreender. Tal visão parece estar ligada ao fato de que a própria, quando observou que o relacionamento não lhe fazia bem, tomou uma atitude para resolver a situação de vez, ainda que tenha demorado 10 anos para que isso ocorresse. Assim, a F4 não entende as motivações para a manutenção do relacionamento abusivo, mesmo após a realização da denúncia, conforme destaca: “Mas porque a mulher gosta. Se ela não dá um basta, um basta ela não vai ser agredida sobre isso. Se ela falasse ‘não quero mais’, pronto acabou” (F 4).

P: A senhora conhece alguém que passa por isso?

F 4: Eu conheço muita gente que mente. Duas mulher que mente, fala que homem bate, mas não bate nada, elas que são uma praga mesmo. [...] Por isso que muitas mulher tá levando no banho maria, que acontece as coisa só para as mulheres, os homens mesmo... tem homem aí que é agredido por mulher e o homem não dá parte, né.

Já o adolescente parece entender sofrer violência, embora não pareça saber nomear e significar esse sofrimento. Sua genitora também parece não perceber a relação entre suas atitudes e o sofrimento do filho.

P: A senhora já chegou de brigar de ter que bater nele?

F 4: Já, porque ele responde pra mim. É um nome mais feio que o outro. Só que agora deu uma maneradinha. Depois que o... [Chama o marido para atender ao telefone].

P: [voltando-se ao adolescente] Quantas vezes já rolou essa briga da sua mãe bater em você?

AD 4: Puta! Foi por causa de... de maconha mesmo que ela as vezes, ela vê que eu vou aí, aí eu fumo, aí eu chego de... com fome, aí ela xinga.

P: Aí tem briga quando você chega assim?

AD 4: Aham, ela xinga eu, aí eu saio de casa, aí eu vô pra lá com os gurizada ali jogar bola.

Assim como a genitora, a percepção que o adolescente tem acerca da violência é somente enquanto importunação e agressões físicas, não percebendo as violências psicológicas existentes no relacionamento familiar, o que demonstra a atuação da educação informal da família caracterizada pela transmissão de valores intergerações.

P: E o que você entende sobre a questão da violência?

AD 4: Ah... violência? É se uma pessoa tiver quieta, na casa dela e outra vai mexer com ela. Aí outra vai lá, bate na outra, isso daí é violência. Agora se a outra não provocar... num tem nenhuma violência.

P: E onde você acha que acontece esse tipo de coisa?

AD 4: Ah tudinho o bairro... você onde você anda, você acha que não vai ter uma violência?

P: E você acha que acontece dentro de casa?

AD 4: Acontece... várias vezes acontece em casa, em bairro, em rua. Fora de casa...

P: Você acha que já passou por violência psicológica?

AD 4: Puta, isso daí eu não sei!

P: Nem em casa, nem na escola, nem com os amigos do bairro?

AD 4: [estala os lábios em sinal negativo].

A genitora relata, ainda, que o AD 4 vivenciou situação de racismo com uma das vizinhas, resultando em uma falta de reação por parte de todos os membros da família, principalmente da F 4, que se denomina “encrenqueira”.

Só a mulher láááá da oficina que uma vez chamou ele de macaco, deu um tapa na cabeça dele porque ele brigou com a filha dela. Aí o AD 4 foi e começou a xingar ela, ela foi lá dar parte. Foi lá dar parte e... mentiu, né. As coisa né..., só que eu fui burra, eu que devia ter dado parte primeiro... mas ela que deu parte. É que eu não gosto de estar indo em polícia, né. Aííí, ela que foi lá e deu parte dele. Só que aí ele contou tudinho que o marido dela pôs arma nele, tudinho... Falou que ela xingou ele de macaco... é racismo, né? Eu que não quis ir adiante. Larga mão [inaudível] toda hora... mas não mexeu mais com ele (F 4).

A ausência de reação da mãe “encrenqueira” demonstra claramente que a violência racial, por ser uma violência que de certa forma ataca a identidade do ser humano, marca tão fortemente, que tira qualquer ação, levantando ainda o questionamento de outra violência que usualmente é falada: a violência policial, posto que a F 4 afirmou não gostar de polícia. Ressalta-se ainda que o histórico de vida da família, principalmente no que concerne os filhos da referida senhora, tem envolvido a polícia e sua atuação ostensiva racial, conforme aponta Rodrigues (2015), sendo possível observar tal atuação na fala da mesma, ao relatar sobre o período em que o adolescente ficou detido na Delegacia para as devidas providências acerca do roubo: “Ele era menor. Apanhou na civil. Apanhou... Ele apanhou lá, tomou umas porradas lá na civil” (F 4).

Observa-se, neste caso, que há uma constante vivência de diversos tipos de violências tanto dentro do âmbito familiar como fora, levando a compreensão de que as violências

acabam por fazer parte da constituição dos indivíduos, que tem de aprender a conviver com tais situação, naturalizando as nuances agressivas, compreendendo apenas os extremos enquanto violência, de fato.

4.5.5 Caso 5

A adolescente do referido caso relatou ter crescido em um ambiente permeado de violência entre todos os membros da família, conforme descreve no diálogo abaixo:

AD 5: É. Muita briga. Eles bebiam, coisa, aí... sabe? Queria aproveitar, fazer graça com a gente, entendeu? Brigar, querer discutir, entendeu?

P: Como assim, que tipo de graça?

AD 5: Querer bater boca, bater na gente, entendeu?

P: Você já chegou de sofrer violência física?

AD 5: É. Ele já chegou de bater na minha irmã... bater na mais velha [inaudível]. Ele batia direto nela.

P: E na sua avó ele batia também?

AD 5: Ele maltratava minha vó direto... Tudo!

P: Seu tio e seu pai?

AD 5: É. Os dois. Bebiam e faziam graça. Maltratavam ela. Ela já era de idade, já né? Ela procurou os direitos dela né, não deu em nada porque... falou que eles eram filho, então, que ela tinha que ter voz pra falar, não sei o quê. Ela já foi lá dar parte, essas coisa, né. Mas toda vez é, ia papel pra eles, negócio de intimação, eles nem ligava. Continuava na mesma! Eles não liga, eles...

Em relação à percepção da adolescente acerca do contexto, a mesma parece compreender que o tio é o principal responsável pelos conflitos dentro do ambiente doméstico:

Ele sempre foi, tipo... aquele, aquela pessoa que apronta, mas ele nunca é o errado, só os outros, entendeu? Tipo, mas os outros não fazia nada pra ele, e ele já, já queria fazer as coisas, já queria pegar a faca, queria fazer isso... ele podia falar de tudo, mas você podia ficar quieta, entendeu? Escutando tudo (AD 5).

Relatou discussões e agressões do tio com sua irmã mais velha que faleceu: “[...] aí brigava os dois, aí ficava eu e minha vó. Porque ninguém ligava... ou se estava saindo, estava não sei onde, eles bebiam... aí eu e minha vó que aguentava as cosia lá em casa.” Também havia as discussões do tio com seu pai:

Ele já brigou com papai também. Brigava os dois direto. Saía no tapa, coisa e... pegaram faca um pro outro. Meu pai..., ele [tio] já esfaqueou meu pai três vezes já. Tentativa de homicídio ele já fez. Só que meu pai nunca registrou queixa, nada essas coisa, entendeu? [...] Meu pai tem um monte de cicatriz, fora uma paulada que ele deu na cabeça do meu pai, meu pai quase faleceu. Aí... só que não toma jeito nenhum dos dois (AD 5).

No que se refere ao seu relacionamento conflituoso com a irmã, que fora vítima da violência existente entre ambas, sendo então a irmã assassinada pela AD 5, a adolescente relembra:

É... Vai fazer dois anos que minha irmã faleceu. Porque nós brigava muito, entendeu? Eu e ela num tinha muita convivência. Eu e ela, nós brigava muito. E ela usava... drogas, essas coisa né? Bebia. Fazia graça com a minha vó, essas coisa [...] Queria bater na minha vó e eu sempre... pela minha vó, entendeu? Aí coisa, ela... uma vez ela quase me matou, com um gancho, uma vez [riso nervoso e desconfortável] aí minha vó tomou da mão dela, minha vó de idade já. Aí minha vó entrou na briga da gente, só que eu não fazia nada com ela por causa da minha vó (AD 5).

Os detalhes de como se deu o homicídio não foram revelados pela adolescente, que pareceu bastante desconfortável ao falar sobre o assunto. Afirmou apenas estar arrependida de tê-lo feito e agora percebe que poderiam ter havido alternativas para a resolução do conflito que se apresentava. Em seus relatos é possível observar que houve diversas tentativas de resolutividade do conflito com acionamento da justiça, da Lei, porém sem qualquer efetividade, levando à passagem ao ato.

4.5.6 Breves Considerações Sobre os Casos

Diante dos casos acima relatados, é possível observar que todos compreendem a violência enquanto agressões físicas, com marcas reais e visíveis no corpo, com exceção das agressões utilizadas com fins de educação, conforme observado no caso 1, o que pode ser explicado pela diferença na educação familiar recebida pela F1, cujos limites eram impostos através deste meio de correção, conforme já elucidou Gonçalves e Damke (2007).

A violência psicológica praticada e/ou vivenciada é compreendida enquanto formas de estabelecimento de relações (des)funcionais com o outro, não sendo compreendida pelos sujeitos entrevistados como uma violência de fato. Porém, é possível observar as consequências de tais agressões, no comportamento dos adolescentes que passam a ficar mais tempo fora de casa para evitar ouvir os xingamentos, humilhações, ameaças e depreciações, conforme observado na maioria dos casos, além dos sentimentos descritos de tristeza e medo.

Cabe salientar que a prática de violência, especialmente a psicológica, pode causar sérios prejuízos emocionais a crianças e adolescentes, como sentimentos de insegurança, baixa autoestima, intenso sentimento de tristeza podendo levar ao desenvolvimento de sérios transtornos mentais como depressão e transtornos de ansiedade (WINNICOTT, 1965b; AZEVEDO; GUERRA, 1998; AMORIM, 2012; PATIAS, 2015), que poderão prejudicar,

além do prejuízo psicológico, o desenvolvimento de habilidades sociais necessárias à própria adolescência e principalmente à vida adulta, como empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

Também se observa que todas as genitoras e/ou responsáveis pelos adolescentes entrevistados foram vítimas diretas de violências perpetradas por companheiros anteriores ao nascimento dos adolescentes. Tais vivências também deixam marcas psicológicas e emocionais permanentes na mulher, conforme aponta Lopes (2012), as quais refletirão na forma pela qual se dedicarão os cuidados a sua prole. Saffioti (1999) relembra que a violência de gênero sofrida pela mulher usualmente é retransmitida aos filhos, frutos daquele relacionamento, da mesma forma em que se observa aqui mediante as violências psicológicas praticadas.

Outra questão que se destaca é a vivência de violência policial e racial, relatadas pela genitora do adolescente do Caso 4 que, conforme apontado por Rodrigues (2015), usualmente gera medo e revolta nos adolescentes que sofrem com o arbitrário uso da força coercitiva de policiais, que agem sob a tutela do Estado, gerando nos jovens das camadas mais pobres sentimentos de maior insegurança e trazendo prejuízos psicológicos e emocionais, alterando seus projetos de vida e formas de encarar o mundo.

Somente no Caso 5 é que a violência psicológica estava tão nítida para a adolescente quanto a violência física, especialmente porque ambos os tipos de violência atingiam o único ponto de amor e ancoragem da mesma, a saber, sua avó, quem barrava seus impulsos de agir de maneira tão agressiva quanto os familiares até o momento em que a barreira não se mostrou forte o suficiente, fazendo transbordar todo sentimento de raiva, tristeza, frustração, etc. que estavam ali represados.

A esse respeito, Birman (2012, p. 96) afirma que “[...] em face do excesso que invade e se alastra sem limites, o psíquico procura dele se livrar pela ação para não correr o risco de ficar paralisado pela disseminação da angústia do real”, ou seja, ao não suportar mais conter todos esses sentimentos desenvolvidos ao longo de sua vida, a adolescente colocou em ação todas as fantasias agressivas direcionadas para a resolução do conflito que lhe trazia angústia. É por isso que usualmente os homicidas que agiram por impulso, como é o caso da adolescente em questão, relatam ter sofrido um apagão, não se lembrando de nada, voltando a si somente quando saciada a fantasia, momento em que a vítima já está em óbito.

O referido caso ainda nos traz uma configuração de violência bastante exacerbada e, ao mesmo tempo em que chama atenção, também há pontos que ficam despercebidos, como a violência existente entre irmãos: tio e o pai, e a adolescente e sua irmã. A esse respeito, Relva

et al. (2012) apontam que este é um tema que tem sido negligenciado e, muitas vezes, até tolerado no que concerne a pequenas agressões, conflitos e rivalidades. Entretanto, sua pesquisa bibliográfica identificou alguns fatores de risco para a ocorrência de tais situações, como a diferença de idade entre os irmãos; a rivalidade e sentimento de ter perdido, o lugar de atenção; a forma de tratamento dos pais, diferenciando cada um dos filhos; ter presenciado violência entre os genitores; conflito conjugal; ausência de supervisão e controle do comportamento, etc.

A questão de gênero, no entanto, não se apresentam resultados muito consistentes, posto que crianças de todas as idades e ambos os sexos se envolvem em situações de violência contra seus irmãos e irmãs, existindo, porém algumas diferenças para quem a violência é direcionada (RELVA et al., 2012). Em nossa sociedade perpetra a ideia de que os homens são fisicamente mais agressivos e as mulheres praticam mais a violência verbal ou psicológica, mas tal fato pode ser explicado em decorrência da diferença de expectativas inerente à representação social sobre cada gênero, feminino e masculino, predominante em determinados contextos históricos e sociais (FARIA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2016).

4.6 Expectativas para o Futuro

4.6.1 Caso 1

Em relação à expectativa para o futuro, é possível observar que há, no adolescente do Caso 1, um desejo de satisfazer aos desejos da tia/mãe, que afirma ter desejado ver a filha “fardada”, fato que não se realizou. Diante disso, o mesmo afirma ter interesse em entrar para o quadro de marinheiros da Marinha do Brasil, sendo constantemente estimulado por sua responsável.

Entretanto, ao relatar sobre sua expectativa para o futuro, o adolescente afirma que imagina “Uma vida normal... eu com serviço bom, terminando o estudo, mas... eu com... quem sabe se eu querer ter mulher, querer ter filho... Aí... e quando eu crescer e parar de usar né, de boa” (AD 1). Não se observa, portanto, um planejamento objetivo, apenas um desejo manifesto acerca do seu futuro, que corresponde a construir uma família e ter meios para a sobrevivência.

4.6.2 Caso 2

No caso a seguir também se observa o desejo do adolescente de ofertar à genitora uma vida com melhores condições materiais, como relatou F2 ao afirmar que o adolescente teria lhe manifestado o desejo de lhe presentear com um carro. A própria genitora também manifestou vontade de melhorar suas condições de vida, tendo o desejo de ter sua casa própria.

Para tanto, a perspectiva de um futuro melhor para o adolescente está depositada no trabalho militar, conforme relatou: “Estou querendo terminar meu estudo e entrar pra Marinha ou na Aeronáutica. Aí eu num sei, né! Seguir a vida!” (AD 2).

Sendo o alistamento militar obrigatório para os homens no Brasil, observa-se que é uma situação encarada como uma possível solução que se apresenta para uma mudança no comportamento transgressor, visto que prega a disciplina e a legalidade nas ações dentro e fora da instituição.

4.6.3 Caso 3

Já no caso a seguir a genitora (F 3) demonstrou acreditar que a adolescente deveria permanecer um tempo longe de si e da família, em um internato onde pudesse receber as orientações, limites e demais cuidados que não conseguiu fornecer à jovem, pois afirmou que se a AD 3 permanecer, a situação poderá se manter ou piorar: “Eu acho, longe de mim! Aqui onde ela foge, perto de mim ela não... [não conseguiu dar continuidade à frase]” (F 3). Tal relato pode ser compreendido se nos reportarmos ao que fora discutido anteriormente acerca do quadro de saúde frágil, desenvolvido em decorrência de todas as situações vivenciadas com a filha, com o sentimento da retirada do poder e autoridade sobre esta, além das diversas e intensas violências vivenciadas.

Já a adolescente demonstrou ainda certa dúvida quanto ao seu futuro, embora tenha relatado que o estudo é um foco importante, como se observa em sua afirmação: “Ah, eu queria ser... eu queria... fazer curso de enfermagem! Mas eu penso, é muito trabalho! Mas não sei né... falta muito ainda!” (AD 3).

4.6.4 Caso 4

No referido Caso, observa-se que a genitora do adolescente em questão não apresentava qualquer projeção sobre o futuro do menor, apenas relatando desejar “algo bom”. Já em relação ao adolescente, observou-se que ele demonstrou compreender que é através do estudo que poderia construir um futuro melhor. Seus desejos relacionados ao futuro e identidade profissional ainda são diversos, variando entre a profissão de eletricista e jogador de futebol. Entretanto, ainda não consegue desenvolver um planejamento além da conclusão do ensino escolar, quando questionado sobre suas perspectivas de longo prazo: “Não sei, nem imagino... Ano que vem eu vou estudar [...] Tem que estudar que eu estou atrasado” (AD 4).

Percebe-se, portanto, que suas perspectivas estão dentro da realidade que lhe é apresentada (eletricista) por meio das observações e conversas com a vizinhança, caracterizando-se como o sonho de alcançar algo maior, embora mais difícil.

4.6.5 Caso 5

Já no último Caso, o que se observa é a preocupação imediata em manter o sustento próprio e do filho que está por vir: “Pretendo voltar a estudar. Se a gente conseguir um servicinho o mais rápido possível é melhor, né? Qualquer servicinho tá bom!” (AD 5).

A adolescente ainda consegue desenvolver uma perspectiva de futuro a longo prazo, em relação ao afastamento do contexto em que encontrava-se inserida: “Ah, daqui há cinco anos, já não queria nem estar com ele mais. Queria estar tocando minha vida e estar trabalhando, cuidando do meu filho ou minha filha... e só!” Ainda em relação aos estudos e admissão em algum trabalho, afirma: “É, melhor... o mais rápido também, é melhor! Agora o resto, nenhum... ele [referindo-se ao pai] já não liga pra nós, então não pode nem contar com ele” (AD 5).

Aqui se observa que a principal motivação para o planejamento de qualquer mudança para seu futuro é o contexto de constantes violências vivenciadas ao longo de sua vida, cabendo pensar sobre o futuro da criança que também está por vir, de como serão as vivências predominantes e formas de sobrevivência que prevalecerão entre mãe e bebê, tendo em vista o contexto de violência que predomina na família da adolescente.

4.6.6 Breves Considerações Sobre os Casos

A adolescência, como já discutido em tópicos anteriores, é uma fase de busca pela autonomia, independência e identidade próprias, realizadas através de diversos rituais de passagem como forma de tentar entrar no mundo adulto, ou, pelo menos, o mais próximo dele. De acordo com Oliveira et. al (2003), pequenos rituais são realizados em diferentes setores, como na vida psicológica, familiar e comunitária, e ocorrem de maneira diferente para cada adolescente, conforme o grupo social e a individualidade do mesmo. Os autores ainda afirmam que o modo particular de escolha profissional de cada adolescente expressa a avaliação acerca do passado e presente, criando suas próprias projeções de futuro.

O contexto sociocultural e institucional media a relação do jovem com o mundo. Em especial, a família pode exercer grande impacto em sua inclinação profissional, guiando suas escolhas na direção daquilo que converge para as crenças e valores familiares (OLIVEIRA; PINTO; SOUZA, 2003, p. 17).

Observamos ainda que os familiares que foram entrevistados também apresentam uma perspectiva de futuro dentro da realidade apresentada, sem muita intenção de concluir a escolaridade e/ou buscar outras profissões. Salienta-se ainda que os casos apresentam uma defasagem idade-série, com a maioria dos adolescentes e genitores com ensino fundamental incompleto, considerado insuficientemente qualificado pelo mercado de trabalho, considerando-se as altas exigências de qualificação e de experiência, conforme bem aponta os supracitados autores

O que lhe resta é o trabalho temporário, sub-remunerado e não regulamentado, ou o envolvimento em modalidades de trabalho informal ou ilegal, qualquer um dos quais o mantêm à margem do sistema social, sem garantia de direitos como trabalhador. (OLIVEIRA; PINTO; SOUZA, 2003, p. 18).

Também se apresentou no relato do adolescente do Caso 4, a influência da mídia no processo de identificação pessoal e profissional, por meio do que se é mostrado acerca da vida luxuosa dos grandes jogadores de futebol, sugerindo ser possível garantir, sem muito esforço, o sucesso profissional, financeiro e social almejados.

Já no Caso 5, diferentemente do que se observou na maioria dos casos, a mola propulsora do planejamento de vida da adolescente é afastar-se do contexto angustiante em que vivia até o momento da realização da entrevista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no aporte teórico sociológico e psicanalítico acerca dos fenômenos estudados, bem como nos dados da pesquisa de campo, ficou evidente que as relações familiares são importantes no processo de construção da identidade e subjetividade do indivíduo, devido à transmissão de valores e hábitos. Também foi possível compreender como tais questões são transmitidas e quais os estilos parentais usualmente são utilizados pelos familiares. Dessa forma, ressalta-se sobre a importância de compreender como se desenvolveram os laços sociais e afetivos estabelecidos entre os seus membros e qual a qualidade destes enquanto fator de proteção ou de risco para emissão de comportamentos antissociais pelos adolescentes e/ou desenvolvimento de algum tipo de prejuízo psíquico.

Compreende-se que a adolescência é um período delicado pelo qual o jovem atravessa com todas as dúvidas e angústias pertinentes ao processo de adolescimento (o luto pelo corpo infantil, a descoberta de novas possibilidades, o teste dos limites sociais e reais do próprio corpo, etc.), que também afeta toda a família, que tem de aprender a lidar com esse novo ser que está se desenvolvendo, conforme Aberastury e Knobel (1981) bem salientam.

O fenômeno das drogas, também compreendido do ponto de vista psicanalítico, nesta fase da vida agiria inicialmente no teste dos limites do corpo, transitando entre o Eros e Thanatos pontuado por Freud (1920), posto que vai ao extremo do prazer, levando à proximidade do encontro com o real, a finitude da morte. Entretanto, quando laços afetivos importantes para o desenvolvimento saudável de um indivíduo são estabelecidos de maneira muito frágil, as drogas podem entrar como um objeto tampão para a angústia desse objeto perdido, podendo levar à compulsão ao uso. Tais questões ficaram evidentes na análise das categorias apresentadas.

Na primeira categoria *Perfil dos participantes*, observamos que todos os casos apresentam-se em situação de vulnerabilidade social, sendo amparados pelas políticas de assistência social do município. Outrossim, independente da localidade geográfica que estejam dentro da região, observou-se a ausência de opções de lazer destinada a esse público, facilitando a procura da droga enquanto forma de diversão, posto que o acesso é fácil, conforme relatado pelos adolescentes. Ainda se observa que na maior parte das famílias não há a presença do pai biológico, embora haja um representante masculino que é responsável em algum grau pelo provimento da casa, visto que as mulheres, na maioria dos casos apresentados, não pode trabalhar por questões de saúde ou necessidade de cuidar dos filhos mais novos.

Na segunda categoria que avaliou as *Relações familiares* estabelecidas entre os participantes da pesquisa, foi possível observar o processo natural de ruptura do adolescente com os valores e regras até então vigentes, na busca de sua identidade. Também se observou, especialmente nos Casos 2 e 3, que perderam o pai assassinado aos 6 anos, que a qualidade da relação que estabeleceram com a genitora se deu de maneira mais codependente, encontrando nas drogas uma via de acesso a suas mães, ao objeto perdido postulado por Freud (1920).

Na categoria seguinte acerca dos *Estilos parentais e educação informal*, observou-se que a educação informal ocorre naturalmente, evidenciando as rupturas e choques com o próprio adolescente em busca de sua individualidade e identidade. O estilo parental indulgente é mais predominante, com poucas exigências, sem cobrança de responsabilidade, supervisão dos comportamentos e sem regras e limites explicitamente estabelecidos, porém com bom apoio emocional e afetivo, fato que se evidencia principalmente no Caso 5, em que a presença de violência é constante. No referido Caso, o vínculo que a adolescente estabeleceu com a avó, que exerceu a função materna satisfatoriamente ao longo de seu crescimento, garantiu à adolescente bom desenvolvimento do nível de resiliência que a auxilia a suportar as adversidades vivenciadas.

Em seguida avalia-se a questão das *Drogas e fatores de risco*, sendo possível observar que todos os casos apresentaram pelo menos três fatores de risco para o consumo de drogas, conforme Simkin (2002). Na primeira categoria referente ao perfil dos participantes da pesquisa, observou-se a presença do fator de risco cultural e social com disponibilidade e fácil acesso a drogas, residência em favela, e certo grau de privação econômica, além do grande número de pessoas residindo no mesmo local, privando a privacidade e individualidade do adolescente.

O segundo fator de risco é o interpessoal, que pode ser observado na segunda categoria *relações familiares* que se mostraram bastante conflituosas, bem como a existência de familiares com conduta de álcool e/ou drogas, inconsistente manejo familiar e associação com amigos usuários. Ainda é possível observar os fatores de risco psicossociais em todos os Casos e o fator biogenético que ficou evidente no quarto Caso apresentado.

Na categoria seguinte, referente às *Violências vivenciadas*, evidenciou-se a predominância da violência psicológica dentro da dinâmica familiar dos casos apresentados. Somente o Caso 5 é que a violência física também predomina tanto quanto ou mais que a violência psicológica.

A violência psicológica é considerada uma forma de violência mais sutil e difícil de ser percebida. Como se evidenciou na pesquisa, os adolescentes conseguem perceber o

sentimento de tristeza e medo que tais violências ocasionam, mas não sabem nomeá-la, não percebendo, portanto, a vivência dessa violência. Já os responsáveis pelos adolescentes que apresentam um histórico de vida marcado essencialmente pela violência física, praticada em sua forma mais exacerbada (queimaduras e agressões que deixam incapacitadas temporariamente), também não percebem praticar a violência psicológica contra seus filhos, embora relatem perceber os indícios que ocasiona no comportamento do adolescente, sem conseguir estabelecer a relação entre o comportamento e sua possível causa, atribuindo a responsabilidade exclusivamente no adolescente quando afirma que é “sem vergonhice” ou exclusivamente nas relações de amizades estabelecidas.

Por fim, avaliou-se as *Expectativas de futuro* para os adolescentes, ficando evidente que as perspectivas apresentadas giram em torno da realidade que lhes é apresentada, sendo que a maioria dos adolescentes do sexo masculino (Casos 1 e 2) apontaram a entrada nas forças armadas como possibilidade de melhorar as condições de vida. As adolescentes do sexo feminino (Casos 3 e 5) demonstraram pouca preocupação acerca de buscar uma profissão específica, sendo que a adolescente do Caso 3 ainda parecia não saber muito o que almeja para seu futuro, e a adolescente do Caso 5 apenas deseja afastar-se da situação conflituosa que ainda vivencia.

Embora as análises tenham se dado em categorias separadas, fica evidente a inter-relação entre todas elas, visto que a educação informal transmitida pelas famílias apresentadas se mostra muito mais indulgente, ou seja, com muita responsividade e baixa exigência, levando os adolescentes a estabelecerem, eles próprios, o limite para seus comportamentos, que parece estar se dando através da droga, corroborando com a pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, conforme Santos e Pratta (2006), que aponta que os adolescentes que fazem uso de substâncias entorpecentes usualmente possuem lares onde não há espaço para expressão de seus sentimentos e pouco interesse em comum com os membros da família.

Em relação à questão da violência doméstica, observou-se que tais vivências influenciaram as genitoras e responsáveis pelos adolescentes a não utilizarem a violência física com seus filhos. Entretanto, todos os casos apresentados parecem não ter conhecimento acerca das diversas formas de violência existentes e suas consequências no desenvolvimento do sujeito, não compreendendo exercer a violência psicológica que ficou evidente nos discursos das mesmas, levando a uma dificuldade em estabelecimento de confiança, segurança e autoestima nos adolescentes. Isso possivelmente ocorre em detrimento de uma falha de comunicação no diálogo estabelecido entre os membros da família.

Evidenciou-se, também, que a vivência de tais violências dentro do ambiente familiar, leva os adolescentes a permanecer mais tempo fora de casa, principalmente em companhia dos amigos usuários, levando ao consumo das drogas para acalmar e “passar o nervoso”. Entretanto, ao serem questionados se já vivenciaram qualquer violência psicológica, negam a vivência demonstrando não compreendê-la enquanto tal.

Diante do exposto é possível presumir que, conforme apontam os estudos e teorias apresentados nesta pesquisa, o estilo parental e as violências vivenciadas dentro da dinâmica familiar podem ter influenciado no início do consumo de drogas por parte do adolescente, ainda que os mesmos e suas genitoras/responsáveis não percebam essa relação.

Por fim, este estudo buscou elucidar um pouco mais, sem pretender esgotar, a relação entre os estilos parentais e formas de educação familiar transmitidas por famílias que vivenciam violência doméstica como forma de relacionar-se, e o início do consumo de drogas por adolescentes que estão inseridos neste contexto, focando na forma de entendimento e significação que estes dão à situação vivenciada.

Nesse sentido, fica evidente a importância da intensificação de políticas públicas voltadas aos adolescentes, garantindo-lhes oportunidades de espaço para expressão de seus sentimentos e angústias e ressignificação de suas vivências conflituosas, garantindo o acolhimento e suporte para que o mesmo possa desenvolver as habilidades sociais necessárias para o convívio em sociedade e com seus pares e familiares, de forma a garantir mais fatores de proteção a qualquer tipo de desenvolvimento e relações que não sejam saudáveis.

Também ressalta-se sobre a importância de orientação e acolhimento dessas famílias que sofrem com a situação apresentada e ainda lidam com os instrumentos emocionais e psicológicos de que dispõem, com o adolescente rotulado como “problemático” que, na verdade, é apenas a ponta do *iceberg* da disfuncionalidade de todo o sistema familiar.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A., & KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artmed. 1981.

ABREU, A. A Perícia Psicológica e os Impasses dos Novos Laços Familiares. **Anais do III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica**. 1999. p. 6-8.

ALEXANDER, B. K. **Addiction: the view from rat park**. 2010. Disponível em: <<http://www.brucealexander.com/articles-speeches/rat-park/148-addiction-the-view-from-rat-park>> Acesso em: mar. 2017.

AMORETTI, R. Bases para a leitura da violência. In.: AMORETTI R. (Org.). **Psicanálise e violência**. Petrópolis: Vozes, 1993.

AMORIM, S. M. F. **Reflexões sobre o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

AMORIM, S. M. F. Violência contra crianças e adolescentes e o papel da escola. In: FILHA, C. X. (org). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. p. 167-188

ANDRADE, T. M. de. Drogas e adolescência. **Cogito**, Salvador, v. 1, p. 73-77, 1996. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94791996000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 set. 2017

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica contra criança e adolescentes: um cenário em (des) construção**. 2005. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child Development**, v. 37, 1966, p. 887-907.

BAUMRIND, D. Current Patterns of Parental Authority. **Developmental Psychology Monograph**. Vol. 4 (1), part 2. Jan-1971.

BELMONT, S. A. Introdução. In: ROSA, J. T; MOTTA, I. F. da (Org). **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes: na perspectiva winnicottiana** Aparecida – SP: Idéias e Letras; São Paulo: FAPESP, 2008. p. 05-16.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 85, 2011, p. 67-75.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida**. Barcelona (ESP): Bellaterra, 2005

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BORGES, T. P. Função materna, educação e ato educativo. **Revista Inter Ação**, v. 34, n. 02, Goiânia: UFG, 2009. p. 453-464.

BOWLBY, J. (1981). **Cuidados maternos e saúde mental**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. **Código Penal**. 1984. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 06 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 8069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.html>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 11340/06. **Lei Maria da Penha**. 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 13 mar. 16.

BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 abril de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço (Caderno de Atenção Básica, 8). Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Lei nº 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Resolução nº 109/09. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério Nacional de Desenvolvimento e Combate à Fome. Brasília, 2009.

BRASIL. **Portaria nº 3088/11**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial dispõe sobre a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde. Ministério da Saúde. Brasília, 2011.

BÜHLER, C. **Vida Psíquica do Adolescente**: análise experimental e teoria do psiquismo da puberdade. São Paulo: Mestre Jou, 1980.

CAHN, R. **O adolescente na psicanálise: a aventura da subjetivação**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAVALCANTI, S. V. S. F. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 901, 21 dez. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7753>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CECCONELO, A.M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S.H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**. v. 8, n. esp. Maringá, 2003, p. 45-54.

CERQUEIRA E COLS. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA & FBSP. Junho/2017.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Formas de violência**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em 12 dez. 2016.

COSTA, L. D. de A. A. **Famílias produzidas nos discursos psicológicos**: um diálogo com a produção científica. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2014.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância**: teoria e prática. Petrópolis: Vozes. 2005.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Inventário de habilidades sociais para adolescentes (IHSA-Del-Prete)**: manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2009.

DIAS, A. C. **Crack**: reflexões para abordar e enfrentar o problema. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DINIZ, N. M. F; SANTOS, M. de F. de S.; LOPES, R. L.. M. Representações sociais da família e violência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 6, nov./dez. 2007, p. 1184-1189.

ESTADÃO. **Dicionário vai alterar o conceito de família**. **Fantástico**, São Paulo SP, 24 abr. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dicionario-vai-alterar-o-conceito-de-familia,10000027735>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FARIA, Adriana Horta de; OLIVEIRA, Leonardo Alves de; GONÇALVES, Josiane Peres. (Re)pensando Gênero: Posições da sociedade frente a esse conceito. In.: GONÇALVES, Josiane Peres (Org.). **Tempo, Gênero & Prática Docente**: Refletindo o Trabalho de Professores Homens no Magistério. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2016, p. 169-185.

FERRARI, A. B. **Adolescência**: o segundo desafio. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1996.

FERREIRA, H.; PINTO, M.; SALVADOR, P.; BOTELHO, A.; CHAGAS, I. Fomentar o gosto pelas ciências naturais. Integração de actividades de aprendizagem formal, não formal e informal. In: M. T. Oliveira (Coord.) **Actas do X Encontro Nacional de Educação em Ciências – Educação formal e não formal**. Lisboa: DEFCUL, 2003, p. 388-398. Disponível

em:<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/index.html/FomentaroGostopelasCiencias.pdf>
Acesso em 04 jul. 2017.

FIORIN, P. C.; PATIAS, N. D.; DIAS, A. C. G. Reflexões sobre a mulher contemporânea e a educação dos filhos. **In: Revista Sociais e Humanas** [online], v.24, n. 2, jul/dez 2011, p. 121-132.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. (Joice Elias Costa, Trad.). 3ª edição – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREUD, S. (1899). **A Interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago ed., 2001.

FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu e outros trabalhos**. Edição *Standard* Brasileira. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago ed., 1996

FREUD, S. (1920). **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Edição *Standard* Brasileira. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago ed., 1996

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: **Interações e características do espaço fronteiriço**. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/13.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GARCIA-MORENO, C.; JANSEN, H.A.F.M.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C. WHO. **Multi-country study on women's health and domestic violence against women: Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses**. Geneva: World Health Organization, 2005.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOMES, C. H. R. **Violência doméstica contra a mulher em região de fronteira Brasil/Bolívia na cidade de Corumbá/MS: aspecto jurídico, cultural e social**. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá/MS. 2011.

GOMES, K. R. O.; TANAKA, A. C. Morbidade referida e uso dos serviços de saúde por Mulheres trabalhadoras, Município de São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, v. 37, nº 1, São Paulo, 2003, p.75-82.

GOMIDE, P. I. C. Efeito das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento antissocial. In.: MARINHO, V. E. CABALLO (Orgs). **Psicologia Clínica e da Saúde**. Londrina (Brasil); Granada (Espanha): UEL. 2001.

GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento antissocial. **In.: Del Prette & Del Prette (Orgs). Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas: Alínea, 2003.

GOMIDE, P. I. C; SALVO, C. G; PINHEIRO, D. P. N; SABBAG, G. M. Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. **Psico-USF**. v. 10, n 2, jul/dez 2005, p. 169-178 .

GONÇALVES, J. P.. Ciclo Vital: Início, Desenvolvimento e Fim da Vida Humana, Possíveis Contribuições Para Educadores. **Contexto & Educação**. Ijuí, RS, v. 31, n. 98, jan./abr., 2016, p. 79-110.

GONÇALVES, J. P.; DAMKE, A. S. Pais e Adolescentes: Análise de uma relação cultural. **In: VII Congresso Nacional de Educação EDUCERE: Saberes Docentes, Edição Internacional; V Encontro Nacional de Atendimento ao Escolar Hospitalar**, Curitiba - PR: Champagnat, 2007. p. 3385-3396.

G1.COM. Dicionário Houaiss dá uma nova definição para o verbete 'família. **Fantástico**, São Paulo SP, 08 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/dicionario-houaiss-da-uma-nova-definicao-para-o-verbete-familia/5010034/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

HAGGERTY, R. J., SHERROD, L. R., GAMEZY, N. & RUTTER, M. **Stress, risk and resilience in children and adolescents: process, mechanisms and interventions**. New York: Cambridge University Press. 2000.

HARDAWAY, C.; MCLOYD, V & WOOD, D. Exposure to violence and socioemotional adjustment in low-income youth: An examination of protective factor. **American Journal Community Psychology**, v. 49, 2012, p. 112-126.

HILDEBRAND, N.A; CELERI, E.H.R.V; MORCILLO, A.M; ZANOLLI, M.L. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre RS, vol. 28, n. 2, 2015, p. 213-221.

HIRONAKA, G. M. F. N. Casamento e regime de bens. **Jus Navigandi**, Teresina, ano. 7, n. 65, mai. 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4095/casamento-e-regime-de-bens>>. Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Populacional 2010**. Acesso em: 28 jun. 2017.

JUNIOR, J. R.; CAVALSAN, J. P.; DEMARQUE, R.; LOBO, H. R.; CANTILINO, A.; ROCHA, R.; RIBEIRO, J. de A. M.; VALADARES, G.; SILVA, A. G. A influência do estresse na gestação. **Revista debates em psiquiatria**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Psiquiatria, ano 3, nº 3. Mai/Jun 2013, p. 6-11.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira**: São Paulo: Cortez, 1994.

KESSLER, F. et al. Psicodinâmica do adolescente envolvido com drogas. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre , v. 25, supl. 1, p. 33-41, Abril. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400005>. Acesso em: 18 ago. 2016.

KOHUT, H. Thoughts on Narcissism and Narcissistic Rage. **Psychoanalytic Study of the Child**, Nova York, v. 27, 1972, p. 360-400.

KOHUT, H. Self Deficits and Addiction. **Psychodynamics of Drug Dependence**. Bethesda/Estados Unidos: NIDA, 1977.

LACAN, J. (1938). **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LACAN, J. (1955/56). **O Seminário, livro 3: as psicoses**. 2ª ed revista. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

LACAN, J. (1956/57). **O Seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Zahar. 1995.

LACAN, J. (1950/1966). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In.: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LIDDLE, H. A, ROWE, C., DAKOF, G., LYKE, J. Translating parenting research into clinical interventions for families of adolescents. **Clinical Child Psychology and Psychiatry**, v. 3, 1998, p. 419-443.

LOPES, Z.A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. 241 f. Tese (Doutorado em Ciências. Área: Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Ribeirão Preto. 2009.

MACCOBY, E; MARTIN, J. Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: HETHERINGTON, E.M; MUSSEN, PH. **Handbook of child psychology. Vol 4. Socialization, personality and social development**. 4 ed, New York, Wiley. 1983.

MACHADO, D. A.; VESTENA, R. F. Diferentes configurações Familiares na escola: uma reflexão para seu acolhimento. **Itinerarius Reflectionis**, v, 13, n. 2, 2017, p. 1-18.

MINAYO, M.C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: Sousa ER (org.). **Curso impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007. p. 24-35.

MONDINI, C. **Resiliência no Contexto Socioeducativo: mediadores de risco e de proteção**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá. 2011

MONTEIRO, M. da C. N; CABRAL, M. A. A; JODELET, D. As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1999, p. 161-170.

MOTTA, I. F; ROSA, J. T. Violência no relacionamento pais e filhos. In: MOTTA; ROSA (org). **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winnicotiana**. Aparecida – SP: Idéias e Letras; São Paulo: FAPESP, 2008. p. 17-41.

MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In.: SILVEIRA, P. **Exercício de paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 143-150.

OBSERVE. **Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha.** Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal. Salvador: Observe, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/20110107-relatorio-final-2010.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ODÁLIA, N. **O que é violência.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, M. C. S. L; PINTO, R. G.; SOUZA, A. S. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 11, nº 1, 2003, p.16-27.

OLIVEIRA, T. C. M. de. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In.: COSTA, E. A. da; OLIVEIRA, M. A. M. de (Org). **Seminário de Estudos Fronteiriços.** Campo Grande. UFMS, 2008, p. 25-44.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** Genebra: OMS; 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher** (“Convenção de Belém do Pará”). Belém, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.html>> Acesso em 14 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Comunicação & Educação, Brasil, v. 1, n. 3, 2008. Disponível em <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/view/4250>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres.** Resolução nº 48/104 de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. (CEDAW).** Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/convention.htm>> Acesso em: 14 dez. 2016

PACHECO, J.T.B.; TEIXEIRA, M.A.P.; GOMES, W.B. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 15, 1999, 117-126.

PADILHA, A. M. L; SOARES, E. C. O fenômeno da violência doméstica contra crianças na ótica de professoras. **Revista de Educação do COGEIME**, ano 23, n. 45, jul./dez., 2014.

PAPALIA, D. E., OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: Artes Médicas. 2000.

PATIAS, N. D. **Exposição à violência na adolescência:** relações com bem-estar subjetivo e sintomas de depressão, ansiedade e estresse. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. UFRS. Porto Alegre. 2015.

PEREIRA, C. R. **Efeito Fronteira, Tráfico Internacional de Pessoas e Direitos Humanos: o caso de Bela Vista (Brasil) e Bella Vista Norte (Paraguai)**. 2012. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal, 2012.

PFEIFFER, L.; HIRSCHHEIMER, M. R. Combate à violência contra crianças e adolescentes: Negligência ou omissão do cuidar. **II Fórum Paulista do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 2007.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Perfil do município de Corumbá – MS**. 2013. Acesso em: 28 de jun. 2017.

RELVA, I. C.; FERNANDES, O. M.; ALARCÃO, M. Violência entre irmãos: uma realidade desconhecida. **Rev. Interam. Psicologia**. Vol. 46, nº 3, 2012, p. 375-384.

RODRIGUES, A. L; SARRIERA, J. C. Capacitação de gestores em programa de prevenção da violência comunitária. **In: Fractal Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, maio/ago., 2015, p. 145-151.

RODRIGUES, D. J. S. **Os sentidos e significados da violência policial para jovens pobres da cidade de Goiânia - Goiás**, 183f. Tese (Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Psicologia). Departamento de Psicologia. Pontífica Universidade Católica de Goiás, 2015.

RODRIGUES, L. S; CHALHUB, A. A. Contextos familiares: da vivência de filho à experiência de pai. **Revista Pensando Famílias**, v.18, n. 2, dez. 2014, p. 77-92.

RODRIGUES, P. C. G. **Estilos parentais e violência: os modos de tutela e a relação com o comportamento dos filhos na escola**. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Biociências da Unifesp. Rio Claro. 2014.

SÁ, A. A. Algumas questões polêmicas relativas à Psicologia da Violência. **In: Psicologia: Teoria e Prática**, v. 1, n. 2, 1999, p. 53-63.

SÁ, A. A. Privação e Delinquência. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v 8, n. 30, abr./jun., 2000 p. 127-142.

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração sexual de crianças. In.: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. de A. (orgs). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999, p. 82-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. A.; PRATTA, E. M. M. Adolescência e uso de drogas à luz da psicanálise: sofrimento e êxtase na passagem. **Revista Tempo Psicanalítico**, v. 44. n. 1, 2012, p. 167-182.

SANTOS, M. A.; PRATTA, E. M. M. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 11, n. 3, 2006, p. 315-322.

SANTOS, I. M. M.; SANTOS, R. S. *A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem*. **Revista Texto Contexto Enfermagem**, vol. 17 (Out-Dez), pp. 714-719. Florianópolis – SC. 2008.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, Rio de Janeiro, 2003 (a). p. 299-306.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e proteção para o uso de drogas na adolescência. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, Rio de Janeiro, 2003 (b). p. 707-717.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E.F.M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26 (2), abr-jun 2010, p. 227-234.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SEI, M. B; MOTTA, I. F. da. Saúde, desenvolvimento e psicoterapia psicanalítica: interfaces com a violência familiar. In.: ROSA, J. T; MOTTA, I. F. da (Orgs). **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes: na perspectiva winnicottiana**. São Paulo: FAPESP, 2008.

SILVA, L. E. L; OLIVEIRA, M. L. C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 25, n. 2, abr./jun. 2016, p. 331-342.

SILVA, K. L; DIAS, F. L. A; VIEIRA, N. F.C; PINHEIRO, P. N. C. Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência. **Esc Anna Nery**, v. 14, n. 3, jul./set. 2010, p. 605-610.

SILVA, A. P; BARROS, C. R; NOGUEIRA, M. L. M; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico: estudos em psicologia**, vol 1, nº 1, pp. 22-35. Belo Horizonte, 2007.

SIMKIN, D. R. Adolescent substance use disorders and comorbidity. **Pediatric Clinics of North America**, v. 49, 2002. p. 463-77.

SOUZA, C. de M; ADESSE, L. **Violência Sexual no Brasil: Perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOUZA, M. C. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e suas Implicações para o Direito Brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 5, 2009, p. 346-386.

SOUZA, L.; CORTEZ, M. B. A Delegacia da Mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, maio/jun. 2014, p. 621-639.

SOUZA, P. A.; DA ROS, M. A. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relaiconamento violento. **In: Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, nº 40, p. 509-527, Out. 2006.

SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Ministério da Integração nacional. **Municípios Faixas de Fronteira**. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/municipios-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 15 set.2017.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, maio/ago 2004.

TEIXEIRA, M. A. P.; OLIVEIRA, A. M.; WOTTRICH, S. H. Escalas de Práticas Parentais (EPP): avaliando dimensões de práticas parentais em relação a adolescentes. **Psicologia: reflexão e crítica** [online], v. 19, nº 3, p. 433-441, 2006

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação mundial da infância 2001: Adolescência, uma fase de oportunidades**. Fev 2011. 148 p.

VAILLANT, G. **The natural history of alcoholism**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Flacso Brasil Editora. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Flacso Brasil Editora. 2015.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WATARAI, F. **Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares**. 2010. 147 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2010.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. **Ciência e saúde coletiva**, v. 11(sup), 2007, p. 1147-1153.

WINNICOTT, D. W. (1950). A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D. W. (1965a) **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D. W. (1965b) **O ambiente e os processos de maturação**. São Paulo: Artmed, 1983

WINNICOTT, D. W. (1971) **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. (1979) **A criança e seu mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D. W. (1986) **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE I – Guia de Orientação Para as Entrevistas Com Adolescentes

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Violência Doméstica e Uso de Drogas na Adolescência, Segundo a Perspectiva de Quem Vivenciou Essa Realidade no Município de Corumbá

AUTORA: Márcia Adriana Brasil Aguilar

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ADOLESCENTES

1. Idade: _____
2. Sexo: () M () F () Outro _____
3. Orientação sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual
4. Está estudando? () Sim () Não
5. Está em que série estuda (ou em qual parou de estudar)?
6. Se não está mais estudando, o que te levou a sair da escola?
7. Como é/era sua relação com os colegas da sala? E com os educadores (professores, diretor(a), etc.)?
8. Tinha/tem alguma dificuldade da qual se envergonha(va)? (Matemática, leitura, etc.)?
9. Como resolve(ia) isso?
10. Recebe (recebia) ajuda em casa?
11. Quem te ajuda (ajudava) a fazer as atividades da escola?
12. Qual é (era) a reação da sua mãe quando tira (tirava) nota baixa? E a do seu pai?
13. Quem te cobra sobre responsabilidade em casa? Que tipo de responsabilidade?
14. O que você faz quando está em casa?
15. E quando não está em casa, o que costuma fazer?
16. Há quanto tempo você está aqui na INSTITUIÇÃO? Por quê?

17. O que você acha de estar aqui? Por quê?
18. Você faz ou já fez uso de algum tipo de droga? Qual ou quais droga(s)?
19. Quantas vezes?
() Uma vez na vida (só para experimentar)
() Uma vez a cada três meses
() Uma vez por mês
() Uma vez por semana
() Todos os dias
20. Qual foi o principal motivo que te fez começar a usar (ou experimentar)?
21. O que acontecia/acontece quando você usa(va) droga?
22. Quando foi a primeira vez que você viu alguém usando alguma droga (lícita e ilícita)?
23. O que pensou quando viu?
24. Percebeu alguma mudança no comportamento da pessoa?
25. O que você pensa sobre violência?
26. Você já presenciou ou sofreu algum tipo de agressão (física, verbal, sexual)? Onde?
27. Quem te agrediu?
28. Essa agressão ocorre com que frequência?
29. Você sabe explicar por que sofreu essa agressão?
30. O que você fez/faz imediatamente após sofrer essa agressão?
31. Qual o sentimento em relação a essa agressão sofrida?
32. E em relação à pessoa que te agride(iu)?
33. O que você imagina que pode ser feito para que essas agressões parem?
34. O que você gostaria de fazer?
35. Você acha que a droga te ajuda com essa situação? Como?
36. Como você imagina que estará sua vida daqui a 10 anos? E daqui a 5 anos?
37. Como imagina que alcançará isso? (Ou em caso de resposta negativa, “O que imagina para seu futuro?”)
38. Gostaria de comentar algo sobre os questionamentos que foram feitos?

APÊNDICE II – Guia de Orientação Para as Entrevistas Com Familiares

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Violência Doméstica e Uso de Drogas na Adolescência, Segundo a Perspectiva de Quem Vivenciou Essa Realidade no Município de Corumbá

AUTORA: Márcia Adriana Brasil Aguilar

ROTEIRO ENTREVISTA COM FAMILIARES

1. Idade: _____
2. Sexo: () M () F () Transgênero
3. Escolaridade:
4. Se parou, porquê parou? Pensa em dar continuidade?
5. Gostava de ir à escola?
6. Como era seu o relacionamento dentro da escola?
7. Acha que o comportamento do adolescente na escola é parecido com o seu, de alguma forma?
8. Estado Civil:
9. Se casado (a), há quanto tempo?
10. Composição familiar (quem mora na casa)?
11. Renda familiar:
12. Recebe algum benefício do governo?
13. Profissão:
14. Quando começou a trabalhar?
15. Quando criança tinha alguma outra profissão que sonhava em exercer?
16. O que acha dessa profissão?
17. É casada com o pai biológico do(a) adolescente?

18. Como foi a gestação (se recebeu suporte familiar/social, passou algum tipo de nervosismo ou agressão – física, verbal, etc.)?
19. Se não é casada com o pai biológico, como é o relacionamento deste com o(a) filho(a)?
20. Como é o relacionamento dentro de casa?
21. E do padrasto com o(a) filho(a)? (Se houver)
22. Em casa, há divisão das tarefas?
23. Quem auxilia o(s) filho(s) nas atividades escolares?
24. Quem vai às reuniões de pais?
25. E qual a atitude tomada quando recebe reclamações na escola?
26. Como você ou seu marido/pai do(a) adolescente reagem quando seu filho tira notas baixas?
27. Você conhece a rotina diária de seu(sua) filho(a)?
28. Quando percebeu que seu(sua) filho(a) estava fazendo uso de drogas?
29. O que você pensou quando descobriu?
30. Como reagiu?
31. Há quanto tempo ele está aqui na INSTITUIÇÃO? Por quê?
32. O que você pensa sobre toda essa situação?
33. Por quê?
34. Você ou seu companheiro/ex-companheiro fazem ou já fizeram uso de álcool, cigarro ou outras drogas?
35. Quantas vezes?
 - () Uma vez na vida (só para experimentar)
 - () Uma vez a cada três meses
 - () Uma vez por mês
 - () Uma vez por semana
 - () Todos os dias
36. Qual a orientação dada?
37. O que você pensa sobre violência?
38. Você já presenciou ou sofreu algum tipo de agressão (física, verbal, sexual)?
39. Se sim, onde?
40. Quem te agrediu?
41. Alguém presenciou?

42. Como se sentiu?
43. Essa agressão ocorre com que frequência?
44. Você sabe explicar por que sofreu essa agressão?
45. Qual o sentimento em relação a essa agressão sofrida?
46. E em relação à pessoa que te agride(iu)?
47. O que você imagina que pode ser feito para que essas agressões parem?
48. O que você gostaria de fazer?
49. O que você pensa sobre isso?
50. Como você trata essa questão com seus filhos?
51. Você acha que isso interfere na relação com seu (sua) filho (a)?
52. A que você atribui a atual situação do (a) mesmo (a)?
53. Acredita que a maneira como a família lida com a situação influencia no comportamento dele?
54. Como você imaginava o futuro de seu (sua) filho (a)?
55. O que acha que pode ser feito para alcançar esse plano?
56. Gostaria de comentar algo sobre os questionamentos que foram feitos?

APÊNDICE III – Solicitação Para Realização da Pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Violência Doméstica e Uso de Drogas na Adolescência, Segundo a Perspectiva de Quem Vivenciou Essa Realidade no Município de Corumbá

AUTORA: Márcia Adriana Brasil Aguilar

SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Corumbá,

Prezado (a) Coordenador (a),

Vimos por meio desta solicitar a autorização para a coleta de dados junto aos adolescentes na faixa etária de 12-17 anos desta instituição e de seus familiares, que consistirá na aplicação entrevistas semiestruturadas para avaliação da relação entre as vivências de situações de violência doméstica e o uso de substâncias psicoativas.

Este estudo faz parte dos pré-requisitos para titulação de Mestrado em Educação Social da pesquisadora Márcia Adriana Brasil Aguilar, matriculada no Programa de Pós Graduação em Educação/ Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, sob orientação da Professora Doutora Josiane Peres Gonçalves.

No aguardo do consentimento, agradecemos de pronto a atenção dispensada.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias pelo fone 98111-1590.

Desde já agradecemos pela atenção.

Márcia Adriana Brasil Aguilar
RGA: 2015.0754

Prof^ª Dra. Josiane Peres Gonçalves
- Orientadora -

APÊNDICE IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Violência Doméstica e Uso de Drogas na Adolescência, Segundo a Perspectiva de Quem Vivenciou Essa Realidade no Município de Corumbá

AUTORA: Márcia Adriana Brasil Aguilar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a), juntamente com seu(sua) filho(a), a participar voluntariamente de uma pesquisa em desenvolvimento por Márcia Adriana Brasil Aguilar, aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, intitulado “Violência doméstica e uso de drogas na adolescência, segundo a perspectiva de quem vivenciou essa realidade no município de Corumbá/MS”. Sua participação não é obrigatória e mesmo que você venha a aceitar participar, a qualquer momento poderá desistir e retirar seu consentimento. O (A) Sr. (a), como responsável pelo menor, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para si ou sua família, tampouco em sua relação com a pesquisadora.

Para abordar tal temática, estabeleceu-se como objetivo geral deste estudo investigar se as pessoas que vivenciam violência no âmbito doméstico compreendem haver relação entre esse tipo de vivência e o início do consumo de drogas por parte dos adolescentes da família, dentro do contexto da cidade de Corumbá/MS. Sua contribuição nesta pesquisa consistirá em participar como respondente de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, que será gravada em áudio. As informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado total sigilo quanto a sua participação e não sendo assim os dados divulgados de maneira individual ou de forma a possibilitar sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

O desenvolvimento da pesquisa não envolve riscos e/ou desconfortos previsíveis à sua saúde. Esta pesquisa foi planejada de modo a existir um mínimo de possibilidade de ocorrência de desconforto no relacionamento familiar, tanto durante como após a coleta de dados, sendo que nenhum dos procedimentos adotados oferece risco à sua dignidade ou de sua família.

Não será garantido qualquer tipo de tratamento gratuito, cuidado médico ou de saúde em geral aos participantes da pesquisa, bem como você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento algum pelo mesmo.

Em caso de denúncias e/ou reclamações referentes aos aspectos éticos da pesquisa você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP, Cidade Universitária, Campo Grande – MS, telefone (67) 3345-7186 e (67) 33457187, ou via e-mail: bioetica@propp.ufms.br.

Nome da pesquisadora: Márcia Adriana Brasil Aguilár

Endereço: Rua Rubi, Quadra B01, casa 01 – Previsul, Corumbá/MS - CEP:79310-178

Telefone: (67) 9.8111-1590 E-mail: marcia.aguilár@gmail.com

Declaração de Consentimento: Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação e do menor sob minha responsabilidade na pesquisa, tendo assim concordado em participar de livre e espontânea vontade. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do Responsável (em letra de forma):

Nome do menor (em letra de forma):

Assinatura do Responsável: _____ Data: __/__/__

Nome da Pesquisadora: Márcia Adriana Brasil Aguilár

Assinatura da Pesquisadora: _____ Data: __/__/__

APÊNDICE V – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Violência Doméstica e Uso de Drogas na Adolescência, Segundo a Perspectiva de Quem Vivenciou Essa Realidade no Município de Corumbá

AUTORA: Márcia Adriana Brasil Aguiar

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente de uma pesquisa em desenvolvimento por Márcia Adriana Brasil Aguiar, aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, intitulado “Violência doméstica e uso de drogas na adolescência, segundo a perspectiva de quem vivenciou essa realidade no município de Corumbá/MS”. Sua participação não é obrigatória e mesmo que você venha a aceitar participar, a qualquer momento poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para si ou sua família, tampouco em sua relação com a pesquisadora. Para abordar tal temática, estabeleceu-se como objetivo geral deste estudo investigar se as pessoas que vivenciam violência no âmbito doméstico compreendem haver relação entre esse tipo de vivência e o início do consumo de drogas por parte dos adolescentes da família, dentro do contexto da cidade de Corumbá/MS. Sua contribuição nesta pesquisa consistirá em participar como respondente de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, que será gravada em áudio. As informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado total sigilo quanto a sua participação e não sendo assim os dados divulgados de maneira individual ou de forma a possibilitar sua identificação. Você receberá uma cópia deste termo de consentimento, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

O desenvolvimento da pesquisa não envolve riscos e/ou desconfortos previsíveis à sua saúde. Esta pesquisa foi planejada de modo a existir um mínimo de possibilidade de ocorrência de

desconforto no relacionamento familiar, tanto durante como após a coleta de dados, sendo que nenhum dos procedimentos adotados oferece risco à sua dignidade.

Não será garantido qualquer tipo de tratamento gratuito, cuidado médico ou de saúde em geral aos participantes da pesquisa, bem como você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento algum pelo mesmo.

Em caso de denúncias e/ou reclamações referentes aos aspectos éticos da pesquisa você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP, Cidade Universitária, Campo Grande – MS, telefone (67) 3345-7186 e (67) 33457187, ou via e-mail: bioetica@propp.ufms.br.

Nome da pesquisadora: Márcia Adriana Brasil Aguilár

Endereço: Rua Rubi, Quadra B01, casa 01 – Previsul, Corumbá/MS - CEP:79310-178

Telefone: (67) 9.8111-1590 E-mail: marcia.aguilár@gmail.com

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas *dúvidas*.

ANEXO I – APRECIÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFMS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

De: CPQ/PROPP
Para: Márcia Adriana Brasil Aguiar
Assunto: ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA
CI Nº 3114/2017
Data: 05/05/2017

Título: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA, SEGUNDO A PERSPECTIVA DE QUEM VIVENCIOU ESSA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
Tipo/Área: PPG da IES - Mestrado/
Período: 01/10/2016 à 15/12/2017
Unidade de Origem: PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
Unidade Geral: CPAN - Câmpus do Pantanal
Nº SIGProj: 246789.1292.12513.03122016
Nº Processo:

Prezado(a) Senhor(a)

CONSIDERANDO QUE O PROJETO FOI APROVADO PELO COLEGIADO DE CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, O PARECER É FAVORÁVEL AO SEU CADASTRO.

SITUAÇÃO: EM ANDAMENTO - NORMAL

Valdir Souza Ferreira
Coordenador de Pesquisa
PROPP - Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação